



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS - CAMETÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA- PPGEDUC**

**ELEUZA DE SOUZA**

**A PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS AGRICULTORAS NO  
STTR/CAMETÁ: *Trajetória histórica, lutas e constituição da mulher em SER SOCIAL***

**CAMETÁ/PA  
2019**

**ELEUZA DE SOUZA**

**A PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS AGRICULTORAS NO  
STTR/CAMETÁ: *Trajetória histórica, lutas e constituição da mulher em SER SOCIAL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC/UFPA, linha de Pesquisa Políticas e Sociedade, como exigência à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Odete da Cruz Mendes.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Odete da Cruz Mendes - PPGEDUC/UFPA  
(Presidente)

---

Professora Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro –PPGED/UFPA  
(Membro - Examinador Externo)

---

Prof. Dr. Doriedson do S. Rodrigues- PPGEDUC/UFPA  
(Membro - Examinador Interno)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Sueli Correa dos Prazeres - PPGEDUC/UFPA  
Membro - Examinador Interno - Suplente

**CAMETÁ/PA  
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S719p Souza, Eleuza de  
A PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS  
AGRICULTORAS NO STTR/CAMETÁ : trajetória histórica, lutas  
e constituição da mulher em SER SOCIAL / Eleuza de Souza. —  
2019.  
157 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Odete da Cruz Mendes  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
Educação e Cultura, Campus Universitário de Cametá,  
Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019.

1. Participação e Movimentos Sociais. 2. Sindicalismo. 3.  
Trabalhadora Rural. 4. STTR. I. Título.

CDD 305.4363

---

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que nenhum projeto ou ação realizamos isoladamente, quando decidimos nos envolver com as lutas de nosso tempo sempre buscando compreender suas raízes, e por isso necessitamos constantemente da presença, do “olhar” dos outros e de suas intervenções que possibilitam caminharmos com mais segurança por terrenos antes perigosos.

Agradeço primeiramente a Deus, por acreditar que cujo poder emana toda a vida, a qual estamos imersos neste plano material, sua força animadora nos fortalece para enfrentar os diversos embates que se apresentaram/apresentam em contexto de lutas pela apropriação do conhecimento.

Aos colegas da turma de mestrado que me encorajaram a perseverar nos estudos quando tudo parecia ser impossível, em especial Dércio, Nonato, Dilma, Helen, Eder.

Às amigas Izabel Cristina, Silvia, Jorgiana, que se propuseram a acompanhar de perto nosso desafio e luta para desvendar os caminhos trilhados pelas Trabalhadoras Agricultoras, em busca de constituir-se SER SOCIAL num contexto marcadamente desigual.

À minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup>. Odete da Cruz Mendes, pela paciência e condução nos momentos mais difíceis pelos caminhos intrincados desta pesquisa, pelo estímulo e contribuições que promoveram novos aprendizados e troca de conhecimentos no excuro desta caminhada acadêmica.

Aos quadros dirigentes do STTR organizados em suas respectivas diretorias, pelo acolhimento, e disponibilidade dos documentos para a concretização da pesquisa ainda que meios desconfiados, bem como ao coletivo de trabalhadoras que lutam bravamente em coletivos agrícolas com ensejo de potencializar seu trabalho e sua visibilidade enquanto ser social.

A todos os professoras (es) do curso de mestrado da turma 2017, que contribuíram de forma relevante nas discussões e compartilhamentos de conhecimentos acadêmicos indispensáveis à nossa formação.

À Universidade Federal do Pará/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, do Curso de Pós-graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC, por nos proporcionar as bases científicas e incentivos para a realização e construção de novos caminhos. Agradeço a todos e a todas que incentivaram e propiciaram essa maravilhosa conquista, nesta jornada de apropriação de conhecimentos caros ao nosso desenvolvimento profissional e acadêmico.

**Muito obrigada!**

## DEDICATÓRIA

A todos os meus familiares, em especial minha amada mãe Maria Creuza de Souza, Agricultora, pela sua presença que traduz segurança e incentivo em minha vida acadêmica, porto seguro.

À minha avó Maria Piedade (*in memoriam*), pelos constantes incentivos para não parar de estudar, por ser uma mulher que não adquiriu a cultura letrada, mas admirava quem se dedicava a esse ofício.

Aos meus amados filhos Tiago, Thiego, Tatiana Patrícia, Ingrid Tamile e a minha filha de coração Stefanne Cristina, estas últimas, nos momentos de dificuldade, foram membros auxiliares necessários para a consecução desse sonho, estiveram presentes nas tristezas e alegrias.

À camarada Izabel Padinha, aos amigos e amigas Dércio, Eder, Sara e Hellen, pelas valiosas contribuições nesta jornada de estudo, com suas constantes trocas de conhecimentos e fortalecimento dos laços de pertencimento da categoria de trabalhadoras e trabalhadores,

Em especial a todas as mulheres agricultoras sindicalizadas ou não, que ainda insistem e persistem em encontrar formas para construção de caminhos viáveis com vistas às transformações societais.

A todos os professores do curso de mestrado que possibilitaram desvendamentos, desconstrução e construção de outros conhecimentos no decorrer dessa jornada acadêmica, acrescentando outros conhecimentos possíveis para aprimorar a formação.

## **EPÍGRAFE**

*As relações entre sindicato e as mulheres trabalhadoras não foram das mais fáceis. Embora as mulheres tenham tido presença significativa [...] e atuação destacada na luta, os sindicatos não as incorporaram à prática política, nem dividiram com elas o poder das entidades representativas dos trabalhadores.*

*Paola Capellin*

## RESUMO

Este texto é resultado de pesquisa de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura—PPGEDUC/UFPA, cujo objeto de estudo foi o processo de organização e participação do ser social mulher agricultora trabalhadora no interior das ações do sindicato. O objetivo da pesquisa foi analisar a participação da mulher trabalhadora agricultora, a fim de caracterizá-la enquanto ser social a partir de suas conquistas na organização do movimento sindical. Metodologicamente, a produção se orientou pela abordagem qualitativa, utilizando-se de técnicas de levantamento de dados, tais como a revisão da literatura e a análise documental. A perspectiva analítica do material coletado foi subsidiada por um referencial teórico-metodológico capaz de problematizar o objeto de estudo e o contexto político e social no qual se insere, por meio do uso de algumas das categorias do materialismo histórico e dialético, a saber: mediação, totalidade e contradição. Os aportes teóricos que nortearam o estudo baseiam-se, dentre outros, em Gohn (2011); Demo (1988); Grzybowski (1987); Marx e Engels (2005; 1975); Frigotto (2008); Silva (2008,); Aquime (2018); Cisne (2018) e outros. Os resultados da pesquisa estão explicitados pela revisão da literatura da qual depreende-se que o projeto histórico das sociedades capitalistas que tornou a classe elitista hegemônica, antagonicamente, produziu inúmeras lutas e resistências, contribuindo decisivamente para organização de diferentes movimentos sócio-políticos, incluindo partidos políticos, sindicatos, associações diversas, potencialmente capazes de construir os enfrentamentos para as opressões de uma classe sobre a outra, de grupos sobre outros e de igualdade de gênero. Nesse contexto, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tem um papel importante como espaço coletivo na garantia dos direitos legais dos trabalhadores rurais, pois o poder público estatal é o principal financiador e regulador das políticas, incluindo, os povos do campo. Os documentos analisados revelaram que o STTR/Cametá está vinculado à CONTAG e reflete as posições que nacionalmente são tomadas na proposição de maior participação das trabalhadoras no direcionamento e tomadas de decisão no sindicalismo, incluindo igualdade de condições nas diretorias executivas desde a discussão que assegurou o sistema de cotas em 30% dos cargos destinados às mulheres sindicalizadas até a configuração atual da paridade entre homens e mulheres nos referidos cargos, o que significa progressiva valorização da figura feminina nos diferentes espaços administrativos. Evidenciou-se pela pesquisa, ainda, que dentre as conquistas das trabalhadoras rurais nessa entidade citam-se: auxílio doença, auxílio maternidade e pensão por morte, bem como projetos de renda sob a assistência técnica de órgãos como FETAGRI e SAGRI. Enfim, o estudo revelou que as trabalhadoras rurais associadas ao STTR/Cametá têm, ainda, uma limitada participação nessa entidade, ao mesmo tempo em que essa limitada participação feminina lhes constitui condição de **Ser Social**, potencialmente capaz da emancipação e constituição cidadã para um projeto de sociedade justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Participação e Movimentos Sociais. Sindicalismo. Trabalhadora Rural. STTR.

## ABSTRACT

This text is the result of an Academic Master's Degree research of the Graduate Program in Education and Culture - PPGEDUC/UFPA, whose object of study was the process of organization and participation of the social being working woman in the interior of the actions of the syndicate. The aim of the research was to analyze the participation of the working woman farmer, in order to characterize her as a social being based on her achievements in the organization of the union movement. Methodologically, the production was guided by the qualitative approach, using data collection techniques, such as literature review and documentary analysis. The analytical perspective of the collected material was subsidized by a theoretical-methodological framework capable of problematizing the object of study and the political and social context in which it is inserted, through the use of some of the categories of historical materialism and dialectic, namely: mediation, totality and contradiction. The theoretical contributions that guided the study are based, among others, in Gohn (2011); Demo (1988); Grzybowski (1987); Marx and Engels (2005; 1975); Frigotto (2008); Silva (2008,); Aquime (2018); Swan (2018) and others. The results of the research are explained by the review of the literature from which it is understood that the historical project of capitalist societies that made the hegemonic elitist class, antagonistically, produced numerous struggles and resistances, contributing decisively for the organization of different socio-political movements, including political parties, trade unions, diverse associations, potentially capable of building clashes for the oppressions of one class over the other, of groups on others and gender equality. In this context, the Syndicate of Workers and Rural Workers plays an important role as a collective space in ensuring the legal rights of rural workers, because the state government is the main financier and regulator of policies, including, the peoples of the field. The documents analyzed revealed that STTR/Cametá is linked to contag and reflects the positions that are nationally taken in proposing greater participation of workers in targeting and decision-making in trade unionism, including equal conditions in the executive boards since the discussion that ensured the quota system in 30% of the positions for unionized women to the current configuration of parity between men and women in these positions, which means progressive appreciation of the female figure in the different administrative spaces. It was also evidenced by the research that among the achievements of rural workers in this entity are mentioned: sickness aid, maternity aid and death pension, as well as income projects under the technical assistance of organs such as FETAGRI and SAGRI. Finally, the study revealed that rural workers associated with STTR/Cametá also have a limited participation in this entity, while this limited female participation constitutes a condition of **Being Social**, potentially capable of emancipation and citizen constitution for a fair and egalitarian society project.

**Keywords:** Participation and Social Movements. Syndicalism. Rural worker. STTR.

## LISTA DE SIGLAS

APACC Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes.  
CART Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins.  
CCs Comunidades Cristãs.  
CEBs Comunidades Eclesiais de Base.  
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais.  
CPT Comissão Pastoral da Terra.  
DED Deutscher Entwicklungsdienst – (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social).  
DRT Delegacia Regional do Trabalho.  
DS Delegacia Sindical.  
ENFOC Escola Nacional de Formação da Contag.  
FASE Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional.  
FETAGs Federação dos Trabalhadores na Agricultura.  
FNO Fundo Constitucional do Norte.  
FUNRURAL Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.  
GMNEC Grupo de Mulheres Nova Esperança de Cametá.  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.  
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.  
MSTTR Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.  
MMTR-NE Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais.  
MMTR-RS) Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul.  
MAMA Movimento das Mulheres da Amazônia.  
MMNEPA Movimento das Mulheres do Nordeste do Pará.  
ONG Organização Não Governamental.  
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.  
PCB Partido Comunista do Brasil.  
PDT Partido Democrático Trabalhista.  
PT Partido dos Trabalhadores.  
STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. SINDICALISMO, PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL</b> .....	21
1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO: CONCEITOS E SIGNIFICADOS .....	21
1.1.1 Elementos para Pensar o Sentido dos Movimentos Sociais .....	23
1.1.2 A Participação das Trabalhadoras Rurais no Contexto das Lutas Sócio-políticas do Campo .....	29
1.2 O SINDICALISMO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHADOR: PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS .....	36
1.2.1 O Sindicalismo Rural: Quem é o Patrão? .....	42
<b>2 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS E SUAS PAUTAS EM MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NO PARÁ</b> .....	53
2.1 MOVIMENTOS DE NATUREZA CLASSISTA E O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS: CARACTERIZANDO O SUJEITO COLETIVO .....	53
2.2 RESISTÊNCIAS NO CAMPO E TRABALHO RURAL: A INSERÇÃO DA MULHER TRABALHADORA ENQUANTO SER SOCIAL NAS PRINCIPAIS LUTAS NO CONTEXTO DO STTR/CAMETÁ .....	61
<b>3 O STTR NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS ASSOCIADAS E SUAS PRINCIPAIS CONQUISTAS</b> .....	80
3.1 DADOS HISTÓRICOS E ORGANIZACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA: DOS NOTÁVEIS À RESISTÊNCIA .....	80
3.2 O STTR/CAMETÁ: ORIGEM, PRINCIPAIS LIDERANÇAS E FATOS MEMORÁVEIS .....	86
3.3 A PRESENÇA DA MULHER ASSOCIADA NO STTR/CAMETÁ – DEMANDAS, AÇÕES E CONQUISTAS .....	95

3.3.1 O Processo de Participação e Organização da Mulher Trabalhadora Agricultora no STTR .....	101
3.3.2 A Centralidade da Formação da Mulher Associada no STTR/Cametá .....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119
<b>ANEXOS</b> .....	131

## INTRODUÇÃO

Pesquisar a participação e conquistas das trabalhadoras rurais associadas no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), com particular ênfase no Sindicato dos Trabalhadores de Agricultores e Agricultoras Familiares de Cametá –STTR/Cametá como tema deste estudo é, sem dúvida, um grande desafio. A pesquisa, cujo objeto de estudo foi o processo de organização e participação do ser social mulher agricultora trabalhadora no interior das ações do sindicato das mulheres associadas no STTR/Cametá, teve por objetivo analisar a participação da mulher trabalhadora agricultora, a fim de caracterizá-la enquanto ser social a partir de suas conquistas na organização do movimento sindical. O referido estudo problematiza o contexto das relações capitalistas de onde emergem as suas bandeiras de lutas, em movimentos sociais, a partir da trajetória histórica que pautaram as mobilizações nacionais e locais em contextos sociopolíticos, considerando que a sociedade brasileira é marcada por tradição escravocrata com traços de colonização, herança que tem apontado relações desiguais em diferentes aspectos, incluindo o de gênero.

O interesse pelo tema tem relação com minhas experiências de militância em âmbito social e político, atuando como docente da rede pública municipal de Cametá com formação em Pedagogia. Os questionamentos sobre as lideranças sindicais no STTR/Cametá se devem, no entanto, às atividades que desenvolvi durante a segunda metade da década de 1980, nas quais trabalhei na organização de documentos dessa entidade, dentre elas as fichas de filiação de trabalhadores, tendo participado de reuniões, assembleias e outros eventos de discussão e deliberação de pautas diversas.

Observa-se que o momento de minha participação culminou com a primeira gestão dos dirigentes combativos, chamados “novo sindicalismo”, no mandato que tinha como dirigente Francisco de Assis (Chicão), membro da Oposição Sindical de Cametá Lavradores em Ação, que são coletivos de trabalhadores rurais que se organizavam com intuito de mudar a gestão sindical e seus dirigentes, por trabalhadores genuinamente rural. Acompanhámos o cotidiano dessa entidade e dos modos de participação dos trabalhadores e trabalhadoras. Isto significa que, além de estar realizando um trabalho que tem relevância acadêmica, o seu significado tem outro ponto de importância que é reviver as lembranças de minha participação em um importante movimento pela emancipação do sindicato, pois, como filha de trabalhadores agricultores, muito me instiga escrever sobre o sindicalismo rural e, como mulher, quero problematizar o tema a partir da presença da mulher trabalhadora e associada no referido sindicato.

Abordar a participação da mulher e trabalhadora agricultora como tema de pesquisa é fazer um estudo de muita importância apesar de se afastar dos temas mais próximos aos recortes de estudos que realizei anteriormente a exemplo da realização da monografia de conclusão de curso de especialização quando realizamos uma pesquisa referente à gestão escolar, analisando qual a relação da família com a escola. Sem pretender ignorar minha trajetória acadêmica até então realizada, postulamos que, ao estudar o Movimento Sindical, verificamos que a luta desses sujeitos tem pertinência como objeto de investigação acadêmico-científica pela importância que a organização sindical, neste caso o STTR/Cametá assume na sociedade local, buscamos, na articulação entre as experiências dessa entidade de classe e os conhecimentos científicos e historicamente acumulados, realizar este estudo.

Inicialmente, concebemos que os movimentos sociais são importantes mobilizações de grupos sociais, tais como: manifestos, abaixo assinados, caminhadas, entre outras pressões que envidam os esforços dos sujeitos coletivos que segundo Gohn (2011), são ações sociopolíticas e culturais que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas, realizando ação concreta, nas mais distintas formas de expressão reivindicatórias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta dos movimentos sociais.

Para Sztompka (1998), os movimentos sociais são coletivos organizados atuando juntos em busca de mudança social, com objetivos e sentidos de pertencimento que mobilizam e operacionalizam no contexto de cada movimento. Contudo, as mudanças sociais podem ocorrer tanto pela reivindicação dos de baixo, a massa popular, bem como pela ação das elites como legisladores que materializam em forma de políticas e que muitas vezes não atendem às necessidades das reivindicações.

E para que as demandas pautadas tenham êxito no âmbito dos movimentos sociais faz-se necessário defender uma participação engendrada e alicerçada conforme a proposta de Demo (1988), vendo-a como participação sócio-política, aquela que os indivíduos necessitam aglutinar-se em um grupo para construir caminhos viáveis com perspectivas de alcançar direitos que ainda não foram efetivados, ainda que formalizados.

Para que evidenciássemos as lutas que participam as trabalhadoras para sua inserção no contexto do referido sindicato, fez-se necessário, antes, trazer à cena os embates dos trabalhadores e trabalhadoras para criação e oficialização desta entidade coletiva que é o STTR/Cametá e inserir a categoria de SER SOCIAL para pensar a mulher trabalhadora e produtora de ações e produção de vida no contexto sindical.

Desse modo, a participação nessas mobilizações torna-se crucial pois constitui-se em permanentes criações de estratégia para responder a cada face da exclusão, estratégias essas

infindáveis segundo Demo (1988, p.18), pois, a “participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual.” Se estas param de lutar, quando conquistam um objetivo, outras manobras se impõem como forma de destituir o que foi legitimado.

Nesse sentido, a participação envolve engajamento, compromisso e lutas pelos mesmos projetos de vida, produção de uma cultura permanente de aquisição de conhecimentos que proporcionam e ampliam as possibilidades de conquistas, visando sempre outras demandas.

E, para compreender como as trabalhadoras buscam constituir-se em Ser social, a presente pesquisa busca saber como: **Como ocorre o processo de constituição do Ser mulher trabalhadora nas mediações no STTR/Cametá?** E para aprofundar nossas análises sobre a constituição da mulher trabalhadora agricultora em Ser social organizamos alguns questionamentos a partir das perguntas a saber: Existem evidências de participação das trabalhadoras rurais agricultoras no contexto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá -STTR Cametá/PA? Como se pode definir a mulher associada ao STTR como Ser Social e Político no contexto de suas lutas? Quais as principais conquistas desse SER SOCIAL - a MULHER nos espaços sociais – ocupação de cargos de dirigentes do STTR, acesso ao financiamento das atividades rurais e benefícios sociais?

As lutas encampadas nesses grupos sociais expressam uma dada reivindicação com participação de inúmeros sujeitos que são denominadas por Grzybowski (1987) de lutas fragmentárias, apesar dos encontros se tornarem mais notórios na década passada como afirma Medeiros (1989), em encontros regionais, conferências, que, segundo a autora, foi um passo fundamental para a superação do localismo e do isolamento das lutas dessas categorias de trabalhadores.

E, nesse caso em especial, a associação ou união que repercute no campo como nos conta Morais (2012), dentre elas a Liga camponesa que arregimentou o movimentou em todo nordeste brasileiro juntamente com mediadores que articulam suas demandas nas esferas da sociedade, conseqüentemente, transformaram-se em sindicatos, os sujeitos coletivos.

Os embates travados por esses sujeitos do campo e suas especificidades não devem deixar no esquecimento as trabalhadoras rurais que de forma significativa também participou/participa dos conflitos, como conta Silva (2017), que tanto Elizabeth Teixeira como Margarida Alves, cada uma em tempo diferente, enfrentaram as lutas no campo, a primeira à frente da Liga de Sapé. Em 1962, eleita Presidenta da liga, a segunda liderou o sindicato dos trabalhadores rurais por 12 anos no estado de Paraíba, no período do governo militar, associou-

se às lutas em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as rurais, contrapondo-se à hegemonia que ainda se faz natural do quadro dirigente.

Para explicitarmos como esses sujeitos participam no contexto dessa entidade, e para responder aos questionamentos propostos, este estudo se desenvolveu por meio de abordagem qualitativa, por tratar de um determinado tema que envolve sujeitos coletivos e suas experiências sociais, a pesquisa qualitativa é a mais indicada, e que se relaciona na concepção de Minayo (1994, p.21) “com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, relevantes para compreensão das relações, e processos de vivências dos sujeitos.” Pois, segundo a autora, só o ser humano é capaz de agir e pensar sobre o que faz, interpretando suas ações dentro e a partir de suas experiências vividas e partilhadas com seus pares.

Neste sentido, Araújo (2010) salienta que a pesquisa qualitativa é uma abordagem que não anula o método dialético enquanto estratégia que reconhece as categorias tais como contradição, movimento e totalidade, próprias da dialética marxista, propiciando resposta a questões particulares da pesquisa. A pesquisa qualitativa também requer do pesquisador um olhar para além do que está dado assim recomenda Triviños (1987, p.128 ),

pesquisa qualitativa de tipo [...]dialética parte também da *descrição* que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência de lei procurando *explicar* sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por *intuir* as conseqüências que terão para a vida humana.

Pois, nem sempre o que está posto tem sido realizado na prática, por isso o pesquisador é levado a compreender os sentidos e as relações do ser social e histórico no contexto interno e externo pesquisado.

Na organização e produção do trabalho, optamos por uma abordagem qualitativa utilizando a técnica de análise de documentos por tratar-se de uma entidade coletiva contextualizada no município, tratando de um fenômeno social que integra uma classe de trabalhadores, e por compreendermos que na pesquisa qualitativa podemos utilizar uma variedade de procedimentos e instrumentos de constituições análises de dados.

No entanto, para adentrarmos no universo desse movimento e das inserções participativas dos sujeitos investigados – as mulheres – tomamos como *locus* de pesquisa o espaço/sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do município de Cametá-Pará. Como já foi enfatizado, a pesquisa se efetivou na apreensão dos dados, através das análises dos documentais - fontes de informação primária- que registram as ações no recorte temporal de 1997 a 2010. Para isso, se seguiu um processo de busca nos

arquivos da referida entidade, selecionamos documentos, como: ficha de proposta de filiação dos trabalhadores, relatórios de congressos, atas de posse, estatuto social, projetos de formação para as trabalhadoras associadas, as atas de reunião das executivas da entidade, atas de plenárias com os delegados e delegadas, eventos, organizações de eventos, panfletos, cartilhas, documentários, esses documentos, no entendimento de André e Ludke (1996), são fontes poderosas de informações que possibilitam balizar as afirmações do pesquisador.

Por isso, os documentos são importantes fontes de aquisição de informações, estes podem ser, segundo Chizzotti (2006, p. 108), “informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas especiais como impressão, gravação, [...] etc.”, que podem reunir informações escritas primárias ou originais, ou informações secundárias.

De acordo com Gil (2008), “são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. E, estes podem ser encontradas nas diversas formas de documentos, como: livros, jornais, registros estatísticos, fotos entre outros. Gil (2008) define os documentos primários como aqueles que não sofreram nenhum tipo qualquer de tratamento analítico, e os secundários ou de segunda mão, os que de alguma forma já foram analisados, isto é sistematizados e que se utiliza da contribuição de diversos autores sobre um determinado tema.

Um outro conceito ampliado sobre documentos como fonte de dados nos traz Celard (2008, p. 297), dizendo ser “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho[...]”. Pode tratar-se de textos escritos classificados em “[...]de natureza iconográfica ou cinematográfica ou de qualquer outro tipo de testemunho registrados, objetos do cotidiano, elementos folclóricos”. (Idem, *ibidem*).

O documento escrito constitui-se, nos estudos de Celard (2008, p. 295), “uma fonte preciosa insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante[...]”. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como “[...] testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”. (Idem. *Ibidem*).

Assim, para termos acesso às informações relevantes dos sujeitos que integram o espaço coletivo em questão, com ênfase às trabalhadoras rurais, fomos em busca de resposta para os objetivos que o estudo se propõe a realizar. Assim, recorreremos às fontes documentais que, segundo Triviños (1987, p. 138), “podem transformar-se em veículos importantes para que o estudioso atinja os objetivos a que se propôs ao iniciar a desenvolver seu” estudo. Nessa direção, ao afirmar Gil (2008), as fontes documentais são capazes de proporcionar ao

pesquisador dados em quantidade e qualidade, que muitas vezes as entrevistas ocultam, para fins de pesquisa científica.

Importante destacar que o acesso aos documentos do acervo do STTR foi permitido pelos membros da entidade para que fossem reproduzidos no sentido de viabilizar a pesquisa. Cabe ainda esclarecer que as buscas de informações no campo empírico não foram tranquilas, pois não só no município de Cametá, mas em contextos mais gerais, o pesquisador é visto como “espião” de dados, o que não faz da atividade de pesquisa uma atividade animadora e atraente. Há resistência por parte dos dirigentes em ceder as informações, alegando que os arquivos não se encontram adequados e de que os documentos foram extraviados etc. No caso deste estudo, muitos documentos não estavam completos e outros danificados, ainda, outros de forma limitada foi possível analisar, haja vista a sua guarda ter sido feita em salas pouco arejadas, às vezes úmidas, que o danificaram em parte.

Muitos documentos, como os da década de 1970 a 1990, dentre eles: atas, projetos de parceria com Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC), Casa Familiar Rural foram extraviados pela enchente nas salas onde estavam guardados, e ainda continuam nesse mesmo espaço. Isso justifica as razões de que, em nosso trabalho, as informações do final da década 1990 são raras. E entre os documentos acessados no arquivo do referido STTR, alguns foram emprestados pelos membros da diretoria para reprodução, como: atas de eleição e posse de diretoria do referido sindicato.

Dentre outros documentos solicitados, alegaram não ter informações ou não saberem de determinados documentos como atas de reunião, atas de eventos, como o do Primeiro Seminário de Mulheres Trabalhadoras, devido às constantes mudanças de salas de alguns diretores, bem como as mudanças de espaço ou arquivos dos documentos. O arquivo do sindicato tem significativa importância, pois guarda a história de sujeitos que militaram no movimento, e deram muitas vezes a própria vida para que o sujeito coletivo evoluísse, de fato e de direito, e a importância desses documentos na vida acadêmica, ressalta Jeus (2008, p.3), que “te/tem grande importância para a presente pesquisa, haja vista conter valiosos registros da memória da entidade e, por conseguinte dos sujeitos que a construíram”.

Foram levantados, previamente, documentos e, então, separados aqueles de maior relevância para contribuir na pesquisa e responder aos objetivos deste estudo como: relatórios de congressos, atas de posse, projetos, relatórios de projetos, lista de presenças nas reuniões e plenárias sindicais para delegados e delegadas, ficha de proposta de filiação, cartilhas e livros de registro geral e Estatuto Social que foi alterado em 2015, os quais seguem no quadro abaixo:

QUADRO 1. CATALOGAÇÃO DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS DO STTR/CAMETÁ QUE FORAM LEVANTADOS

TÍTULO/ANO	ASSUNTO	CONCEITOS
1. Relatório, 1997.	Congresso para eleição do STTR	Resistência, organização, gestão
2. Projeto Cametá-Tapera 2002.	Formação básica	Formação unitária Tema gerador.
3. Projeto de Formação do STTR, 2002.	Formação da Secretaria de Mulher Trabalhadoras Rurais do STTR/Cametá.	Geração de renda, associativismo, cooperativismo, gênero e sindicalismo.
4. Documento Base: V Congresso do STTR, 2003	Avaliação das estratégias políticas do STTR/Cametá do triênio 2000 a 2003	Organização, avaliação e movimento sindical
5. Curso de Formação de Dirigentes, 2003	Projeto de Formação CUT Amazônia	Gestão sindical Desafios frente à conjuntura. Desenvolvimento sustentável.
6. Relatório do V Congresso, 2003	Avaliação do V Congresso e composição da Diretoria do STTR para o triênio de 2003 a 2006	Avaliação e Políticas Sociais
7. Ata, 2003.	Ata de eleição e posse da Diretoria do STTR, triênio de 2003 a 2006	Coordenação, gênero, geração.
8. Projeto Formação sindical 2004.	Projeto que trata das dimensões formativas dos dirigentes sindicais.	Formação técnica. Formação básica. Formação político sindical.
9. Projeto de Desenvolvimento Rural do município de Cametá-Brasil. 2005.	Relatório final de realização do período de março de 2000 a novembro 2004.	Formação técnica Formação em saúde feminina. Geração de renda
10. Relatório do Encontro de Delegada e Delegados 2005.	Atividades de planejamento de estratégias para fortalecer a base sustentadora do movimento.	Avaliação Formação. Crítica Troca de experiências.
11. Projeto I Seminário de Mulheres Trabalhadoras Rurais STTR 2005	Discutir a Relação de Gênero na Agricultura Familiar dentro do sindicato	Gênero Relação de poder Plataforma Feminal.
12. Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. 2006.	Convite para Coordenadoria de Gênero e Geração.	Violência contra Mulher. Mobilização. Movimentos sociais.
13. Proposta para Debates do 6º Congresso do STTR 2006.	Proposta para o debate visando a rearticulação do STTR de Cametá.	Avaliação Formação Organização

14. Ata 2006.	Ata de eleição e posse da Diretoria do STTR. Quadriênio de 2006 a 2010.	Coordenação Gestão
15. Relação dos devedores do PRONAF 2007.	Sobre clientes inadimplentes	-----
16. Capacitação em Gestão Agroecológica para agricultores/as multiplicadores/ as e jovens do Baixo Tocantins. 2007.	Textos Temáticos	Agricultura familiar Divisão do trabalho Experiências da AAPPACC.
17. PROJETO na Amazônia Empreendedorismo das mulheres Rurais do Pará. 2009.	Atividade Agrícola do Grupo de Mulheres Nova Esperança de Cametá.	Agroecologia Geração renda Trabalho coletivo
18. Relatório Deliberativo do STTR de Cametá. 2010.	Encontro de Delegados e Delegados	Avaliação Formação
19. Cultivando o saber popular e transformando realidade no Pará, 2010.	Formação político sindical na Regional Tocantina pela escola nacional da confederação ENFOC.	Construção coletiva. Formação político sindical. Educador popular
20. III Módulo do Curso de Formação Político Sindical FETRAGRI Regional 2010.	Textos para estudos dos multiplicadores	Desenvolvimento do Brasil. Projeto alternativo de Desenvolvimento rural. Reforma agraria.
21. Ata 2010.	Ata de posse da Diretoria do STTR. Quadriênio de 2010/1024	Movimentos sociais. Lideranças.
22. Ficha de filiação dos associados (1999 – 2010).	Filiação dos trabalhadores e trabalhadoras do STTR.	Sindicalismo, Escolaridade
23. Ata 2015	Ata de Alteração Estatutária do STR/Cametá.	Agricultores Agricultoras
24. Estatuto Social[...] 2015.	Alterar a denominação da entidade de STR para STTR	Agricultores e Agricultoras Familiares Representação Sindical
25. Lista de Delegados Sindicais, 2017.	Levantamento de delegados/as sindicais por comunidade	-

FONTE: Quadro elaborado pela autora com base nos arquivos do STTR/Cametá, 2019.

Os documentos que foram catalogados são diversos e importantes para a compreensão dos objetivos que nos propusemos nesta investigação, mas foram escolhidos aqueles de forma direta articularam-se aos nexos deste estudo.

Buscamos contemplar a participação das trabalhadoras e suas bandeiras de lutas e conquistas, bem como as lutas que ampliam o *continuum* das transformações ocorridas no cenário político e econômico pelo qual passou/passa a conjuntura do país.

Após a coleta dos dados, a pesquisa seguiu uma perspectiva de análise de conteúdo que segundo Bardin (1997), é um conjunto de instrumentos que se presta para analisar diferentes fontes de conteúdo verbais ou não-verbais, sendo o sentido mais importante que as palavras ou expressão, como importante ferramenta para desvelar as ideologias presentes nos registros. A análise de conteúdo também se enquadra nos dizeres de Triviños (1987, p. 160), “para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza.” E ainda Triviños (1987, p. 160). “Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético.” Neste caso, as significações e os modos de ser e buscar novas formas de emancipar-se serão categorizadas de acordo com as categorias arroladas no contexto dos dados, como Trabalhadora agricultora, Participação, Trabalho, Formação.

O presente texto está organizado em três capítulos: O primeiro capítulo, Sindicalismo, Participação e Movimentos Sociais no Brasil, tem a finalidade de analisar a trajetória histórica do sindicalismo de um modo geral e no Brasil, evidenciando conceitos de movimentos sociais, participação no contexto do sindicato particularmente rural.

O segundo capítulo versa sobre a organização das trabalhadoras agricultoras em movimentos sociais, entre lutas pela conquista de direitos sociais e ainda fazer parte no contexto do movimento Sindical de sua categoria. Buscaremos evidenciar suas bandeiras de lutas, desafios em intuito de constituir-se Ser social. Primeiramente, teceremos discussões a respeito das características da entidade como sujeito coletivo, e posteriormente o processo de organização das trabalhadoras com destaque para categoria trabalho, SER Social, categoria última que impulsiona a construção de uma trajetória com demandas enquanto partícipe do movimento em busca de um espaço no âmbito dos direitos, das ações e poder no STTR.

No terceiro capítulo, a análise dos documentos sobre o processo de participação e organização das trabalhadoras sindicalizadas no âmbito das ações do STR-Cametá, ilustram que as trabalhadoras agricultoras são um contingente elevado de associadas, sendo esse SER SOCIAL solteira, adulta em sua maioria porque o número de jovens é muito baixo, com pouca

escolarização, declaram-se alfabetizadas, ela é um SER social que nas relações travadas com os outros homens e com as outras mulheres auferem poucos rendimentos, não tem reconhecimento para financiamento nas suas atividades nem a posse da terra. Suas conquistas são limitadas e em permanente processo, ao contrário do número de associadas, em relação ao poder de decisão são minoria. Evidenciou-se pela pesquisa, que dentre as conquistas das trabalhadoras rurais nessa entidade além dos direitos sociais que estiveram assegurados, projetos de renda sob a assistência de órgãos tais como - FETAGRI e SAGRI, assumiram cargos secundários como a vice-presidência e secretarias que lhes dizem respeito, como a secretaria de mulher, secretaria de finanças. O estudo revelou que as trabalhadoras rurais associadas ao STTR/Cametá, têm, ainda, uma limitada participação nessa entidade, ao mesmo tempo em que essa limitada participação feminina lhes constitui condição de **Ser Social**, potencialmente capaz da emancipação e constituição cidadã para um projeto de sociedade justo e igualitário.

## **1. SINDICALISMO, PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL**

O presente capítulo tem por objetivo analisar a trajetória histórica do sindicalismo no Brasil, para discutir conceitos, tais como: movimentos sociais, participação coletivas nas políticas adotadas no contexto do sindicato, particularmente rural, tendo em vista reconhecer a inserção de mulheres trabalhadoras rurais agricultoras, cuja cena emerge desde o contexto dos movimentos pela democratização do país.

### **1.1. MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO: Conceitos e significados**

A história do povo brasileiro é marcada por motins, insurreições e revoltas, as quais se desencadearam no contexto do país, que perpassam desde o período colonial, aprimorando-se na contemporaneidade. As revoltas dos séculos passados realizadas “dos debaixo” da história, sempre foram organizados em lutas por conquista de direitos. Segundo Do Bem (2006, p. 138) em cada momento histórico da sociedade brasileira, surgem os “movimentos sociais que se revelam, como sismógrafos, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação e os desejos coletivos.” Para entrarmos nas discussões referentes ao movimento social e posteriormente no temário da participação, abordaremos os autores que estudam movimentos sociais como Gohn (1995,2011); Warren (2006,2008); Sztompka (1998), e no que concerne à categoria participação, buscaremos os aportes teóricos de Bordenave (2013); Pedro Demo (1988) e Celso Daniel (1999), dentre outros autores não menos importantes que nos ajudam referendar este estudo.

Desse modo, as insurgências que ocorrem no cenário brasileiro submergem das desigualdades sociais, os tratamentos sub-humanos dos negros escravos, bem como suscitam o desejo de emancipação do povo brasileiro que desde sempre vivencia dependência quer colonialista, quer financeira, prática essa que ainda hoje não se alterou, implicando, assim, essa característica da sociedade, que é mascarada nos discursos de igualdade, ainda que as lutas e insurreição denunciem as mazelas sociais, da qual principalmente as classes subalternas são mais afetadas, em especial os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

É verdade que a construção do projeto histórico das sociedades capitalistas que se tornou hegemônico, produziu, antagonicamente, as lutas que, de acordo com Do Bem(2006), iniciam-se com as resistências do índio, e em seguida focaliza-se com as lutas dos escravos, seguidas por lutas emancipatórias, das quais os governantes da época não conseguiram responder suficientemente as reivindicações, como a Balaiada no Maranhão, a sabinada na Bahia, a guerra

dos Farrapos no Rio Grande do Sul, a Cabanagem no Pará, insurreições que ocorreram período regencial.

A cabanagem, revolução social que explodiu em Belém do Pará, no ano de 1935, segundo os estudos de Melo (2015, p. 33), “[...] tinha como principal finalidade reorganizar as tropas para tomarem [...] o poder na Capital e instaurar um governo cabano autônomo”. A massa miserável aliada a elites descontentes e pequenos comerciantes tentavam, na história, se apropriar do poder, e viver um tempo diferente, projeto que se diferencia segundo Melo (2015, p. 76), pois os

segmentos sociais (brancos dissidentes, elite brasileira) tinham seu projeto de renovação governamental e outros segmentos (índios, negros) apenas aspiravam, produzirem transformações sócio-políticas na Província. Ambos os segmentos partiam da premissa de ressignificar o teor de revolução e mudança de cotidiano.

Para o referido autor, os diferentes projetos dos segmentos que arregimentava esse movimento não promoveu o sucesso esperado de políticas que melhorassem as condições de vida dos excluídos de então, sendo que depois da tomada de poder não sustentaram a mesma unidade, e as discordâncias dos diferentes interesses políticos entre os segmentos encaminharam-se para derrota a curto prazo, sendo este movimento sufocado pelas forças hegemônicas de então, como todas as insurreições armadas, ocorridas no Brasil.

E assim concomitante, as lutas sociais travadas no processo histórico da primeira metade do século XIX contribuem para organização e reorganização da resistência dos subalternos, pois de acordo com Gohn (1995), as insurreições e levantes desse período, contribuíram decisivamente para construção da cidadania sociopolítica do país bem como as resistências que seguem na história dos dominados.

Nosso estudo identificou que as lutas no meio sociopolítico não se fizeram diferente no decorrer da segunda metade do Século XIX, devido às transformações ocorridas no país que incidiram em sua estrutura social e no regime de governo, os quais mobilizam esforços, que no dizeres de Do Bem (2006, p. 1143) seria “[...] para impulsionar [...] processo de transformação, objetivando, de fato, criar as condições para a superação do sistema produtivo escravocrata e fundar as bases para o surgimento das condições favoráveis ao desenvolvimento das relações capitalistas.”

Nesse sentido, corrobora Oliveira (2001), quando afirma que a longa marcha do povo brasileiro na luta pelos seus direitos sociais e pelo direito à terra, vem de longa data, desde a expropriação dos índios a lutas dos negros escravos que resistiram formando quilombos, em terra de liberdade, sendo destruídos pelos senhores da terra, e pelo Estado escravocrata. Sendo

assim, as lutas dos subalternos afloram sucessivamente pelos regimes que se renovam continuamente, carecendo de renovação de lideranças e organização.

A organização é, em linhas gerais, a construção de espaços coletivos que segundo Matos, (2003, p.23) representa:

[...] interesse em comum, nos grupos de trabalho, nas lutas conjuntas, onde as pessoas se conhecem mutuamente, se relacionam diretamente, umas com as outras e não por intermédio de representantes; [...]. É um espaço onde se pode construir uma práxis pela reflexão crítica das experiências coletivas, onde se pode constituir sujeitos sociais autônomos que se expressam nas relações com outros sujeitos sociais, com as autoridades instituídas, com outros segmentos da sociedade.

O autor ressalta a importância das organizações como espaços coletivos, de discussão, planejamento, reflexão de lutas, e construção de conhecimentos, constituindo-se em aprendizados para o enfrentamento das opressões sofridas ao longo dos tempos pelos atores de diferentes segmentos sociais.

Dessa forma, são em pequenos espaços coletivos que segundo Mocelim (2009, p. 52), os “movimentos sociais podem partir de pequenos grupos, núcleos ou estruturas muito simples e atingir uma diversificação e uma complexidade extremas, como seria o caso do movimento trabalhista, do movimento sindical,”

Os arranjos que originam-se de movimentos sociais vão se constituindo segundo Mocelim (2007, p. 49): [...] afinidades, percebidas por atores submetidos a pressões sociais semelhantes, ou que enfrentam “obstáculos” de uma mesma natureza. [...] os movimentos sociais podem propor mudanças em determinadas condições e/ou relações sociais, ou até mesmo buscar preservá-las.

Sendo assim, os coletivos sociais, em especial dos "debaixo", percebem as desigualdades a que são submetidos e que se impõem de maneira radical ou pacífica, fazendo emergir em cena as marcas impressas das desigualdades sociais.

Desse modo, trazer os conceitos e significados de movimentos sociais no contexto brasileiro, que se forjam pelas lutas e pressões do povo organizado com pautas definidas em suas reivindicações, se faz importante.

### 1.1.1 Elementos para Pensar o Sentido dos Movimentos Sociais

Necessitamos destacar aqui as contribuições de teóricos, estudiosos e pesquisadores que nos ajudam a refletir sobre os coletivos e os movimentos sociais, especificamente os da classe

trabalhadora rural da qual necessitamos apreender sobre sua organização e bandeiras de lutas. Pois, diante de diferentes abordagens, de tendências pouco consensual, nos dizeres de Martins (2011, p. 34), não é tarefa “fácil conceituar movimentos sociais, porque cada movimento possui suas especificidades.” Visto que, cada movimento tem seu objetivo e demandas de acordo com seus interesses e problemática, que por vezes são interpretados de formas confusas e pouco elucidativa.

A esse respeito, aponta Gohn (2000, p. 11), embora haja,

números razoáveis de estudos específicos sobre a problemática dos movimentos sociais não podemos afirmar que existam teorias bastante elaboradas a seu respeito. Parte dessa lacuna é dada pela multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são movimentos sociais. Um conjunto díspar de fenômenos sociais tem sido denominado como movimentos sociais. Na tentativa de clarificar a questão criaram-se novas taxinomias ou tipologias empíricas sem fundamentação teórica.

No entendimento da autora, há muitas lacunas ainda que carecem ser resolvidas, necessitando de um olhar mais atento aos fenômenos desencadeados na sociedade, pois nem todos os fenômenos são considerados movimentos sociais, pois estes possuem características que o desvelam, com tal, por isso necessitamos dizer que a “identidade tem opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade.” (GOHN, 2011, p. 336).

Neste contexto, para tratarmos sobre os movimentos sociais, faz-se necessário desvendar os processos históricos em que estes são engendrados e que teorias possibilitam diálogo com o movimento social estudado, suas características e posicionamento social.

Para evidenciarmos conceitos atinentes a respeito de movimento sociais, buscamos primeiramente nos estudos de Gohn (2011, p. 335) que considera que,

[...] são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

Para a autora, os movimentos sociais realizam avaliações da realidade social, com objetivos de potencializar mudanças no contexto vivenciados como na área da educação, saúde, transporte coletivo, etc., dessa maneira, contribuem com proposições que visam melhorias para as condições dos sociais. Na contemporaneidade, outros modos de mobilização e ação coletiva vem se destacando como aponta Gohn (2011, p. 335-336), na “atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e

internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação,” como as comunicações informacionais.

Essa forma de interação, criação e recriação de estratégias dos movimentos sociais, viabilizados por redes sociais e de articulação entre sujeitos individuais e coletivos, Warren (2008, p. 3), conceitua movimentos sociais como:

Redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social.

Para a autora, os sujeitos sociais de diversos movimentos organizam-se, mobilizam-se de forma virtual por existir um compartilhamento de identidades coletivas ou conflito em comum, opondo-se a um adversário comum em busca de manter uma identidade e viabilizar um projeto social. Nesse novo tipo de organização, a sociedade civil assume a centralidade, promovendo o intercâmbio de uma pluralidade de indivíduos ou coletivos como as organizações não governamentais (ONGS), associações locais, os diversos movimentos, como o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, movimento indígena, movimento negro, entre outros, desenvolvendo uma rede de movimento social.

Ainda para ela, as redes de movimentos sociais passam a ser um novo agente, mediando e articulando os objetivos específicos dos diversos movimentos com objetivos comuns, representados por uma pluralidade de membros de diferentes classes, com interesses onde envidam, segundo Warren (2006, p. 110), “encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas”, possibilitando um conjunto de relacionamentos sociais, em conexão permanente, como forma de solidariedade organizados em rede, haja vista que, de maneira desigual, a sociedade se organiza por interesses constituindo, o que na concepção de Lima (2005, p. 8) é:

A existência das classes supõe alguma forma de exploração econômica e de dominação política, segundo as quais as relações de sociabilidade encontram-se mediadas por um equivalente geral que encarna o pressuposto da violência e da expropriação na forma do duplo monopólio da força e dos meios de produção.

Ainda sobre movimentos sociais como força poderosa de mudanças sociais na época moderna, como afirma Sztompka (1998, p. 463), “são os movimentos sociais, talvez, a mais poderosa força de mudança social em nossa sociedade”

Para o autor, é um dos principais meios pelo qual a sociedade é reformada, é considerado agente portador transformação de vida política ou portadores de projetos históricos como os

movimentos rurais de trabalhadores e trabalhadoras agricultores. Para o autor, essas mudanças podem vir de baixo, desempenhadas pelas massas comuns em graus diversos.

As mudanças sociais podem vir de baixo ou por agentes que, segundo Sztompka (1998, p. 464), são “de elites (legisladores, governantes dirigentes administradores etc.), capazes de impor suas preferências aos demais membros da sociedade”. E as mudanças advindas de cima nem sempre correspondem com os anseios das reivindicações dos sujeitos.

A definição adequada para o fenômeno movimento social, é a nosapresentada por Sztompka (1998, p. 465):

- 1-Uma coletividade de indivíduos atuando juntos.
- 2-O objetivo comum da ação é uma certa mudança na sociedade, definida pelos participantes de maneira similar.
- 3-A coletividade é relativamente difusa, com um baixo nível de organização formal.
- 4-As ações têm um grau relativamente alto de espontaneidade assumindo formas não-institucionalizadas e não-convencionais.

Para o autor, movimentos sociais são, então, coletivos organizados, atuando juntos em busca de mudanças sociais, como os diversos movimentos sociais com os objetivos, os sentidos de pertencimento e as mobilizações que se operacionalizam no contexto de cada movimento em específico como se, inicialmente a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), o movimento dos atingidos por barragem (MAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que postulam uma ideologia e interesse próprio, ainda que sejam parte do movimento rural. Assim, esses elementos unificam todos os movimentos naquilo que os singulariza.

Os movimentos sociais se engendram, geralmente, no contexto popular, tangenciando uma relação intrínseca com a classe, de acordo com os pensamentos de Galvão (2010, p.110), para quem “é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte ou totalmente, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação”.

Se por um lado, para Galvão (2010), movimentos sociais têm relação com as classes numa acepção da organização da sociedade capitalista, haja vista que o termo classes refere-se “a um conjunto heterogêneo de diferentes classes sociais – que compreende o operariado, [...] o campesinato e as classes médias” (GALVÃO, 2010, p. 110), por outro lado verificamos que essa leitura não fica explícita nas análises e considerações das autoras tais como Gohn (2011), e Warren (2008), que pautam-se em abordagens que não apontam a contradição dos movimentos sociais enquanto classe.

Para melhor explicar o conceito de classe social, recorreremos à teoria marxista nas distintas obras elaboradas por Marx e seu companheiro de estudo Engels. Os autores

evidenciaram que o discernimento concernente à organização de classe que se acentua a partir do excedente produzido pelo trabalho e, apropriado por outrem, em especial com o desenvolvimento do comércio e manufatura, e pelas lutas políticas. Isso foi demonstrado no Manifesto Comunista ao afirmarem Marx e Engels (2005, p. 40), que “história de toda as sociedades até hoje existente é a história de lutas de classes”. Para os autores, os elementos dinâmicos que produzem as modificações sociais ocorrem no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações engendradas, as que os homens são constrangidos a estabelecerem entre si.

Essas conformações se estabelecem e simplificam-se com a organização em campos antagônicos, em duas grandes classes segundo Marx e Engels (2005, p. 41), “a burguesia e o proletariado”. No entendimento desses autores, a burguesia é formada pelos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção e da força dos trabalhadores que não tem outra forma de sobrevivência.

Segundo Bottomore, (2012, p. 105), “Marx e Engels admitiram que a classe era uma característica singularmente distintiva das sociedades capitalistas sugerindo mesmo em *A Ideologia Alemã* que a “própria classe é um produto da burguesia.” E esta, ao se constituir, imprimiu sobre a classe oposta a exploração, opressão e miséria material.

Sobre a obra de Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, destaca Sader (2007, p. 14). “A cada estado de desenvolvimento das formas de produção material da sua existência correspondem formas específicas de estruturação social, além de valores e formas de apreensão da realidade.” É essa apreensão da realidade que leva um certo tempo para que a classe de trabalhadores e trabalhadoras se apropriem percebam que a situação degradante que permeava a vida de todos, impondo-lhes uma só condição de explorados, permiti-lhes compreender o pertencimento a uma classe, a classe em si. Por outro lado, quando todos se comprometem a lutar por uma causa comum. Marx e Engels denominam essa classe de classe para si, ou seja, a vontade de romper com os laços de opressão que permeia a vida de todos. Contudo, as concorrências entre os diferentes interesses das profissões muitas vezes fragmentaram as lutas tornando-as heterogêneas.

No contexto dos movimentos sociais, seja popular ou com outros ensejos, como: movimento negro, de mulheres ou de juventude rural, são passíveis de ocorrer dissenso, oposição de ideias e cisão de seus membros, por se tratar de organizações conscientes de seus atos e demandas concordando ou não com uma determinada ação.

Nesse sentido, adverte Galvão (2010, p. 122),

É preciso atentar para a relação entre direção e base a fim de observar as formas de participação e os processos de tomada de decisão (se pautados em princípios democráticos ou autocráticos); avaliar as tendências à burocratização e o grau de apego das lideranças ao poder; verificar o encaminhamento e cumprimento das resoluções e diretrizes acordadas com a base.

No entendimento da autora, a participação em contextos sociopolíticos deve passar constantemente por avaliações, para que sejam apreendidos se os discursos correspondem às respectivas práticas, e como se estabelecem a participação de todos no interior do movimento no que concerne às tomadas de decisões cruciais que envolvem os destinos da uma organização, de um movimento e, conseqüentemente, de seus partícipes. Mediante os diferentes conceitos e ramificações de movimentos sociais, especifiquemos aqui o movimento que abordamos neste estudo, por se tratar de uma organização que vivenciou/vivencia contradições internas e externas em sua constituição, que é o movimento social do campo.

Para abordar os movimentos sociais rurais de mulheres trabalhadoras agricultoras que fazem e refazem sua caminhada em articulações com outros movimentos e agentes sociais, em busca de participar de forma efetiva na vida em sociedade e em diversos espaços sócio-políticos, destacamos as ideias de Silva (2017, p. 03), a qual evidencia “o direito à sindicalização, à previdência social,” entre outras reivindicações que serão contempladas neste estudo.

Explicita-se que os movimentos sociais rurais dos trabalhadores e trabalhadoras que se organizaram/organizam de longa data, ensejaram novos rumos, a partir de eventos, enfatizado por Medeiros (1989), como encontros que se iniciam na década de 1950, encontros regionais, conferências, que na consideração de Medeiros (1989, p. 30), foi “um passo fundamental para a superação do localismo e do isolamento das lutas que se desenvolviam no campo”. Esses espaços tornaram-se propícios para interlocuções e compartilhamentos de aprendizados, utopias e demandas propositivas para construção de projetos que visavam benefícios para os trabalhadores, como afirma Medeiros (1989, p. 30), “que tinha por um de seus objetivos centrais criar uma organização de âmbito nacional que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores então existentes”.

A trajetória histórica de lutas e demandas dos movimentos no campo são atravessadas pelas conjunturas instauradas no país e são conformadas de acordo com as das políticas desenvolvimentistas agrícolas definidoras da modernização agropecuária. Da década de 1950 a 1960, se acirram contendas por tais inovações, e no decorrer do século XX e XXI elas se tornam complexas ainda mais como explica Carvalho (2015, p. 2), “a desigualdade social hoje existente no campo, com fortes reflexos nas cidades, é consequência direta dessa relação de violência

provocada pela ‘expansão capitalista no campo e pelas políticas públicas’”, que a este se destina. E essas dinâmicas permearam/permeiam a vida das trabalhadoras rurais.

### 1.1.2 A Participação das Trabalhadoras Rurais no Contexto das Lutas Sociopolíticas do Campo

Inseridos nesse contexto de igual modo, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais na década de 1980 aparece na cena como aponta Mocelim (2009, p. 68):

As mulheres rurais ambicionavam o ajuste e a adequação de suas propostas às demais organizações camponesas, juntamente com o fortalecimento das lutas rurais mais gerais, que constituíam um embate específico por questões denominadas de gênero, no meio rural. A tentativa de inclusão e igualdade nos processos originados e executados nas unidades produtivas e na sociedade trouxe à tona, no contexto rural, a realidade feminina.

Assim, inseridos em movimentos, os sujeitos do campo são capazes de formular propostas e de lutar por elas, mesmo sendo mediados por algum agente externo ao processo. O contexto dos movimentos sociais tem como elemento fundamental a participação, e esta é a chave para o avanço das conquistas nas lutas e pertencimentos de um grupo.

É pelo caminho da participação, que seguirá nossas investigações, buscando compreender de que forma os sujeitos investigados participam no movimento de sua categoria de trabalhadores. Importante esclarecer que a participação em discussão trata-se daquela que é apontada na concepção de Dias (2007, p. 5): “democrática, em sua versão revolucionária e democrática-radical,” e não a participação no molde neoliberal que visa desresponsabilizar o Estado de suas obrigações, repassando para a sociedade civil sua função.

A participação torna-se mote cada vez mais presente em vários processos de gestão como nas políticas públicas, na educação, fazendo-se atinente para o crescimento e conquistas de objetivos comuns em determinados espaços sociais. Neste caso a participação, que almejamos desvendar se refere em específico o de trabalhadoras agricultoras rurais em movimento sindical. Em relação ao conceito de participação, Bordenave (2013) assim se expressa, participar “é fazer parte, tomar ou ter parte” (BORDENAVE, 2013, p. 22), o que implica desvelar os sentidos que tais palavras emitem.

É possível alguém fazer parte, sem ter parte ou tomar parte em uma organização social, associação ou sindicato? O autor alerta que participar não é o quanto se reúne ou se debate um tema, mas como essa ação é representativa de uma participação aberta, ativa, que se materializa na prática. Ressalta Bordenave (2013), que a questão da participação de um indivíduo em uma

organização social, deve se qualificada e com poder de interação, interlocução e decisão nos espaços que estes estão imbuídos, isto é tomar parte e ter parte no contexto decisório de seus respectivos movimentos.

Nesta perspectiva, reafirma o autor que a democracia participativa seria, então aquela em que os cidadãos, diz Bordenave (2013, p. 23), “tem parte” real na sua condução e por isso tomam parte - cada qual em seu ambiente – na construção de uma nova sociedade da qual se sentem parte”. Por isso, o conceito de participação torna-se pertinente quando se pretende analisar a organização das trabalhadoras rurais em defesa de uma sociedade que promova condições de vida digna para todos em âmbito familiar, de trabalho e de no movimento sindical enquanto sujeito social em seu próprio país.

Sendo assim, a participação permaneceria na pauta do movimento que, de acordo com Bordenave (2013, p. 12), “devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo, os assuntos que interessam a todos são decididos por poucos.” Por outro lado, o autor acima citado destaca que a participação tem seu lado antagônico, tanto pode desenvolver-se “com objetivos de liberação e igualdade como para a manutenção de uma situação de controle de muitos por alguns” (BORDENAVE, 2013, idem, ibidem).

Contudo, salienta Bordenave (2013, p. 12), que a

participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disso, por meio da participação, conseguem-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças.

Além disso, participar é uma necessidade vital de todo ser humano, pois promove o encontro com o outro, troca de experiências, por isso é tão basilar como as necessidade do ser humano, como: comer, dormir etc. Bordenave (2013, p. 16), assim descreve:

[...] sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

O autor revela que a participação social ocorre em níveis diferentes como micro participação que ele diz ser a família, associações e em nível macro, diz Bordenave (2013, p. 24), “quando intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo”, como as organizações de trabalhadoras/es que em suas trajetórias de reivindicações segundo Silva (2017, p. 12), são “sujeitos de direito e demandantes de políticas públicas” lutando em várias frentes pela posse da terra, pelos direitos sociais e econômicos bem como pelo direito de poder influenciar no movimento sindical em prol de suas bandeiras de lutas.

Nesse mesmo sentido, confirma Demo (1988) que a participação é um processo contínuo infindável, sempre se renovando:

Participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. Participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo já preexistente (DEMO, 1988, p. 18).

O autor se refere à participação sócio-política, aquela que os indivíduos necessitam integrar-se a um grupo para construir caminhos viáveis para conquista de direitos que ainda não foram efetivados ou formalizados como as que reivindicam as trabalhadoras agricultoras que segundo Amaral( 2007) através das organizações pelas lutas no campo, especialmente pela reforma agrária, pelo fim da impunidade e contra a violência perante o Estado,

Estas, que desde a década de 1960, lutam pela posse da terra nos estados nordestinos, e nesses movimentos conta Silva (2017, p. 10), que “Elizabeth enfrentou as lutas no campo à frente da Liga de Sapé. Em 1962, foi eleita Presidenta da liga, quebrando os padrões de uma época”, e sua recompensa foram as intensas persiguições.

Ainda no nordeste brasileiro, mais precisamente no estado de Paraíba, outra Mulher que se destacou no período do governo militar e liderou os trabalhadores rurais por 12 anos, foi Margarida Alves segundo Silva (2017), associou-se às lutas em defesa dos direitos dos/as trabalhadores rurais, contrapondo-se a hegemonia que era natural nos mandos sindicais, e nessa mesma década pagou o preço de sua ousadia, sendo assassinada. Assim como no Pará, Dorothy Stang, missionária Norte-Americana naturalizada brasileira, teve a mesma por se posicionar a favor dos debaixo, organizando os trabalhadores/as rurais em Anapú no Pará, segundo o INSTITUTO UNISINOS (2019), lutava em defesa dos direitos dos trabalhadores/trabalhadoras do assentamento Boa Esperança, contrapondo-se ao modo destrutivo da elite agrária dessa região, defendia principalmente a produção agrícola articulada com cuidado ao meio ambiente.

Nessa perspectiva, os embates e as conquistas não devem conformar as lutas, mas reitera Demo (1988, p. 19), “supõe compromisso, envolvimento, presença em ações”. Para que as conquistas de direitos se efetivem num processo árduo de participação, que é conquista em legítimo sentido de defesa de interesses diversos, enfatiza Demo (1988, p. 84), que não “pode, então, haver participação dada, doada, preexistente. Somente existe na medida que a conquistamos, no contexto de esforço conscientizado das tendências históricas contrárias”.

Nesse sentido, o Estado como mandatário das políticas sociais e públicas elabora estratégias que promovem cisão entre Estado e sociedade, como afirma Celso Daniel (1999, p. 25):

Uma das características básicas do sistema democrático consiste em que o poder político é limitado de direito: à margem dos direitos das decisões políticas, erguem-se os espaços econômicos, científicos, estéticos, jurídicos, cada qual regidos por suas próprias normas; ao mesmo tempo, instaura-se a separação entre a sociedade e o Estado.

Em oposição ao processo de alijamento e cisões no que consiste ao direito, reafirma Demo (1988, p. 61), a importância de se “estabelecer na sociedade o processo de conquista de direitos, [...] é algo incondicionalmente devido; porém, só se efetiva, se conquistado”. E, nessa direção continua Demo (idem, ibidem) “não basta consignar os direitos na letra, fazer declarações verbais, aprimorar textos constitucionais, se os interessados não urgirem na teoria e na prática de seus direitos”.

Sendo assim, a participação socio-política de mulheres em contextos rurais em busca de vencer barreiras impostas tanto pelos sistemas destrutivos que regem a sociedade, quanto pela limitação das entidades que não conseguem responder a amplas demandas impostas no contexto das trabalhadoras/es na contemporaneidade, urge subsidiá-las no entendimento de que estas são necessárias nas lutas de seu tempo.

Nesse sentido, o movimento de mulheres agricultoras, seriam a forma de assegurar o que compartilham Bordenave (2013) e Demo (1988), sobre a autopromoção dos sujeitos engajados em movimento, de modo a superar a expropriação que se fazem vigentes nas experiências de vidas das trabalhadoras tanto no contexto familiar como nos espaços públicos como a entidade de classe, possibilitando a partir da realidade vivenciada por esses sujeitos a autocrítica e o aperfeiçoamento da participação, num processo contínuo de aprendizagem com e pelo movimento.

Desse modo, a importância da participação está no aprendizado adquiridos pelos sujeitos mediados pela luta, pois, para Demo (1988, p. 49), a “educação, ao contrário do que muitos pensam, está em ser instrumento de participação política”. A educação apropriada no movimento social, ocorre da seguinte forma segundo, Bordenave (2013, p.72-73), “quando as pessoas aprendem a organizar e coordenar encontros, assembleias e reuniões; a formar comissões de trabalhos; pesquisar problemas elaborar relatórios; usar meios e técnicas de comunicação”.

Nesse sentido, à constituição da trajetória do movimento social rural brasileiro, faz-se importante salientar não se faz de modo linear, da mesma forma que o movimento de mulheres

trabalhadoras rurais estão imbricados em constantes contradições, com implicações que afetam diretamente a vida das trabalhadoras, que apesar dos esforços e tensões, segundo Medeiros (1989, p. 13),

vivenciadas a partir de uma determinada experiência cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeiam reações que vão da migração à violência individual ou à organização em defesa do que se considera legítimo. Dentro desse quadro, a partir dele e interferindo nele, compondo, pois, a própria experiência dos trabalhadores, que se movem às organizações partidárias, sindicais etc. e instituições de apoio.

Seguindo esta linha de pensamento, corrobora Mocelim (2009, p. 49), os “movimentos sociais rurais emergem no contexto em que os movimentos sociais em geral, urbanos e rurais, assumem suma importância na transformação da sociedade, especialmente no decorrer do século XX e no início do século XXI”, onde as trabalhadoras rurais se fazem presentes, mas se tornam invisíveis também pela falta de sistematização de suas trajetórias.

Em relação às tensões no campo, ressalta Oliveira (2001, p. 180), que são “marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país” que, por vezes, esboça um clima favorável aos trabalhadores/as, quando do processo da industrialização no Brasil, passam acreditar os trabalhadores que os latifundiários deixariam a terra para quem precisa tirar sua própria existência, dedicando-se aos investimentos nas indústrias. Porém, o inverso ocorre, os donos de indústrias, quanto mais acumulam, orna-se imperativo maiores aquisições de propriedade.

Diante da aquisição de terra pelos capitalistas, o latifúndio torna-se um vilão a ser contestado. Quanto a essa questão, o latifúndio como categorização que diferencia as propriedades rurais no Brasil, e isso se expressa de acordo com Talaska (2017, p. 190), no “Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - nesse particular, foi a legislação que, pela primeira vez na história do país”, definiu limites e categorias para as propriedades rurais. Conforme, Estatuto da Terra - Lei nº 4.504/64.

Artigo 4º, inciso V, o imóvel rural pode ser ainda considerado como latifúndio e em duas situações: i) a primeira, sendo considerado *latifúndio por dimensão*, quando sua área exceder a dimensão máxima de 600 (seiscentas) vezes o módulo médio da propriedade rural ou ainda a 600 (seiscentas) vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva região; e ii) a segunda, sendo considerado *latifúndio por exploração*, quando sua área não exceder o limite referido na primeira situação, mas apresentar área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, sendo mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos.

Assim, as terras não produtivas deveriam ser redistribuídas aos trabalhadores, no sentido de reparar o dano causado desde a colonização do Brasil à posse desigual da terra. No que tange

a essa lei, não produziu alteração nas estruturas agrárias, por outro lado aprofundou as desigualdades em relação à apropriação de terra pelas camponesas e camponeses pobres.

Nesse contexto, a luta por reforma agrária vem de longa data envolvendo vários segmentos do povo brasileiro, em constantes massacres, que além dos índios, quilombolas, os posseiros são categorias expropriadas da terra, sendo os últimos, para Oliveira (2001, p. 190), “posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, gendarmes de plantão dos latifundiários especuladores e grileiros”.

O autor também rememora os diversos movimentos sociais que integraram as lutas pela liberdade e pela terra livre como: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso como forças de resistências até o último limite, por direitos como pertencente de um território, que os desterritorializa.

É válido destacar as conquistas do terceiro movimento citado acima - Trombas e Formoso - movimento evidenciado nos estudos de Medeiros(1989), que a

Região onde o conflito se desenvolveu situa-se no meio norte de Goiás. Ocupada nos anos 40 por migrantes vindos de diversos pontos do país, muitos atraídos pela propaganda em torno da Cango (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), em Ceres; a partir do início dos anos 50, a área tornou-se objeto de grilagem. 10 posseiros, ameaçados de despejo, resolveram resistir.

Para a autora, o sustentáculo dessas lutas foram as associações criadas por eles, como forma de organização de vigilância e enfrentamentos contra os grileiros e a polícia cotidianamente. A resolução desse caso ocorreu com a criação de conselhos, tornando-os conquistadores do direito de posse.

Outra demanda que trouxe implicações para vida no campo está intimamente ligada ao seu modo de produzir, e os instrumentos rudimentares utilizados concebem o campo como sinônimo de atraso, por isso as recomendações de que este deveria modernizar-se com inovações tecnológicas. Dentre tais orientações, pontuamos a da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), para modernizar a agricultura e promover o crescimento econômico dos países periféricos, que, no entendimento de Medeiros (1993), seria o estímulo da produção interna no país.

A esse respeito o documento cepalino, segundo Rodríguez (2009, p. 115), reitera que há “uma interpretação dos desequilíbrios gerados na agricultura: as carências de oferta agropecuária peculiares da fase de industrialização substitutiva e a incapacidade do campo de manter um nível de emprego que se harmonize com o crescimento das demais atividades.”

Outro fator determinante do atraso na agricultura estava acentuada segundo o documento da CEPAL, de acordo com Rodríguez (2009, p. 117), é de que no “latifúndio, a excessiva concentração da terra dificulta sua plena utilização, devido à grande quantidade de capital que seria necessário para explorá-la plenamente,” e para que fossem sanadas as desigualdades no campo, reitera Medeiros (1993, p. 5), “a reforma agrária era entendida como a eliminação dos latifundiários enquanto classe e divisão das terras entre os que nela quisessem trabalhar”, reconfigurando a produtividade e o mercado interno.

O referido processo, de acordo com o pensamento Cepalino, impediam o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, inclusive o brasileiro. Todavia, as orientações para alterar tal quadro não surtiram efeito em relação à distribuição de terras para quem dela precisa, conforme complementa Medeiros (1993, p. 6):

Se o desenvolvimento do país, através da intensificação, ao da industrialização era a meta, a aposta dos segmentos industriais mostrava-se muito mais voltada para estimular a modernização da agricultura, sem alterar a estrutura fundiária. Para os segmentos dominantes desse setor, o mercado que a agricultura poderia abrir era principalmente o de máquinas e equipamentos pesados, insumos químicos etc., o que não pressupunha uma redistribuição fundiária.

É no bojo dessas contradições e das lutas pela posse da terra, que se considera a luta política que então se realizava/realiza o desenvolvimento do país. A autora supracitada ilustra as diferenças profundas entre os trabalhadores/as que desenvolviam uma cultura com precários instrumentos de trabalho e os detentores da terra e sua produção agrícola com as maquinárias para o comércio exterior.

Vejamos aqui que a modernização da agricultura gerariam mudanças assim nos modos e costumes de sobrevivência no campo para os dos meeiros, arrendatários, colonos, tornando-se complexas as relações sociais no campo, resultando em revoltas, greves, mobilizações, e confrontos.

As trabalhadoras/es que buscam por um pedaço de terra para instaurar seu modo de vida são, assim, caracterizadas

Arrendatários, os meeiros, que eram os que trabalhavam em terra alheia, entregando uma parte do que produziam, geralmente a metade, a título de renda da terra. Eram de dois tipos as reivindicações apresentadas por essa categoria, ora apresentando um caráter combinado, ora não. De um lado, colocava-se a luta pela redução das taxas de arrendamento. De outro, a luta pela permanência na terra, [...]visto que, em muitas regiões, o arrendamento era a forma utilizada para a formação de pastos: o proprietário entregava as terras e o arrendatário deveria devolvê-las, normalmente após três anos de uso, com pasto formado (MEDEIROS, 1989, p. 24).

Segundo a autora, os conflitos que eclodiam pelo aumento constantemente do arrendamento das terras por parte dos trabalhadores/as pobres, que resultava na expulsão desses sujeitos da terra. Essas são algumas das dinâmicas que envolveram/envolvem a trajetória dos movimentos e organização do campo, no qual enfrentam juntamente com suas companheiras de luta, como afirma Medeiros (2004), através da luta de resistência na terra na qual eram ameaçados de expulsão, identificando-se como lavradores/lavradoras, trabalhadores/as agrícolas.

Num processo de expropriação e violência no campo, a esperança que movia as trabalhadoras/es em constantes derrotas compreendia a organização e legalização de uma entidade que representativa de trabalhadores/as rurais, entidade fundamental para efetivação das demandas pautadas nas diversas conferências realizadas por eles, que coincidiam, de acordo com Medeiros (1989), com as reivindicações, como: a reforma agrária, aumentos salariais, previdência, férias remuneradas, estabilidade no emprego, dentre outros direitos que, com o avançar do tempo e dos processos de modernização no campo e do capitalismo, segundo Carvalho (2015, p. 2), e “pelas políticas públicas a ela subalternas”, impõem novas frentes de lutas, carecendo de uma forma de enfrentamento. Essas lutas teriam mais chances de ser legitimadas com a oficialização de um sindicato onde todos pudessem participar da mesma forma.

## 1.2 O SINDICALISMO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHADOR: PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS

Um debate do significado e da origem do sindicalismo remonta à organização do trabalho sob a lógica do capital na passagem do trabalho artesanal ao fabril cujo objetivo sempre foi o lucro. Segundo Marx (1984, p. 157), “ao considerar a jornada de trabalho etc., mostrou-se oportunamente que o trabalhador é com frequência forçado a fazer de seu consumo individual mero incidente do processo de produção”, apenas para manter sua força de trabalho.

Essa constante manutenção e reprodução da classe trabalhadora como condição da reprodução do capital não passa despercebida pelos próprios trabalhadores que de forma coletiva passaram, então, a constituir movimentos que aqui denominamos de sindicalismo.

Ora, a exploração da força de trabalho é a forma mais eficiente da produção do lucro à forma capitalista, questão denunciada por Marx em seus diferentes trabalhos.

A organização pleiteada pelos trabalhadores no advento da industrialização no século XIX e a crescente implantação de maquinaria segundo Marx e Engels (2005), principalmente nas fabricas têxteis, consistia em combater a opressão a estes, imposta pela impetuosa ascensão do capitalismo. Todo esforço empreendido nas demandas dos sujeitos do tempo em questão tem relação com o preço da força de trabalho remunerado pelos capitalistas, que é o salário, que na obra *O capital*, conceitua Marx (1895, p. 122), como “o dinheiro que o capitalista paga ao trabalhador para a utilização da força de trabalho”, ou seja, o comprador da força de trabalho estabelece um contrato individual que, por sua vez, rebaixa cada vez mais o meio de sobrevivência dos operários, que ora são determinados pelo jogo de mercado ou pelo constante avanço técnico e tecnológico.

Esse modo de reprodução de vida tem como consequência o desafio imposto pelos capitalistas ao proletariado, a encontrarem um meio de defesa diante da aviltante exploração. Nesse sentido, Marx e Engels (1980, p. 9) destacam que os “sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor”.

No que diz respeito, ainda, à busca pela forma sindicato, Engels ilustra, em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, no século XIX, as condições em que viviam os proletários na Inglaterra. Conta Engels, destacando sua trajetória e investidas em diversas formas de lutas que perpassaram por crimes, destruição de máquinas, associações secretas e finalmente sindicatos, e este tinha como finalidade complementa Engels (2010, p. 250),

fixar o salário, negociar *en masse*, como *força*, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho; por isso, trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem.

Para Engels (2010), essas associações promoveram a união entre as massas proletárias de diferentes ramificações industriais, obtendo, assim, a compreensão de que a concorrência entre si os fragilizavam perante a classe burguesa. Segundo o entendimento de Engels (2010, p. 253), “agora, os operários compreendem cada vez mais o que lhes custa a concorrência; compreendem, melhor que os burgueses, que a concorrência entre os proprietários, é que provoca as crises comerciais e oprime os trabalhadores”. Pois, no início dessas organizações, segundo Alves (2003, p. 25, grifo do autor), “o tipo de sindicalismo vigente naquela época era o *sindicalismo de ofício*, caracterizado por um forte exclusivismo profissional, abrangendo grupos de ex-artesãos transformados em assalariados”. Sendo sua expansão como entidade ao longo do século XIX e XX, Marx e Engels conferem, então, a essa organização função precípua

nas questões de sobrevivência desses atores, segundo Marx e Engels (1980, p. 9), “os operários se unem para se colocarem em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho”. Para Engels (2010, p. 253),

essas associações e as greves que elas organizam adquirem uma importância específica na escala em que representam a primeira tentativa operária para *suprimir a concorrência* – o que pressupõe a consciência de que o poder da burguesia se apoia unicamente na concorrência entre os operários.

Marx (1985), em *A miséria da filosofia*, reitera que a coalização entre os trabalhadores tem duplo objetivo: fazer cessar a concorrência entre eles, dirigindo a concorrência geral ao capitalista, e a união desses agentes promovem no seio do movimento uma segurança antes imaginada como forma de enfrentamento aos patrões e de lutas que irão assumir feições políticas em processos ulteriores.

O sindicato e as greves tornam-se as forças motrizes no percurso histórico desse movimento por melhores provimentos e, conseqüentemente, a redução da jornada de trabalho, fundamental para organização e união dos trabalhadores. Contudo, essa organização tem sua constituição inicial segundo Engels (2010), concedida pelos aparatos legais na Inglaterra no século XIX, com definições claras, pois as associações, antes de decidirem fazer greves, teriam o dever de informar os industriais e o estado.

Outra limitação apontada por Marx (1980), no decorrer do percurso histórico, são as reivindicações puramente economicistas e que os impõem em um círculo vicioso, sem acrescentar melhoria à vida da classe, tampouco promove condição para intervir nos complexos engendramentos de mercado, que os torna dependente da engrenagem do capital, e isso implica segundo Marx e Engels (1880), em uma consciência de classe acurada, que derrube de vez a escravidão proletária.

E para explicar tal ilusão em relação aos aumentos salariais, estes não garantiam uma qualidade de vida duradoura para os proletários, e seria necessário fazê-los compreender que os produtores comumente aproveitam, conforme Marx (1985, p. 251), a “elevação do salário para elevar os preços das mercadorias em grau muito mais alto”, resultando no retorno do dinheiro das mãos dos assalariados para os bolsos dos capitalistas, e portanto muitos empresários não relutavam em relação às reivindicações por aumento salariais desencadeadas pelos sindicatos.

Daí que as greves utilizadas no que tange às questões estreitam ao imediatismo econômico, impõem limites ao movimento sindical e em sua especificidade, que está para além, segundo a crítica de Marx (1980, p. 14), “de sua função imediata de reação contra as

dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua radical emancipação”. O sindicato então, deveria objetivar a transição das lutas economicistas, tonando-se centro de emancipação dos trabalhadores, superando o pensamento limitado e reformista.

Para Marx (1980), os sindicatos têm função organizativa e política como centros de resistência e de educação dos trabalhadores, traçando meios de emancipação de todos os oprimidos, em especial daqueles que se encontram isolados, como os proletários rurais. E, ainda, se necessárias fossem as greves, deveriam servir como meio de ampliação e organização da classe operária para a derrubada do capitalismo, e essa missão deveria iniciar nos sindicatos como centros de organização e educação das massas.

Nesse sentido, a concepção de Marx se faz presente nos escritos de Lenin sobre sindicato, concebendo-o como um centro educativo político, em contraposição à lógica economicista pela qual se dispõe a lutar a organização do operariado Russo no período Czarista do final século XIX e início do século XX. Para Lenin (1978, p. 31), a

história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc.

A organização em sindicato seria um passo importante, mas não o bastante em vista de que a consciência política do proletariado em suas organizações é limitada, no sentido de esclarecer-lhes que há uma forma de derrubar a condição imposta pelo patrões, e essa condição só seria possível com uma radical revolução, e esse esclarecimento educativo deveria, segundo Lenin (1978, p. 31), “chegar até eles a partir de fora”. A educação, conforme cogitado pelo autor, para alterar a face societária, deveria ser difundida por intelectuais revolucionários, agentes que não se encontravam na esfera das relações de assalariados e patrões, mas sim que se articulavam nas diversas camadas sociais como estudantes universitários e intelectuais imbuídos no partido e nos movimentos revolucionários, denominado por Lenin (1978, p. 109), “revolucionários profissionais”.

Nessa direção, justifica Lenin (1978, p. 53), que a “social-democracia dirige a luta da classe operária, não apenas para obter condições vantajosas na venda da força de trabalho, mas também pela abolição da ordem social, que obriga os não possuidores a se venderem aos ricos”.

Lenin, ao contrário de Marx, confere as greves à força imperiosa para desenvolver a consciência de classe, mesmo que de forma embrionária em seu início. Toda greve, revela Lenin

(1979, p. 48), “infunde vigorosamente nos operários a ideia do socialismo: a ideia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital”.

O movimento sindical permite que os trabalhadores reconheçam a exploração a que estão submetidos, sendo uma realidade que os universaliza. Assim, a greve torna-se o momento oportuno para reflexão e ensina, na perspectiva de Lenin (1979, p. 48), “os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários, ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária”.

Para Lenin, os momentos de confronto, de agitação são verdadeiras escolas de guerra, na qual se preparam os homens “para a grande batalha” (ENGELS, 2010, p. 258 ). Lenin (1979) assegura que essa guerra tem sentido emancipatório de todo o povo e de todos os trabalhadores, das garras do capital. Contudo, para tal empreendimento seria necessário que um grupo exterior ou as organizações operárias promovessem a consciência de luta de classe, ou seja, educassem os para a revolução.

Luxemburgo (1974) também comunga da concepção de que as greves são práticas que promovem a consciência de classe, e suas produções intelectuais são compartilhadas em artigos e cartas que ilustram as experiências de lutas de seu tempo na Alemanha e na Rússia na segunda metade do século XIX e início do século XX, em especial sobre Greve de massas, partidos e sindicatos.

A greve de massa é, para Luxemburgo (1974), ação revolucionária, e tem papel fundamental no despertar de diversos segmentos de profissões da sociedade, mobilizando-os para luta no sentido emancipatório, e essa dinâmica de greve é, para Luxemburgo (1974, p. 53)

a pulsação viva da revolução, é ao mesmo tempo o seu motor mais poderoso. [...] a greve de massa, de acordo com o modelo que dela nos oferece a revolução russa, não é um meio engenhoso inventado para reforçar o efeito da luta proletária, é o próprio movimento da massa proletária, é a força de manifestação das massas proletárias no desenrolar da revolução.

Para ela, a pujança da greve da massa trabalhadora flui como expressão máxima do aprendizado na e por meio do confronto disruptivo, corroborando, assim, para ampliação da consciência das frações de classes, quer seja do proletariado como dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas lutas desenvolvidas no processo evolutivo das variadas greves.

Sendo assim, Luxemburgo (1974) se opõe ao pensamento leninista, que subestima a organização dos trabalhadores e sua auto formação na prática cotidiana dos enfrentamentos. E que, para realizar um levante vitorioso, deveria realizar-se sob a égide de mentores que os

educassem política e taticamente para tal fim. A contraposição de Luxemburgo é que a educação desempenhada tanto pelo partido como pelo sindicato na Alemanha não surtiram o resultado esperado em comparação com a Rússia. Isso porque alguns meses de lutas, segundo Luxemburgo (1974, p. 80), “contribuirão mais para a educação dessas massas actualmente desorganizadas do que dez anos de comícios públicos e de distribuições de panfletos” nas organizações de trabalhadores nos outros países da Europa. E ainda complementa Luxemburgo (1974, p. 79), que é na.

revolução em que a própria massa aparece na cena política, a consciência de classe torna-se *concreto e activa*. Assim, um ano de revolução deu ao proletariado russo essa «educação» que trinta anos de lutas parlamentares e sindicais não podem artificialmente dar ao proletariado alemão (grifos da autora).

Por outro lado, a autora não desconsidera a importância do conhecimento teórico do marxismo para a compreensão da evolução das greves e sua conseqüente aniquilação de uma forma de Estado, nessa direção assinala Luxemburgo (1974, p. 36) que

o proletariado tem necessidade de um alto grau de educação política, de consciência de classe e organização. Não pode aprender todas estas coisas em brochuras ou em folhas volantes; tal educação ele a adquirirá na escola política viva, na luta e pela luta, no decorrer da revolução em marcha.

Esse excerto se coaduna com as análises de Loureiro (1995), intelectual que se especializou nas obras de Luxemburgo. Para esta, a consciência de classe é muito mais fruto da ação espontânea das massas que da educação do partido. Tema que defende Luxemburgo por acreditar na vontade dos trabalhadores em sua totalidade, de se unirem para combater a dual opressão que experienciavam na Rússia o capitalismo e absolutismo, então para Luxemburgo (1974, p. 63), “o elemento espontâneo desempenha um papel tão importante na greve de massas russas, não é porque o proletariado esteja «deseducado», mas porque as revoluções não se aprendem na escola” e sim na vida, como enfatiza Lôwy (2015, p. 5), na “ação pedagógica da luta revolucionária”.

Se para Lenin os sindicatos eram meros correios de transmissão das teorias e politização que levaria os trabalhadores a organizarem-se em partidos, para Luxemburgo os sindicatos são espaços ardentes de organização e de lutas na prática. Bem antes dos partidos e as teorias se articularem com as demandas dos proletários, eles já criavam maneiras de se defender dos patrões, buscando criar suas próprias organizações.

### 1.2.1 O Sindicalismo Rural: Quem é o Patrão?

Feito o cenário geral que deu corpo ao sindicalismo, verifiquemos agora o cenário nacional brasileiro dando ênfase ao sindicato rural, considerando que existem divergências nos movimentos sociais no campo, mas elas estão imbricadas com as especificidades desses movimentos que, por sua vez, também se apresentam multifacetados pela diversidade de reivindicação nesse contexto, determinadas pelo jogo e estrutura agrária, complementa Grzybowski (1987, p.17):

A diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existente e modo de viver e enfrentá-las. As bases dos movimentos estão implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária

O autor destaca a distinção de movimentos sociais no campo, a partir da forma como os espaços rurais foram conformados e, juntamente com estes os trabalhadores rurais e suas frentes de lutas diversas sendo, às vezes, retratados pelo mesmo autor como fragmentárias, pelos inúmeros segmentos de trabalhadores/as rurais, como os posseiros/as, assalariados/as, os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, bem como reivindicações pela melhoria de preço dos produtos, de produtores integrados ao novo modo de produção agrícola, como forma de resistência, que considera Grzybowski (1987, p. 38), “lutas camponesas contra a subordinação e exploração embutidas nas condições de produção e comercialização de seus produtos”.

Dentre os movimentos que precederam a oficialização sindical dos trabalhadores rurais, está a que mais mobilizou e causou grande impacto no meio rural e citadino, sendo expoente para consolidação da estrutura sindical rural. As Ligas Camponesas, que segundo Moraes (2012), não se trata daquelas que declinaram com o Partido Comunista na década de 1940, mas sim, uma outra denominada segundo Moraes (2012, p. 29), de “Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) teve, em seus inícios, dias muito difíceis”, e que fora apelidada pelos fazendeiros de Ligas Camponesas, no intuito de disseminar que estas seriam do mesmo feitio da primeira.

São exemplos de mobilização na acepção de Mota e Esteves (2009, p. 244), os movimentos:

As Ligas Camponesas, como foram denominadas e seriam nacionalmente conhecidas, surgiram no ano de 1954, em Pernambuco, em razão do conflito ocorrido no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão. Galiléia era em princípios da década de 1950 uma propriedade rural cuja exploração se dava pelo sistema de arrendamento, onde o valor do aluguel das parcelas de terra era muito superior às possibilidades de pagamento dos arrendatários.

Nessa perspectiva de organização, se assemelha com as ideias de Morais (2012) para quem essas organizações arregimentaram os trabalhadores do campo, postulando estas as orientações advindas de lideranças com experiências em outras frentes de lutas, pois os sujeitos “de frente” havia atuado também nas ligas anteriormente citadas. Assim, organizam-se como forma de enfrentar os desmandos do patronato, que haviam elevado o preço dos arrendamentos da terra no intuito deliberado de fazê-los desistir da terra, movimento esse no entendimento de Jesus (2011, p. 57), que “vão se tornar a principal forma de organização dos trabalhadores rurais naquele momento”.

Os sujeitos desses movimentos com visibilidade para o sindicalismo para torná-lo visível às suas demandas, necessitam criar estratégias, articulando-se com personalidades urbanas políticas que seriam, nos dizeres de Morais (2012, p. 31), “a cúpula de respaldo urbano da organização camponesa embrionária seria formada inicialmente por personalidades vinculadas às amplas massas populares, incluindo os partidos políticos e entidades conservadoras.”

Para Mota e Esteves (2009, p. 246):

Francisco Julião fazia parte de início de um grupo de políticos e profissionais liberais que se constitui com vistas a oferecer respaldo legal à organização dos camponeses em Pernambuco. Tal grupo comporia mais tarde o Conselho Regional das Ligas, órgão responsável por amplo trabalho de arregimentação e defesa dos camponeses em nível estadual.

Para os autores, Julião destacou-se com uma pedagogia paciente e popular que se utiliza do repertório do camponês para conquistá-los para as ligas camponesas. Estratégia antes pensada pelos camponês que resultou no entendimento de Morais (2012, p. 30), como “amplitude e respaldo político ao movimento camponês; “sensibilizando, por outro lado, as massas urbanas com relação ao ordenamento e situação dos trabalhadores rurais. Por isso, ressaltam Mota e Esteves (2009, p. 251), a “experiência das Ligas Camponesas só foi possível por ter havido uma “confluência de projetos, de vários e sistemáticos empreendimentos”. E, é na dinâmica dos conselhos regionais que as ligas camponesas se organizam em outros estados, ampliando, segundo Jesus (2011), no início da década de 1960, quando as ligas passam a ter uma organização em nível nacional.

Na interpretação dos autores, as ligas não desejavam somente a oficialização de sindicatos, pois nas exposições de Morais (2012, p.50), os “camponeses não queriam saber como se realizava uma reforma agrária, mas sim desejavam discutir a maneira de impor imediatamente a reforma agrária radical”, numa releitura de que os associados das ligas

camponesa não queriam reformas, mas sim a revolução. Por outro lado, outras organizações entram nesse cenário, como: União dos Lavradores Trabalhadores agrícolas do Brasil, (ULTAB), a Igreja e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER). Disputando um espaço nessa luta, optando por outros objetivos que não convergem com os da Liga Camponesa, para estas organizações, a sindicalização dos trabalhadores rurais buscavam a legalização das entidades, seria o caminho viável.

As Ligas Camponesas e a ULTAB, entretanto, sinalizam uma maior relevância nos embates em defesa dos camponeses, embora com divergência de projetos e ações, que no entendimento de Mota e Esteves (2009, p. 252), “não impediu que ambas organizações mantivessem relações próximas ao longo do período em que coexistiram”. Partindo de uma leitura de que as dissensões são o princípio de antagonismos entre os movimentos, poderíamos afirmar que internamente as ligas sinalizaram a luta de classe com vistas à transformação social.

Apesar dos desacertos, dos embates e das resistências dos movimentos do campo reafirma Jesus (2011, p. 70), que:

Os movimentos sociais do campo lutaram por melhorias nas condições de vida dos camponeses, principalmente no que tange à ampliação de seus direitos, incluindo a extensão da liberdade sindical para os trabalhadores rurais, bem como de outros direitos trabalhistas. Essas movimentações marcam o princípio do MSTTR.

O autor exalta o papel que exerceram os movimentos sociais, com especial relevância dos camponeses em suas organizações, com pressões que levam o Estado a tomar posição e estender ao campo os aparatos legais da sindicalização instituída no Estatuto do Trabalhador Rural. É, nessa efervescência política, que se realiza a corrida pela sindicalização desses trabalhadores rurais na década de 1960.

Na demanda, por visibilidade e poder dos movimentos à frente dessa luta, aponta Morais (2012, p. 59), a “Ultab, com grande organização estruturada em todos os Estados, organizava facilmente sindicatos de assalariados agrícolas, ao mesmo tempo em que transformava as centenas de uniões de trabalhadores agrícolas em sindicatos de trabalhadores autônomos”.

Nesse período, o movimento sindical se expande pelo país, organizando e fundando sindicato. No estado do Pará, os trabalhadores também se organizaram na mesma época em que os demais movimentos despontaram em outros estados, como aponta os estudos de Costa et.al (2017, p. 156), ao afirmar que, na “década de 50, a Igreja Católica e o Partido Comunista do

Brasil (PCB) desempenharam um papel importante na fundação de sindicatos rurais no Estado do Pará”.

Os movimentos dos trabalhadores rurais no referido estado, ocorreu, segundo Guerra (2009), no nordeste paraense, *lócus* que mobilizou os primeiros movimentos e organizou as primeiras associações por volta de 1954, sendo a região Bragantina a de maior abrangência. Assim, as mobilizações e reivindicações desencadeadas pelos trabalhadores rurais do nordeste paraense giravam em torno das dificuldades tais como a pressão sobre a terra e o preço desvantajoso dos gêneros agrícolas provocaram uma movimentação de caráter reivindicatório que “[...] justamente se coadunam com as campanhas dos movimentos pela reforma agrária e direitos a fomento na agricultura” (GUERRA, 2009, p. 118).

Com os desdobramentos dessas mobilizações, verificam-se o fortalecimento das associações, efetivando também a institucionalização das associações em União dos Lavradores e Trabalhadores do Pará (ULTAP) que, conseqüentemente, foram orientados pela ULTAB para transformarem as associações em sindicatos, desde a Conferência de Belo Horizonte. É, pois, nessa articulação que a ULTAB, com a diversidade de associações na maioria dos municípios onde as uniões passaram a ser instituídas com liberdade de transitar em ambientes estatais, que pleiteou-se a organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sendo esta instituída sob o acordo, Morais (2012, p. 60), do “Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, [...] com a Ultab, AP, PTB etc., sendo a (AP), Ação Popular movimento da igreja católica.

Para Grzybowski (1987), a Confederação dos trabalhadores rurais é incontestavelmente a instância basilar de mediação e representação dos trabalhadores rurais, pois para o mesmo autor “a CONTAG congrega classes e frações de classe de diferentes trabalhadores rurais” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 63), ainda que - complementa o autor – seja uma unidade corporativa outorgada numa legislação, cujo sentido é manter o movimento sindical sob as rédeas do Estado, como os sindicatos urbanos.

Contudo, a CONTAG experienciou um tempo curto de uma pseudoliberalidade, enquanto instância máxima dos sindicatos rurais, devido à atuação pujante da classe trabalhadora rural amedrontar os empresários e fazendeiros rurais, estes não admitiram que os subalternos conquistassem direitos, que mudassem as linhas demarcatórias do latifúndio, alterando o cenário rural, seus privilégios, os monopólios sobre a terra. Dessa maneira, salienta Guerra (2009, p. 123):

O golpe militar interrompeu esse processo e retomou com mão-de-ferro a política de sindicalização. Elaborou-se e discutiu-se o Estatuto da Terra. Sindicatos patronais e

de trabalhadores foram reconhecidos oficialmente após o enquadramento em rigorosos regimentos exarados pelo Ministério do Trabalho.

As orquestradas formas de liquidar manifestações e pretensões que se processavam no bojo dos movimentos, como a reforma de base no país, a equalização de direitos tanto para povo da cidade como rurais foi uma iniciativa nesse contexto. Em contrapartida, a emergência de direitos e as reformas, assim como o enquadramento sindical necessário, as categorias das massas trabalhadoras e a busca pelo silenciamento dos movimentos continuaram resistindo, pois apesar das repressões do regime que buscou solucionar os conflitos na cidade e no campo não foi possível coibir o surgimento de outros. Conflitos esses que dão a tônica no espaço rural nesse tempo de exceção, como os apresentados nos estudos de Grzybowski (1987): movimentos das Barragens, com a expropriação de terra e de identidade de diferentes povos, Lutas indígenas por demarcação de terras, bem como os que irromperam nos ciclos dos projetos desenvolvidos para o campo sob a ótica do capital financiado pelo Estado, que assentou-se na visão de Grzybowski (1987, p. 39), com “chamada modernização conservadora dos 60 e 70 se articulou as estruturas agrárias,” transformando os modos de produção agrícola, produzindo exclusão.

É, pois, nesses interstícios que se recompõem os movimentos, como as ligas camponesas no nordeste, sendo os que escaparam da prisão e julgamentos sumários de morte, nos conta Morais (2012, p. 64), “passou a ajudar os presos e perseguidos políticos e a desenvolver um novo tipo de ação, infiltrando-se nos sindicatos agrícolas.” E para o autor o movimento das ligas não parou mesmo em tempos da ditadura, mobilizando greves e insurreições.

Entretanto, em tempo desfavorável, todos os segmentos da sociedade são atingidos pelo sofrimento, constrangimentos, pois os levantes são violentamente abafados, os movimentos sociais buscando se recompor, pois os sindicatos, nas considerações de Grzybowski (1987, p. 39), o “próprio sindicato enquanto organização e o movimento sindical enquanto prática não parecem ser adequados à diversidade de situação e luta existentes no campo” e, nessa mesma direção, complementa Wanzeler (2016, p. 53), “é que os sindicatos, que por natureza deviam proteger e defender o pequeno proprietário e lavradores pobres contra os latifundiários e empresários agrícolas, muitas vezes fugiam desta obrigação” isso se deve também aos seus quadros dirigentes concatenados com as regras e o projetos de então, realizando apenas as funções determinadas para o período em questão.

No estado do Pará, nos anos de 1960 na véspera da ditadura, a discussão e mobilização sobre o movimento e organização sindical estavam em plena evolução, em contraposição à

organização patronal rural, como indica Wanzeler (2016), que os movimentos pela organização sindical está em se contrapor às organizações corporativas patronais que insistem em tutelar as outras associações de trabalhadores. Sendo a oficialização de alguns sindicatos dos trabalhadores rurais nos municípios do nordeste paraense nessa mesma década, e conseqüente sob a égide dos ditames autoritários, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, afirma Guerra (2009, p. 123), que os

Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Fundou-se, com sete sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (Castanhal, Alenquer, Capanema, Curuçá, Igarapé-Mirim, Santa Isabel do Pará e São Domingos do Capim), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) em 1968. A Carta de Reconhecimento foi emitida três dias após, demonstrando a força e o controle de Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho, sobre sua base estadual.

Salientamos que os demais sindicatos obtiveram sua oficialização junto ao Ministério do Trabalho na década de 1970, para então serem contemplados pelas ações de apoio à política previdenciária e de assistência de saúde de Estado, entidades essas estratégicas com os planos e projetos desse regime.

Planos e projetos vivenciados pelos trabalhadores rurais, no Sul, Sudeste e Centro Oeste do país, que entre os anos de 1960 e 1980, se complementaram na Amazônia, em específico no estado do Pará. Em relação a esses empreendimentos, apontam os estudos de Assis (2007, p. 60), que o “governo previa a implantação de “Grandes Projetos” estatais ou privados para a Amazônia[...]. No Estado do Pará e especificamente na região Sudeste, essas políticas afetaram diretamente a organização no meio rural”. Essas estratégias balizavam os mecanismos de controle sobre o espaço rural.

Assim, com a inserção da Amazônia Paraense em planos projetos e programas desde a década de 1950, pelo potencial de recursos naturais e minerais, com os quais se aprofundam e se materializam com o governo ditatorial que buscavam lograr sua integração com as demais unidades federativas brasileiras, tornaram-se centros dinâmicos industriais, promovendo, como retrata Wanzeler (2016, p. 31), “o projeto de modernização produtiva dessa parcela do território nacional”, com ensejo de projetar o país na economia mundial.

Em virtude dessas ambições, são implementados e gestados programas e projeto de integração, como assevera Pantoja (2009, p. 24), como: a “Rodovia Belém Brasília, construção de barragem como Hidrelétrica de Tucuruí, a instalação de um grande projeto de mineração ou agropecuária, como o projeto Carajás”. Tais engendramentos denunciam o que estava por vir, pois, para Loureiro e Pinto (2005), na década de 1960, a região Amazônica constituía-se de terras, que pertenciam,

basicamente à União e aos estados. Do total das terras registradas pelo IBGE, 87% constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal; 11% constituíam-se de pastos naturais onde antigos fazendeiros haviam assentado fazendas de gado, sendo muitas delas seculares, como as do Marajó, de Roraima e do Baixo Amazonas, cujos títulos de terra eram igualmente antigos. Essas poucas fazendas eram como que “ilhas” de criação de gado nos campos naturais (abundantes na região) e não em pastos formados em cima de mata derrubada ou queimada como hoje. A mata e os rios estavam preservados e eram aproveitados pelos habitantes como fonte de alimento, trabalho e vida (LOUREIRO e PINTO, 2005, p. 77).

Como visto, a concretização dos grandes projetos na região Amazônica produziria um cenário devastador, provocando alteração na paisagem e inúmeros prejuízos, como ambientais e sociais sem precedentes. Por outro lado, esses mesmos projetos beneficiaram as classes dominantes, que disputavam um espaço Amazônico que, para Petit (1996, p. 138-139), são “as empresas mineradoras, e hidrelétricas, madeireiras, garimpeiros”, que complementa Assis (2007), um projeto preferencial pelos ricos.

Sendo assim, para população pobre e em especial aos trabalhadores do campo, sobrevieram sofrimento, desapropriação e expropriação de terra, com as incontáveis grilagens, expulsando os trabalhadores de seu chão, levando-os ao confronto com o estado e seus aparelhos coercitivos, e este contava ainda com seus parceiros, as empresas, os grandes latifundiários e seus jagunços, que se encarregavam do serviço para o estado ditador.

Considerar o poder público estatal o principal financiador e regulador das políticas dos povos do campo, faz-se necessário, sendo este o Patrão desses trabalhadores de uma forma indireta, haja vista que, segundo o Decreto nº 69.919 de 1872 (BRASIL, 1872), que definiu: “Art. 2º O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios, I - aposentadoria por velhice; II - aposentadoria por invalidez; III - pensão; IV - auxílio funeral; V - serviço de saúde; VI - serviço de social”.

Entre tantas estratégias do regime militar, esta era mais uma que controlava e subordinava o movimento dos trabalhadores rurais, pois, atesta Petit (1996, p. 54), só “os trabalhadores rurais filiados no STR podiam solicitar aposentadoria e receber atendimento médico prestado na sede do sindicato”, instrumento esse antagônico aos direitos dos agricultores e sua precária forma de subsistência.

Outros movimentos contribuem para aglutinar trabalhadores em prol de emancipação política, os agricultores e agricultoras agenciados por outras entidades e órgãos como a Igreja Católica, como assinala Silva (2014), referenciados na Teologia da Libertação, como preferência pelos pobres, e em contínua capacitação de lideranças das comunidades cristãs com intuito de construir um sindicato mais atuante combativo perante o patronato e Estado.

De acordo com Amaral (2007), a proposta de uma nova forma de atuação em sindicatos rurais combativos se situa:

[...] no marco de luta por um novo sindicalismo em que se procurava romper com a forma de atuação assistencialista e paternalista dos sindicatos. Esta nova atuação se expressou em diversas greves e pelo surgimento de um partido político com base sindical, o Partido dos Trabalhadores - PT (AMARAL, 2007, p. 66).

O enunciado acima afirma que o movimento sindical, em um determinado momento histórico coincide com a organização do Partido dos Trabalhadores (PT), que redirecionava a luta por uma outra concepção de sindicato que buscasse projetar demandas consistentes aos direitos das categoria, em especial, da luta pela terra e políticas de fomentos que subsidiassem o trabalho desses sujeitos do campo, nesses interstícios as trabalhadoras também se fazem presentes, emergindo como movimento social.

Em relação ao movimento operário no Brasil, o sindicato surge como movimento embrionário, a partir do fim da escravidão no final do século XIX e início do século XX, com a chegada de imigrantes europeus para atividades agrícolas. Contudo, sua organização legal remonta ao ano de 1903, como aponta Queiroz (2013, p. 16), com “Decretos Legislativos nº 979, de 1903, sobre a regulamentação dos sindicatos rurais,” e reitera o autor, em 1907, o decreto 1.637, dispondo sobre os sindicatos urbanos. Essas associações, conseguem de fato se organizar livres da interferência do Estado.

Para Brumer (2009), as lutas sociais no Brasil ocorrem num contexto de grandes transformações socioeconômicas, trazem impactos tanto para cidade como ao campo, pois conforme Brumer (2009),

a industrialização toma corpo, e o setor desenvolve-se rapidamente; do outro, o setor rural, paralelamente à sua modernização, expulsa uma parte considerável da população. Essas transformações, de modo geral, propiciam aos grupos de média e alta renda da população brasileira o acesso a bens de consumo e serviços de melhor qualidade, mas levam à marginalidade ou ao setor informal da economia uma quantidade impressionante de pessoas.

Nesse sentido, o ritmo ditado pelo capitalismo tardio nos países periféricos, a exemplo do Brasil, promoveu modificações em todas as dimensões da sociedade e sua relação com o trabalho, bem como a marginalização diretamente ao campo, o que colaborou para formação de núcleos operários, contribuindo para a formação dos centros indústrias como São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente. É nesse contexto que os operários iniciem suas experiências de uma forma consciente ou não, a organizar-se em associações.

Durante a primeira República no Brasil, a situação dos trabalhadores era extremamente precária, conta Miranda (2011, p. 01):

No início do Século XX, jornadas de 14 ou 16 horas diárias ainda eram comuns. Assim como a exploração da força de trabalho de mulheres e crianças. Os salários pagos eram extremamente baixos, havendo reduções salariais como forma de punição e castigo. Todos eram explorados sem qualquer direito ou proteção legal. A primeira greve no Brasil foi a dos tipógrafos do Rio de Janeiro, em 1858, contra as injustiças patronais e por melhores salários.

As associações tiveram inicialmente êxito com os decretos já citados, mas isso não significa que estes exercitaram de forma plena seus direitos, segundo as ressalvas de Campinho (2006, p. 117),

o movimento operário, embora legal, se inscreverá contraditoriamente num sistema de organização institucional que rejeita como ilegítimas as manifestações essenciais de sua existência. A repressão aos movimentos grevistas esteve presente em toda a República Velha, tendo preponderado na prática a visão do presidente Washington Rodrigues de que o problema social era caso de polícia.

Para o autor, embora a ordem institucional, não mais intervenha sobre o direito de organização profissional através dos sindicatos. Em contrapartida, os impediam de exercer suas prerrogativas plenamente. Ressalta Campinho (2006, p. 118), que o “Estado estava sempre pronto a reprimir com seu poder de polícia as ações grevistas e a lutas por melhorias nas condições de trabalho”.

O quadro apresentado pelos estudos dos autores citados acima situa o contexto da classe operária nascente em solo brasileiro, bem como as marcas de suas primeiras lutas, que por mais reprimido fossem, não impediram de continuar em massivas greves, como afirma Miranda (2011, p. 02), a “greve de 1917 paralisou São Paulo e chegou a envolver 45 mil pessoas”, sendo estas, como sempre, combatidas violentamente como expressão de Estado que aprovava a exploração dos trabalhadores.

A conciliação entre trabalho e capital enceta seu desenho com indícios da mudança da estrutura política, desde a candidatura de Getúlio Vargas para presidente do Brasil, em sua plataforma eleitoral como retrata Campinho (2006, p. 123 ) havia “uma pauta nitidamente operária. Após a Revolução, desde o início do governo provisório, iniciam-se diversas iniciativas na área laboral”, ilustrando o verdadeiro projeto para classe operária, e a consolidação do pacto com o capital, através da criação do Ministério do Trabalho, sendo

Lindolfo Collor, 1º Ministro do Trabalho. Lei sindical de 1931 (Decreto 19770), cria os pilares do sindicalismo oficial no Brasil. Controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Definia o sindicalismo como órgão de colaboração e cooperação com o Estado (MIRANDA, 2011 p. 03).

O sindicato assume outra forma de organização, que segundo Lopes (2009) são poderes delegados, tornando a entidade imobilista, onde manifestações ideológicas e levantes de greve

estavam determinantemente proibidas. Desenvolve-se, assim, um verdadeiro aparato imobilista do operariado dentro dos ditames do Estado burguês, numa conciliação explícita entre capital e trabalho, inviabilizando as lutas travadas anteriormente pelos trabalhadores brasileiros para constituição dessa associação. E para fazer o remate dessa tutela sobre o sindicato, o desfecho final se dá de acordo com os dizeres de Lopes (2009) com a

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com seus 922 artigos tornou-se o documento legal mais difundido no Brasil. Nos seus capítulos relativos aos sindicatos, além da organização de um controle rígido do Ministério sobre a organização sindical (unicidade sindical, outorga seletiva do reconhecimento sindical e eventualmente sua retirada, inspeção do funcionamento do sindicato, possibilidade de cassação de seus dirigentes, imposto sindical), a CLT prevê ainda um enquadramento sindical. Trata-se de uma classificação das atividades econômicas das empresas que reagrupam paralelamente confederações setoriais, sem ligações entre elas, de um lado os empregadores, de outro lado os assalariados. [...] os trabalhadores rurais também permanecem à margem dela. As organizações patronais anteriores se reconvertem em sindicatos enquanto as associações rurais dos grandes proprietários fundiários continuam a existir.

A submissão dos sindicatos, sob o controle do Estado, está a serviço de um arranjo, que objetiva mascarar os conflitos de classe e a manter a paz social, conformando a massa trabalhadora sob controle estatal, adverte Toledo (2009, p. 02), com “a intervenção direta do poder público. No esforço de conter os conflitos entre capital e trabalho, materializou-se na Lei de Sindicalização de março de 1931”, para algumas categorias, já para outras como os dos trabalhadores rurais continuavam desamparados do aparato estatal.

Apesar dos levantes e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais bem antes do que a história registra e se acirram na década de 1950, e sua imersão como sindicato rural na sociedade agrária, segundo os estudos de Stein (1997, p. 7), “despontaria na conjuntura brasileira no final da década de cinquenta e início da década de sessenta resultando da quebra da resistência oposta por diversos segmentos da sociedade brasileira”, sendo orientados por diferentes agentes como já foi evidenciado anteriormente.

Outro marco na história da intervenção das organizações dos trabalhadores, o mais devastador de todos, foi o golpe civil militar no ano de 1964, que destruiu as possibilidades de avanços na direção de emancipação dos trabalhadores em geral, para Lara e Silva (2015, p. 277-278), o “golpe civil-militar foi a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais. Por meio da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em sindicatos”. O contexto das organizações sindicais no Brasil desenvolveram em constantes contradições internas e externas, com avanços e retrocessos, determinados pela conjuntura social e política de cada época que mudam entre os regimes abertamente de força e as

democracias limitadas, e que acompanham os ditames do capital penetrante no modo de produção no país, transportando as regras e os ajustes para as organizações dos trabalhadores literalmente.

No campo, essa lógica não se fez diferente com o cotidiano dos trabalhadores, como nos apresenta, Frascarelli et. al (2012, p.03):

O desenvolvimento do capitalismo no campo implica crescente expropriação do trabalhador rural. O trabalhador rural, meeiro, parceiro, arrendatário, índio, ribeirinhos, assentados, acampados, remanescentes de quilombolas e outros, são subordinados aos movimentos do capital, nacional e internacional. O que ocorre é a subordinação da agricultura à indústria e do campo à cidade.

Dessa forma, nem governo, nem o crescente enraizamento capitalista conseguiu silenciar de uma vez as vozes dos trabalhadores, que reverberam no campo, vozes dos posseiros e posseiras às margens das rodovias, dos sem-terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de tantos outros movimentos em luta por diferentes direitos. Essas lutas coincidem com as reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores/trabalhadoras rurais. De toda forma, os movimentos sociais do campo, mesmo com os seus limites se tornam, assevera Grzybowski (1987, p. 38), “enquanto forjadores de cidadania e espaço da construção de democracia”. E ainda ensina o autor que os movimentos sociais não devem ser tomados pelo que eles podem ou devem ser, aponta Grzybowski (1987, idem), “mas pelo que são na prática, pelos caminhos e descaminhos que se constroem ao se mover”.

Nesse sentido, os avanços e retrocessos do movimento sindical, perfazem-se em sua trajetória de acordo com as múltiplas faces que a conjuntura assume para satisfazer as reconfigurações do capital, instigando reelaborações nas respostas que os movimentos engendram para fortalecer sua base sindical, como acolher e inserir as trabalhadoras nas políticas sindicais, promovendo espaços para divisão na composição das executivas e nos quadros dirigentes desse movimento.

## **2. A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E SUAS PAUTAS EM MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NO PARÁ**

Neste capítulo, trataremos sobre a organização das trabalhadoras agricultoras em movimentos sociais, entre lutas pela conquista de direitos sociais e ainda fazer parte no contexto do movimento Sindical de sua categoria. Buscaremos evidenciar suas bandeiras de lutas, desafios e avanços mesmo que a passos lentos, essas sujeitas conquistaram, de algum modo, formas de se fazer presentes, encampando batalhas juntos com trabalhadores rurais, por acreditar que este ente representativo da sua classe também as representaria em suas demandas específicas, por mais qualidade na produção do trabalho agrícola, participação nas formações políticas e sua atuação em quadros dirigentes, mas antes ressaltaremos o sindicato como movimento de natureza classista, o representante legal de todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

### **2.1 MOVIMENTO DE NATUREZA CLASSISTA E O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS: CARACTERIZANDO O SUJEITO COLETIVO**

O movimento de natureza classista configura-se de forma mais nítida a partir das transformações no modo de produção marcadamente na transição do período feudal para o modo capitalista, pois ao longo da sua expansão o capital promove antagonismos que se traduzem nas lutas e a agendas de reivindicações, que paulatinamente constituem-se em organizações, associações e, conseqüentemente, em sindicatos para a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, para conduzirmos as análises a esse respeito, nos ancoraremos nos teóricos Antunes (1989), Rodrigues (2009), Queiroz (2013), bem como em outros autores que auxiliam-nos na construção deste estudo.

As transformações ocorridas no sistema de produção capitalista, segundo Borges (2006, p. 01), com “a queda do feudalismo na Europa, num longo processo iniciado a partir do Século XVII”. Sob o novo modo de produzir, denominado de sistema capitalista, e sob as determinações desse, aprofundam-se as modificações nas relações entre os homens, particularmente, redefinindo as relações de trabalho, da produção de vida humana, de divisão social do trabalho, bem como a expropriação de seus instrumentos de produção. As relações do trabalho se aprofundam, ressaltam Antunes (1989, p. 10), quando a “sociedade capitalista encontrou em meados do Século XVII plenas condições para sua expansão. O intenso

desenvolvimento das máquinas, substituindo a produção artesanal e manufatureira, consolidou o capitalismo”, que ingressava na fase industrial.

Para Borges (2006), tal fenômeno organiza de “[...] um lado, a burguesia, dona dos meios de produção - instalações, máquinas, matérias primas etc.[...] Do outro, o proletariado, desprovido de tudo, obrigado a vender a sua força de trabalho aos capitalistas (BORGES, 2006, p. 01).

Continua o autor, explicando “o termo burguesia deriva de burgos, que eram as pequenas localidades nos arredores dos feudos, onde viviam os comerciantes e os artífices - os germes dos futuros industriais”. (Idem, ibidem). Esclarece, ainda, os que tinham um número grande de filhos eram denominados de proletários.

Assim sendo, as metamorfoses do mundo do trabalho, bem como o de produzir riquezas materiais, são frutos da cisão social do trabalho que lançam mudanças no cotidiano de pessoas que tem no trabalho a própria existência. Pois, inicialmente, os trabalhadores não dispõem de outro meio de viver, como assegura Antunes (1989, p. 12), “se não sua força de trabalho, subordinam-se aos interesses e à força do capital, mantendo com esse uma relação desigual,” relação essa que desfavorece a qualidade de vida do trabalhador e a obriga a empreender jornadas extenuosas para produzir mais, e alimentar a insaciável fome do mercado, por certo tempo. Pois esse novo modo de compra e venda da força de trabalho se propõe antagônico, pois o salário pago não compensa a força que o trabalhador dispõe.

Nessa compreensão, a força de trabalho – capital variável – não era e não é remunerada condignamente, pois, para Molina (2010, p. 8), o salário “não era suficiente para manter uma família”. Para garantir a subsistência, mulheres e crianças de pouca idade também eram obrigadas a trabalhar. E essas complexas condições de vida do proletariado repercutem nas mobilizações, e nas formas de resistência frente às formas deploráveis de trabalho e subsistência.

Se, por um lado, a organização capitalista e o desenvolvimento industrial nos meados do Século XVIII, na Inglaterra, produziu uma massa de trabalhadores na fábrica, que são submetidos a torturantes horas intermináveis e extenuantes de trabalho em lugares inóspitos e por míngua dos salários, por outro lado exterpou o trabalho dos camponeses.

O processo de expropriação do meio de produção dos artesãos e a crescente industrialização reuniu e contingenciou uma massa de trabalhadores que, de acordo com Rodrigues (2009, p. 4) possibilitou a “concentração em grandes fábricas, e nos centros urbanos, propiciando condições mais favoráveis para o fortalecimento das associações,” nas análises do autor, o movimento de expansão do capital e da grande massa trabalhadora ingressando

nas fábricas foram propícios para fertilizar as organizações do proletariado, ao longo da lutas denominou-se sindicato.

De acordo com Queiroz (2013), sindicato é expressão originária do francês “*Sindic*, e significa representante de uma determinada comunidade”. (QUEIROZ, 2013, p. 10 - *com os meus grifos*). Na acepção do autor, os sociólogos ingleses se encarregaram de explicá-lo, apontam as dimensões relevantes que esta entidade significa aos trabalhadores, por tratar-se da “união estável de trabalhadores e trabalhadoras para a defesa de seus interesses e implementação da melhoria de condições de vida” (Idem, *Ibidem*).

As primeiras associações, segundo Rodrigues (2009, p.8):

[...] foram formadas por ex-artesãos, isto é, por trabalhadores profissionalmente qualificados (marceneiros, pedreiros, pintores, etc.). Não se tratava mais de trabalhadores independentes, mas de assalariados submetidos à disciplina das oficinas e à lei do proprietário.

Os artesões profissionais que faziam parte dessas organizações não reuniam, segundo Rodrigues (2009, p. 9):

Trabalhadores não qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações uma vez que não tinham o domínio de um ofício. [...] O enquadramento das camadas operárias de baixa qualificação – normalmente os trabalhadores das novas indústrias – deu-se mais tardiamente com a emergência e a expansão do chamado sindicalismo de indústria.

O autor aponta as desigualdades dentro do próprio movimento de trabalhadores, pela rejeição de seus pares, com qualificação incipiente, e isso se aprofunda em relação às trabalhadoras, estas eram repudiadas por ingressarem no mercado de trabalhos, sua interdição nas associações e dupla por mulher e não qualificada. E por ser um trabalho considerado ajuda, complementa a renda da casa, o capitalismo inculcou também nas classes subalternas que mulheres não são relevantes para discussão e tomada de decisão no mundo do trabalho e nos movimentos.

Por outro lado, o capitalismo segundo os estudos de Carrasco e Petit (2012, p. 42), “surge introduzindo massivamente as mulheres na produção, mas aproveitando-se de opressão herdada, com isso provoca uma situação contraditória, pois, por um lado, as mulheres são igualmente exploradas ou mais ainda, mas por outro, não têm o mesmo direito dos homens”.

Assim, as trabalhadoras e trabalhadores não qualificados eram considerados considerados, como ilustra Hobsbawn (1994, p. 235), “não-respeitáveis e os marginais”. Sendo esse estigma, formas disfarçadas de antagonismos internos do movimento, primeira forma de reconhecimento de suas fragilidades e exploração a que estão submetidos, impondo-lhes

formas de organização juntamente com os demais trabalhadores na mesma condição, esse desprezo do trabalho da mulher fabril se transporta para as trabalhadoras. E a evolução dessas organizações tendem a modificar-se com processo instaurado no modo de produção capitalista, em permanente evolução no decorrer da industrialização como já foi retratado, tornando imperiosa a organização dos operários das indústrias, em sua diversas formas se apresenta multifacetada.

Nesse entendimento, o movimento dos trabalhadores em associações, que se iniciam como os de ofício, até materialização em organizações representativas arregimentando-se em diferentes profissões, bem como as concepções filosóficas que não convêm esmiuçar no momento. Se algumas associações visavam respostas imediatas, outras buscavam revolucionar e transformar a sociedade por meio do parlamento, sindicato e partido político. Para Rodrigues (2009, p.15) “em toda parte, o movimento operário do Século XIX e início do Século XX é fortemente marcado por doutrinas variadas de rejeição da ordem capitalista”.

Nesse sentido, as organizações de trabalhadores emergem do aviltante cotidiano desses sujeitos, que no entendimento de Borges (2006, p. 02), é das constantes “lutas entre patrões e operários” por questões salariais. Os primeiros resistem em conceder o aumento do salário, sempre em busca de aumentar a lucratividade, que é nos dizeres de Queiroz (2013, p. 10), “à maximização do lucro e da exploração dos trabalhadores”, onde os donos dos meios de produção cada vez mais buscam maior produtividade com a redução dos custos operacionais. E os segundos, por seu lado, lutam pela melhoria dos salários com perspectiva de um melhor equilíbrio entre seu desgaste físico nas jornadas intensas nas fábricas, garantindo assim sua resistência física em contínua atividade com mínimas condições.

É, nesse contexto, que se desencadeia a crescente luta pela constituição de uma organização associativa, que os ajudassem a resolver junto aos patrões os problemas comuns, de forma combater as injustiças sofridas por estes. Porém, a formação em classe trabalhadora não é algo dado como num passe de mágica, levou tempo para serem consolidados, como construção que se fez lenta segundo Antunes (1989), no cotidiano das mulheres e homens da classe-que-vive-do-trabalho, na medida em que percebiam que a condições materiais de cada um era a condição de todos, momento esse que possibilitou a transição da dispersão e das fragilidades dos trabalhadores em aderência de classe. Pois, bem antes de se descobrirem classe, o capital já os haviam transformados, é o que nos confirma Pereira (2012, p. 06), “Essa massa já é uma classe para o capital, mas ainda não é uma classe para si mesma. Na luta, da qual não assinalamos mais do que algumas fases, essa massa se une, constituindo-se numa classe para si. Os interesses que defende convertem-se em interesses de classe”.

Nessa direção, ressaltam Marx e Engels (2007 apud KONRAD, 2016, p. 6), que “os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe”. No entanto, isso só é possível quando, segundo Romão (2012, p. 19), homens e mulheres ao lerem “o mundo criticamente, os grupos sociais oprimidos - e somente eles podem ler o mundo criticamente - desenvolvem sua própria consciência”, isto é, quando se reconhecem como pessoas vivenciando na mesma condição de exploração de trabalho e de vida material.

Contudo, vale ainda ressaltar os estudos da relação e formação de classe realizadas por Konrad (2016), em que ele destaca uma passagem do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, que indicam que a formação da classe é parte de uma relação contraditória que não depende apenas de uma consciência pura da classe, mas também do aprendizado construído na luta com e contra a burguesia.

Nesse sentido, o autor esclarece que nem toda luta de classe, se fez da auto consciência do trabalhador, mas impulsionado por suas condições de humilhação, e expropriação da qualidade de vida desses sujeitos. Nessa direção, atestam Marx e Engels (2005, p. 66), que na “confeção de seus planos tem na convicção de defender antes de tudo os interesses da classe operária porque é classe mais sofredora. A classe operária para eles sob esse aspecto de classe sofredora”. Daí, o capitalismo se valer de cada fraqueza, de cada reivindicação do proletariado para ressignificar seus engendramentos para subordiná-los ainda mais.

Dessa forma, a organização e expansão do capitalismo na sociedade, seja qual for, tem sua gênese centrada na dominação e exploração totalizante do outro, exemplifica Antunes (1999, p. 19), que à “medida que surgiam estas associações sindicais, os patrões, através de demissões, começavam a pressionar e obrigar os operários formalmente de participar da vida sindical”.

A exploração do trabalhador insere-se nas discussões marxistas e está ligada ao *feitiche* da mercadorias que é a forma pela ela qual, são escamoteadas as relações perversas da exploração do trabalhador, segundo Bottomore (2012, p. 243), “fetichismo da mercadoria é o exemplo mais simples e universal do modo pelo qual as formas econômicas do capitalismo ocultam as relações sociais a elas subjacentes”.

Antes porém, vejamos a discussão acerca de força de trabalho. Portanto, o reconhecimento dos artifícios da burguesia e suas formas de exploração da força de trabalho e as condições a que são submetidos por conta dessa exploração é crucial para a evolução da formação de classe trabalhadora, mas só o reconhecimento não produz alterações no quadro de exploração, esclarece Pereira (2012, p. 5) que:

Marx e Engels ressaltaram, no entanto, que a constituição da classe proletária não estará concluída, nem ela poderá converter-se numa força revolucionária, enquanto não se unir em torno de um programa de transformações socialistas e se lançar à luta pela realização desse programa. A elaboração de tal projeto requer que ultrapasse sua prática econômica e a visão isolada de si mesma e de seus interesses imediatos; exige que compreenda as condições, a marcha e os resultados do movimento histórico em que está inserida; e demanda, portanto, a assimilação e o desenvolvimento de abrangentes conhecimentos científicos e a solução de intrincados problemas epistemológicos e ontológicos. Pois é imprescindível que a classe proletária critique não só a situação objetiva em que se debate, mas também a visão distorcida dessa situação que lhe é inculcada.

Destarte, para a evolução da formação da classe trabalhadora e da constituição do movimento sindical no sentido de responder à altura de seus dilemas contra a lógica destrutiva do capital que esse sujeito evoluiu de diversas vertentes de concepções, e com ações de forma mais moderada, até as radicais e violentas, a mais politizada como pontua Rodrigues (2009, p. 10), “o sindicalismo industrial coincidiu, no plano político, com a formação dos grandes partidos operários de massa (e emergência da socialdemocracia) com capacidade de atuação política e de pressão sobre o Parlamento” dos países democráticos Ocidentais.

O sindicato torna-se entidade classista à medida que os trabalhadores se organizam e se reconhecem, independente da profissão que exercem como explorados, expropriados das riquezas produzidas pelo seu trabalho, mas que, por outro lado, produz riqueza e mais valia para o capital.

Desse modo, os sindicatos construídos como entidades políticas e sociais, propiciam, na concepção de Antunes (1989, p. 13),

Segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas[...] também do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer.

Esses pensamentos se coadunam com as análises de Molina (2010, p. 07), realçando que o movimento sindical “surgiu como resposta à exploração de classe dos capitalistas, na violência de classe imposta aos trabalhadores, iniciada no processo da revolução industrial e que permanece até então”. A esse respeito, ressalta Antunes (1989, p. 13) que o “sindicato, ao tornar-se representante dos interesses de toda classe operária, conseguiu agrupar em seu seio todo assalariado que não estavam organizados, evitando que o operário continuasse sua luta, isolado e individual, frente ao capitalismo”. Para o autor, é a partir das organizações de classe que os trabalhadores conseguem pressionar, de forma mais intensa, os patrões contra os baixos salariais e aumento excessivo de jornada de trabalho.

A organização dos trabalhadores, ao superar várias barreiras ao longo de sua constituição, que não foram poucas desde a ilegalidade, clandestinidade, a contradição dentro de própria classe, até tornar-se o ente corporificado, atualmente se conhece, ou se conhecia, por muito ataques que essas organizações também sofreram ao longo de existência, pois, os aparatos legais que definiram sua legitimidade, em contradição, são os mesmos que legitimam a sua destruição, em correspondência aos ditames de um sistema produtivo capitalista.

A conformação do trabalho sob as leis do capital se acentua no país desde a desregulamentação das leis de mercado na década de 1990 até a reforma trabalhista nº 13.467 de 2017, e as que ainda estão por vir, que desestabiliza os sindicatos de atuarem como esse sujeito tão almejado. Se de um lado, os aparatos legais concedem legitimidade ao referido sujeito coletivo, da mesma forma tornam sutilmente morta sua letra ao atender as demandas internacionais de mercado flexibilizando as leis trabalhistas.

Contudo, o sindicato ainda não foi aniquilado, conseguiu que outra outra profissões conseguisse ter um representante como os trabalhadores rurais, e sempre lutou para sobreviver às investidas e metamorfoses do capitalismo, bem como sua reestruturação reprodutiva que segundo Meszários (1988, p. 96), “é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sóciometabólico”. Sua lógica e racionalidade visam dissolver a credibilidade da organização sindical, diante dos trabalhadores, bem como o seu poder de negociação enquanto sujeito coletivo, haja vista que este instrumento foi possibilidade de um diálogo entre patrões, empresas, Estado e trabalhadores, e suas repercussões na sociedade capitalista, nas massivas greves para as conquistas da classe trabalhadora em relação à jornada de trabalho, remuneração mais digna, horas extras remuneradas, férias remuneradas, um pedaço de terra para trabalhar, fomento para produção agrícola, entre outros.

Para tanto, ressalta Queiroz (2013, p. 19-20), o sindicato, instrumento de defesa do trabalhador em tempos de destruição dos mesmo, sendo o único,

[...] ente que tem o poder ou a prerrogativa de estabelecer ação regulatória na medida em que os instrumentos normativos por ele assinados, que resultarem de negociação coletiva, têm a força de restringir ou condicionar a liberdade patronal na contratação e definição das condições de trabalho. O sindicato, como principal representação do trabalhador, é um sujeito coletivo e, valendo-se de sua capacidade de mobilização (greves e conflitos), dispõe da prerrogativa de autotutela do próprio interesse, além[...] de reconhecimento de certo poder social extra legislativo, tanto que os acordos, convenções ou contratos dos quais é signatário, [...] têm força de lei e beneficiam a todos os trabalhadores da categoria profissional representada, seja o trabalhador filiado ou não ao sindicato.

Capellin (1994), adverte que, para reconhecermos os desafios das entidades sindicais, devemos atentar para significação ampliada dessa entidade sindical. Por um lado, além de seu

aspecto institucional, elas transparecem para a sociedade como sujeito coletivo, produtor e catalisador de uma imagem social dos trabalhadores, mobilizador de aspirações por transformações, formador de pleitos, constituindo-se como negociador junto a outros atores sociais. E ainda para Capellin (1994, p. 273 ),

Sujeito coletivo também por ter a capacidade de formar e expressar um sentimento de solidariedade, como um princípio que reúne, permeia a aproximação entre pessoas, que motiva a aglutinação, que chega a fortalecer um projeto de união e de consenso no interior da classe trabalhadora.

Nesse entendimento, o sujeito coletivo e seus representados não estariam livres de todas as determinações externas, mas são capazes de reelaborá-los em detrimento daquilo que definem como relevante para especificidade de sua lutas, por isso, o sindicato torna-se ente coletivo com a prerrogativa de atuar em nome de uma categoria de profissionais, assumindo por eles a representatividade face às questões administrativa e jurídica. Desse modo, é válido complementar com as concepções de Felten (2012, p. 05) de que,

O sindicato é constituído para defender os interesses dos seus filiados ou da categoria correspondente, no plano coletivo e no individual. No plano coletivo, o sindicato representa grupos e atua como intérprete das pretensões do grupo à frente do qual se põe e cujas reivindicações e posições encaminhará a outra parte, que poderá ser outro grupo, órgão ou o Estado. No plano individual, participa de processos judiciais, prática atos homologatórios de rescisões contratuais.

Assim, no entendimento da autora, o sindicato torna-se um ente que busca representar os trabalhadores de acordo com seu enquadramento, tornando imprescindível o reconhecimento dessa associação como instrumento fundamental de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, carecendo sempre de atualização e de recuos diante dos avanços das ciências e tecnologias, que propiciaram seu surgimento, mas que, por outro lado, busca sempre sua extinção.

Para Molina (2010), tanto no continente europeu, berço da revolução industrial, como nos territórios em que o capitalismo se desenvolveu, considera Molina (2010, p. 08), que os “sindicatos e as suas formas de luta variam de sociedade para sociedade, embora pese que, nas sociedades mais industrializadas, a sua importância e o seu papel na dinâmica social seja de maior relevo”. Nessa mesma direção, ressalta Rodrigues (2009, p. 15) que os sindicatos fora dos países industrializados da Europa, raramente ultrapassaram a situação de oposições sindicais minoritárias, ou de grupos de propaganda, não chegando a partilhar das responsabilidades do Poder”.

Em que pese as fragilidades que os sindicatos apresentem neste momento tórico com as mudanças no mundo do trabalho, é possível afirmar que as demandas concernentes a sua realidade profissional, mobilizavam esforços e convergência de ideias, ainda é uma

possibilidade de fazer resistência contra-hegemônica à estrutura que se impõe, por isso a sua organização como ator político e social ressaltar suas particularidades, lutas ainda que hajam limites.

## 2.2 RESISTÊNCIAS NO CAMPO E TRABALHO RURAL: A INSERÇÃO DA MULHER TRABALHADORA ENQUANTO SER SOCIAL NAS PRINCIPAIS LUTAS NO CONTEXTO DO STTR/CAMETÁ

As organizações de trabalhadores e trabalhadoras em seus diferentes segmentos em sociedade capitalista são forjadas nas e pelas lutas, em defesa de sua própria subsistência, na experiência que é antagônica à exploração dos proprietários dos meios de produção, que continuamente se renova e provoca impactos na vida do trabalhador/a. É, pois, na trajetória das organizações que os sujeitos que vivem do trabalho buscam, através do sujeito coletivo, legitimar seus direitos.

Nesse sentido, para trazer a categoria de ser social de modo a explicitar o processo de construção da mulher trabalhadora rural no contexto da organização das lutas dos trabalhadores rurais do município de Cametá, é necessário retratar o trabalho enquanto elemento fundante da materialidade da existência humana, pois segundo Paulo Netto (2010, p. 41) “o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho”.

Ou seja, com a persistência e as organizações sociais foram criados os sindicatos e que, segundo Pannekoek (2007, p. 60) “são, pouco a pouco, reconhecidos como representantes dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras e ainda que a luta continue necessária, tornam-se uma força que participa nas decisões”. Para o autor, essa entidade nasce da solidariedade dos trabalhadores como necessidade de organizar-se enquanto classe trabalhadora, para enfrentar o inimigo comum - o capitalismo -, para mobilizar-se em torno de direitos e, ainda que se reconheça classe explorada, não “vender”, a qualquer preço, sua força de trabalho. Porém, para os/as trabalhadores/as do campo agricultores/agricultoras, o trabalho é bem mais complexo. Mas o que assumimos por trabalho?

O trabalho que primamos, neste estudo, na concepção de Netto & Braz (2010, p. 34), reconhece-se que o “trabalho é, sempre atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de

outros sujeitos. Logo, o caráter coletivo da atividade do trabalho para os autores “é, substantivamente, aquilo que se denominará de social”.

Frente a negação da inserção feminina em diferentes espaços sociais, a entrada desta no contexto do sindicato como sócia filiada não se deu de modo natural. Para isso, as trabalhadoras agricultoras, inicialmente, lançam-se nas atividades mais próximas, que são as comunidades cristãs. Em seguida, suas lutas canalizam-se para as associações, como nos apresenta o estudo de Aquime (2018, p. 25), “mulheres travam, assim, uma luta pela igualdade, pela visibilidade e pelo seu protagonismo, desconstruindo a história tradicional antropocêntrica e universalizante do mito do sexo frágil”.

Desse modo, buscaremos nos estudos de Neto e Braz (2010), Cisne (2018), e Braverman (1976), entre outros que tratam da constituição do ser social, mesmo abordando temas diferentes, confluem em seus estudos ao tratarem da criação do ser social e seu aperfeiçoamento enquanto ser que se transforma no/pelo trabalho como fundamento da relação desse com a natureza e entre eles.

Neto e Braz (2010) trazem reflexões pertinentes em relação ao ser social e seu nexo com o trabalho em contínua criatividade e evolução, o que resulta, segundo os autores, no surgimento do ser social num processo de dimensões de escala milenar de anos, que transformou um determinado grupos primatas, segundo Neto e Braz (2010, p. 37. Grifo nosso), em “uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho em algo diverso da natureza, - mas essa transformação deveu-se a sua própria criatividade, o *trabalho*”.

Cisne e Santos (2018), parte do pressuposto de que o trabalho é indispensável à reprodução dos seres humanos, sendo essa atividade cara à perpetuação da espécie e de sua evolução como ser social, o que diferencia o homem do animal. Pois Para Braverman (1976), se apoderar dos materiais da natureza tais como são sem transformá-los não é trabalho, trabalho é uma atividade que modifica o estado dessa matéria para melhorar sua utilidade.

Desse modo, desde os primórdios, os seres humanos - homens e mulheres -, para garantir sua reprodução necessária, carecem trabalhar. O trabalho aqui defendido pelos autores é o trabalho como constituidor do gênero humano, ou seja, aquele que satisfaz as necessidades básicas da humanidade, que por outro lado promove a qualificação e aperfeiçoamento do trabalho de homens e mulheres. Que no entendimento de Cisne e Santos(2018), trata-se da relação dialética e síntese, isto é, o que ocorre entre o pensar e o agir sobre a natureza, e o resultado que se objetiva desse processo se materializa na transformação da natureza para garantir a sobrevivência.

E, assim, transformando a natureza, homens e mulheres, conseqüentemente, transformam-se mediados pela necessidade de melhorar os instrumentos que estes produzem, e que buscando aperfeiçoá-los produzem novos instrumentos capaz de dar conta, cada vez mais aproveitar seu uso aprimorar o seu trabalho.

Nesse sentido, mulheres e homens, apropriam-se da natureza segundo suas necessidades. Reitera Braverman (1977, p. 49-50), “Ele não transforma apenas o material sobre o que opera; ele imprime ao material o projeto que ele tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao que tem de subordinar sua vontade”. Assim, o trabalho como atividade intencional, orientado pela inteligência e esforço físico é, para Braverman (1977, p. 52), “produto especial da espécie humana. Mas esta, por sua vez é produto especial desta forma de trabalho. Ao agir assim sobre o mundo externo e transformá-lo, ele mesmo modifica sua própria natureza”, recriando e aprendendo com o trabalho.

Essa evolução realizada por meio trabalho, mediada pelos instrumentos para transformar a natureza e ao próprio ser humano, acentua Braz e Neto (2010), “a efetivação do trabalho, [...] só se dá quando essa prefiguração ideal, isto é, quando a matéria natural pela ação material do sujeito é transformada” implicando pois, num movimento que exige o planejar e o executar, constituindo no entendimento, Cisne e Santos (2018, p.27) pondera “o trabalho do ponto de vista ontológico, no ato fundante do ser social”, que cria, reflete sobre sobre a materialização e recria melhorando a matéria para satisfazer outras necessidades vitais.

Desse modo, o trabalho, mediante o limiar das sociedades, permitiu a formação do ser social, e estruturou a sociedade, objetiva e subjetivamente. Os indivíduos e a sociedade tendem a desdobrar-se mediados por outros sistemas que não buscam mais satisfazer as necessidades vitais, mas a individualidade. É nessa dinâmica que apreendemos sobre a diversidade humana e nesta está inclusa a vida da mulher trabalhadora agricultora, negra, cabocla, índia, ribeirinha.

Esse ser social, com especificidade singular constrói-se e se reconstrói, pois é no contexto do qual faz parte que se identifica como tal e, neste caso, de acordo com Hebet et.al (2002, p. 32), “são grupos sociais que vivem no meio rural, seja na terra firme ou na várzea”, chamadas de ribeirinhas. O ser social do qual tratamos é trabalhadora rural, reconhecida como agricultora familiar, e sua profissão envolve dimensões multifacetadas, pois, é na relação com a natureza que tira o sustento de sua família segundo Ciliprandi e Cintrão (2015, p. 574), “além do trabalho na casa, as mulheres participam do trabalho na agricultura (preparação do solo, plantio, tratos culturais, colheita, pós-colheita) e também se responsabilizam pelo “quintal”, como mãe, cuidam de seus familiares, e e na relação com os outros seres humanos buscam

nas organizações evidenciar suas necessidades, e como associada, luta por um espaço no contexto político do sujeito coletivo que congrega sua categoria.

Nesse entendimento, os estudos de Cisne e Santos (2018), sobre diversidade sexual humana e sua relação com trabalho, classe social, nos ajuda a compreender as lutas das trabalhadoras por um espaço no contexto social e político do contexto sindical, sem uma necessidade pujante de enveredarmos pelas discussões referentes aos feminismos e suas correntes.

Nesta premissa, concordamos que a desvalorização das trabalhadoras foi construída desde a construção dos sistemas feudal e escravista ao capitalista, que ocorreu, segundo Cisne e Santos (2018), “no processo histórico, na exploração do homem /mulher sobre homem/mulher, desde a sua formação embrionária, expressa na origem da propriedade privada”. Assim sendo, a exploração do trabalho cimentou os sistemas do racismo e do patriarcado, fazendo com que na classe dos trabalhadores, os homens exerçam esse mesmo sistema de poder sobre as mulheres.

Desse modo, as lutas das mulheres agricultoras não se fazem apartadas das lutas de classe, fração de classe, mas imbricadas a elas, mesmo que para sua categoria, de forma parcial ou secundária, são lutas que, para Paulilo (2010, p. 3), “são um produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil e apresenta trajetória semelhante a muitos outros destes movimentos”, que visa demandas por reconhecimento de seu trabalho e posteriormente um lugar no espaço político.

As organizações de trabalhadores e trabalhadoras em seus diferentes segmentos em sociedade capitalista são forjadas nas/pelas lutas, em defesa de sua própria subsistência, na experiência antagonicamente presente ainda que sob a égide da exploração e expropriação dos proprietários do modo de produção no campo, que continuamente se renova e provoca impactos na vida das trabalhadoras. É na trajetória das organizações que os sujeitos que resistem ao capitalismo destrutivo buscam entidades que legitimem seus direitos mesmo que ainda limitados.

Nesse segmento, a resistência e a persistência desses sujeitos conseguem atravessar de associações para sindicatos, e que segundo Pannekoek (2007, p. 60) “são, pouco a pouco, reconhecidos como representantes dos interesses dos trabalhadores, trabalhadoras e, ainda que a luta continue necessária, tornam-se uma força que participa nas decisões”. Para o autor, esse sujeito coletivo nasce da solidariedade dos trabalhadores como necessidade de organizar-se enquanto classe, para enfrentar o inimigo comum - o capitalismo -, e não vender a qualquer preço sua força de trabalho.

Porém, para trabalhadoras do campo agricultoras, o trabalho é bem mais complexo. Por conta das diferentes demandas impostas a estas, que decorrem de múltiplas situações desde luta por terra, salários, por políticas de fomento à produção e venda dos produtos agrícolas, ou por reassentamentos causados por projetos modernizantes, condicionantes que repercutem no trabalho e na organização de segmentos da categoria de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Para tecermos alguns apontamentos nesse sentido, nos ancoraremos nos teóricos que retratam as especificidades e interesses dessa entidade para considerarmos os movimentos que as mulheres trabalhadoras e agricultoras tem pautado em suas lutas e resistências. Faz parte, porém, deste debate o conceito de trabalho e, para fazer tal estudo utilizaremos dos aportes teóricos de Braverman (1977) Frigotto (2008), Rodrigues (2012).

Assim, compreender o processo das organizações de trabalhadores e trabalhadoras, sua constituição de acordo com os pleitos de cada especificidade desses trabalhadores, requer que entendamos diferentes circunstâncias e tempos em que desenvolveram-se as singularidades e peculiaridades que são inerentes ao trabalho como forma de existência e humanização.

Para Braverman (1977) é por meio do trabalho que a sociedade se organiza para dar sentido ao mundo, que é a atualidade que conhecemos. O trabalho é, para o autor, forma de produção da própria existência humana, pois através dele as trabalhadoras trabalhadores realizam-se no seu cotidiano transformando a natureza para produzir o essencial para sobrevivência, diferenciando-se do trabalho animal. Para Frigotto (2008, p. 258), os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência. Para o autor, o trabalho é condição necessária em qualquer tempo histórico.

De acordo com Braverman (1977), o trabalho humano se diferencia do animal, pois é intencional e criativo, o homem antes de realizá-lo, elabora mentalmente para,, então executá-lo na prática. Apropriando-se da natureza segundo suas necessidades, assinala Braverman (1977, p. 49-50), “Ele não transforma apenas o material sobre o que opera; ele imprime ao material o projeto que ele tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao que tem de subordinar sua vontade”. Assim, o trabalho como atividade intencional, orientado pela inteligência e esforço físico é, para Braverman (1977, p. 52), “produto especial da espécie humana. Mas esta, por sua vez é produto especial desta forma de trabalho. Ao agir assim sobre o mundo externo e transformá-lo, ele mesmo modifica sua própria natureza,” recriando e aprendendo com o trabalho.

Consoante ao pensamento do autor acima, afirma Frigotto (2008) que o trabalho é um processo que permeia todo o ser do humano. E essa concepção de Frigotto (2008, p. 259), “não

se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana”. Nessa mesma direção, corrobora Rodrigues (2012, p 54), que,

pelo trabalho o homem se constitui, demarca sua identidade, sua personalidade, seu modo de vida, sua subjetividade e objetividade. Sua subjetividade porque, por meio do trabalho, o homem vai estabelecendo valores, concepções de mundo, saberes; objetividade porque, por meio do trabalho, o homem também vai moldando o mundo, a realidade material, tanto a objetos físicos quanto ao ser social, sendo capaz de projetar e materializar, concomitantemente, essa realidade.

É um processo que ultrapassa a mera atividade, afirma Braverman (1977, p. 53), “instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos”.

Sendo assim, o trabalho se constitui em elemento primordial e fundante da perpetuação humana. Para Frigotto (2008), o trabalho aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos [...]. “Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva”. Essas articulações entre os seres humanos, ao produzir-se pelo artífice laboral, produz na concepção de Rodrigues (2012, p. 55),

uma realidade pautada pela primazia do reino da liberdade, direcionada para a emancipação humana, partindo-se do pressuposto de que a relação ontológica do homem com a natureza nunca previu alienação dos resultados de seu trabalho, senão a plena satisfação das necessidades humanas

Esse modo de produzir a existência e a liberdade circunscreve-se no sentido humanizador e produtor de conhecimentos necessários para constituição organizativa dos meios de sobrevivência dos trabalhadores em coletividade.

No entanto, no decorrer da história, o trabalho vai assumindo outras feições, como delineia Frigotto (2008, p. 258),

o trabalho assume formas históricas específicas nos diferentes modos de produção da existência humana. Estas distinções nos permitem tanto superar o senso comum e a ideologia que reduzem o trabalho humano à forma histórica que assume sob as relações sociais de produção capitalistas (compra e venda de força de trabalho, trabalho assalariado, trabalho alienado.

Esse modo antagônico de trabalho, que subordina a vida dos trabalhadores aos ditames e vontades dos capitalistas, que ao mesmo tempo instaura a degradação humana, acarreta na vida de homens e mulheres processos desiguais com esta forma de trabalho, cindindo de vez o resultado do trabalho do trabalhador.

Em oposição a esse pensamento, postula Rodrigues (2008, p. 56), que é no contexto do “trabalho humano, manifesto em diferentes setores de produção,” de trabalhadores e trabalhadoras em constante socialização, permeados pelo cotidiano de embates, que estes vão discernindo os problemas, partilhando sofrimentos, que para o autor implica na formação de uma consciência de classe. Pois, o modo de vida no qual estão submetidas esse segmento social se conforma na visão de Butto (2009, p. 8),

A ausência ou reduzida remuneração, a pretensa menor jornada de trabalho se comparada com a masculina, que resulta da invisibilidade do seu trabalho, e a melhoria no acesso à educação desacompanhada de uma inserção plena no desenvolvimento caracterizam parte da realidade das mulheres rurais.

E, por isso o trabalho, seja ele remunerado ou não, é relevante para o processo organizacional das trabalhadoras rurais. Considerar as atividades desenvolvidas pelas mulheres nas propriedades rurais, segundo Paulilo (2010, p. 2), “como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas,” através das pressões que estas expunham em manifestos e conferências na contemporaneidade.

Nessa direção, o movimento das trabalhadoras agricultoras jamais se fez apartado da totalidade de lutas dos trabalhadores, mas está imbricado a estes, como destacam Siliprandi e Cintrão (2015, p. 576), ao proferir que,

Historicamente as mulheres tenham participado das lutas e movimentos sociais no campo no Brasil, o aparecimento público de movimentos específicos de mulheres rurais remonta aos anos 1980, num contexto de ressurgimento dos movimentos sociais após vinte anos de ditadura militar.

É válido destacar que a contestação do referido movimento, pelo não acolhimento como afiliada, não visa a anulação do movimento sindical, mas sim a sua participação concreta e respaldada pelas políticas adotadas no cerne deste movimento. Pois, à medida em que os movimentos se enveredaram para os anos 80 são, na ótica das trabalhadoras, como expressa Ricci (2009, p. 329), “um campo de dupla resistência política, contra a ordem social, que os exclui, e contra as organizações formais de representação social, que não os acolhe”, sendo estas representadas por terceiros.

Destarte, a participação das trabalhadoras rurais em organizações sociais origina-se segundo as considerações de Deere (2004, p. 178), no “movimento de mulheres rurais no contexto da abertura democrática da década de 1980”, com a efervescência política que se desencadeia no país.

A Teoria da Libertação favoreceu a organização de vários movimentos sociais. Organizadas e instrumentalizadas por organizações anteriormente a esse tempo, revela Deere (2004, p. 179-180), que as “Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres [...] organizados pela CPT na década anterior, muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e de educação”.

Complementando ainda a respeito dessa discussão, ratifica Paulilo (2010, p. 3):

Foi um produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil e apresenta trajetória semelhante a muitos outros destes movimentos. Começa sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No meio rural, esta influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram e são estimuladas a fazê-lo.

Pois, enquanto estas desenvolvem seus papéis no cenário religioso, vão se descobrindo como seres invisíveis, e sua participação nessa instituição abriu-lhe caminhos. Ainda nesse sentido, Giuliani (2004, p. 540) afirma:

A mobilização das mulheres rurais não se forma na prática sindical, mas a partir de debates sobre as condições de vida realizados em pequenos grupos, a maioria de matriz religiosa ligados às pastorais, mas também grupos de matriz laica formados a partir das mobilizações de resistência às expulsões dos moradores das fazendas.

Outros condicionantes se impõem na vida das mulheres no campo que as obrigam sair para lutar juntamente com homens.

As mulheres participam também dos movimentos de ocupação das terras, que eclodem com força crescente a partir de 1980, quando o país se democratiza e, sobretudo, a partir do lançamento do frustrado Plano de Reforma Agrária. Organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e por outras entidades comunitárias, religiosas e laicas, grupos de famílias de agricultores ocupam terras não utilizadas de propriedades públicas e privadas, montando seus acampamentos e começando imediatamente a cultivá-las. Na organização básica desses acampamentos, as mulheres desempenham múltiplos papéis: são produtoras rurais, organizadoras das atividades domésticas e também muito ativas nas mobilizações constituídas para resistir à violência de policiais, proprietários ou especuladores (GIULANI, 2004, p. 542).

A conquista que despontam os movimentos feministas extrapolam o social como a previdência social. Também, questões pertinentes ao referido movimento são apresentadas nos estudos de Amaral (2007, p. 48), como nas “ações do movimento de oposições sindicais as mulheres estavam presentes. Nesse período, também surgem outros partidos políticos e neles se expressam lideranças femininas”, sem deixar de realçar a constituição nesse período dos partidos dos trabalhadores,(PT), sendo que, as mobilizações pujantes vêm das organizações de

trabalhadoras rurais do nordeste e do sul do país, onde ocorrem mobilizações pela bandeira da cidadania e participação em sindicatos.

A respeito das organizações das mulheres nordestinas, insere-se na questão, que desvela Bordalo (2008), a necessidade de entrarem nas fileiras de trabalho dos programas de combate à seca, substituindo o chefe de família que havia emigrado em busca de trabalho. Estas eram filiadas a sindicatos que, por sua vez, filiados à Central Única dos Trabalhadores e Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, denunciavam o boicote sofrido por elas, e que irão difundir-se, nos dizeres de Amaral (2007, p. 50), através de “eventos como encontros, congressos, passeatas [...] ganham visibilidade e se consolidam com a Fundação do Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais- (MMTR-NE) do Nordeste”, em 1986. E o movimento no Rio Grande do Sul aponta Heredia e Cintrão (2006), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), fundado em 1989.

Esses movimentos trazem temas que acenam para valorização de sua profissão e da importância de seu lugar nas atividades laborais na terra, e isso justifica nas acepções de Paulilo (2010, p. 3), a “importância do pertencimento a um sindicato se explica pela necessidade das mulheres de serem reconhecidas como profissionais, no caso, produtoras rurais”, não como do lar, mãe e esposas. Assim sendo, as mobilizações e articulações são nos dizeres de Semeraro (2014, p. 62) de “sujeitos coletivos que buscam na criatividade dar uma resposta para situação de opressão e injustiças que há tempos lhes foi imposto”.

O trabalho executado por essas profissionais, seja na pesca, no extrativismo, ou no trabalho com a terra na produção agrícola, pertence aos grupos, segundo Hebeta (2002, p. 32), “sociais que vivem no meio rural, seja na terra firme ou na várzea”. Essa categoria necessita ser reconhecida nos seus direitos como trabalhadoras, por pertencerem a um determinado espaço e desempenharem atividades quer seja para consumo interno, ou como reprodução camponesa.

Dada a importância que o trabalho agrícola feminino desenvolvido no campo, com ininterruptas horas, como apontam Siliprandi e Cintrão (2015, p. 574), ao destacarem que:

Além do trabalho na casa, as mulheres participam do trabalho na agricultura (preparação do solo, plantio, tratos culturais, colheita, pós-colheita) e também se responsabilizam pelo “quintal”, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte e/ou destinados ao consumo direto da família. Por serem muitas vezes realizadas próximas à casa e concomitantemente a outras tarefas, as atividades agrícolas das mulheres são vistas, em geral, como uma extensão das suas tarefas domésticas ou como uma ajuda.

Daí, as bandeiras de luta levantadas por essas trabalhadoras rurais em busca de reconhecimento do seu trabalho na produção de alimentos, entre outros benefícios

reivindicados por elas, são de acordo com Deere (2004, p. 180):

Reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais. Essas reivindicações refletiram o crescimento da participação de mulheres rurais na força de trabalho agrícola e a discriminação que as mulheres enfrentaram, tanto como trabalhadoras assalariadas como dentro dos sindicatos rurais.

De sua filiação nas entidades sindicais até o posto de dirigente, é uma intensa e contínua luta pela conquista de um espaço no contexto sindical, com possibilidades de interlocução para propor e posicionar-se de acordo com as demandas necessárias. E isso nos remete à situação em que ocorreu a oficialização do sindicato rural dos trabalhadores nas afirmativas de Malagodi e Bastos (2003, p. 2), que “o processo de sindicalização no Brasil tem duas histórias: uma para o setor urbanoindustrial e outra para o rural”, correlato a isso foi o processo da afiliação de homens e bem mais o das mulheres. E isso significou deixar de ser representada por terceiros, pais, maridos e irmãos.

Heredia e Cintrão (2006) também retratam os movimentos de mulheres rurais, entre os anos de 1986 e 1988, como embrionário e limitado geograficamente, mas contribuíram nas mobilizações para a participação popular na Assembleia Constituinte, apoiadas pelas organizações sindicais de âmbito nacional, como a CONTAG e a Central única dos Trabalhadores (CUT), bem como os Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Mulher e a cooperação internacional.

O emergir das agricultoras em mobilização no cenário público significa para Silvia (2008, p. 36), uma “maior visibilidade no espaço social e político brasileiro, transformando-se por este modo em “sujeitos políticos no cenário nacional”. Suas reivindicações, manifesto e abaixo assinados tiveram como resultado a aprovação na Constituição de 1988, aponta Deere (2004, p. 180),

Estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios se referiam às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas.

A autora ressalta que tais benefícios não se materializaram sem as devidas lutas e mediações, e sua implementação faz-se necessária para que as leis se concretizassem de fato e de direito. Para Deere (2004), transformou-se na mais importante arena de luta do movimento de mulheres rurais nos anos seguintes, deixando lacunas na luta pelo direito das mulheres à

terra, tornando-se prejudicial ao avanço do movimento, mas que permanecerá nas agendas das trabalhadoras.

Já na década de 1990, ocorrem manifestos, como o primeiro grito da terra Brasil,

[...] que mobilizou mais de 100 mil trabalhadores rurais de 23 estados, em Brasília e nas capitais dos estados, onde se negociou com os governos (federal e estaduais) uma pauta de reivindicações [...], apesar de haver uma representante da Comissão de Mulheres da organização, não existia uma pauta voltada para elas (SILVA, 2008, p. 36).

As mulheres têm colocado nas agendas suas lutas por melhores condições de vida e cidadania, no que tange aos mais diversos espaços, a começar pela condição de esposa, mãe e trabalhadora. Contudo, sua presença parece não ter relevância para o movimento e esse fenômeno reitera-se em outros movimentos sociais e a correlação dessa situação aparece nos estudos sobre as trabalhadoras pescadoras, denuncia Furtado (2017, p. 40) ao afirmar que:

[...] a participação dos pescadores nos levantes populares foi essencial para nós diversos processos de mobilização democrática e para conquistas sociais, porém com parte das estratégias elitistas, o envolvimento das mulheres pescadoras em alguns movimentos de caráter revolucionário foi colocado a segundo plano nas histórias oficiais.

Foi em resposta ao descaso com as demandas específicas das trabalhadoras, que estas, no final da década de 1980, se articulam como revela o documento da Contag (2004, p. 95) que em “1989, as mulheres conquistaram a Comissão Nacional Provisória das Trabalhadoras Rurais e elegeram a primeira mulher para a direção da CONTAG”, mecanismo esse que promoverá o acesso e ampliação de ação das trabalhadoras ao realizarem encontros em diversos estados, procurando dar visibilidade às demandas específicas.

Essas estratégias desdobram-se na materialização do Regimento Interno do congresso da CONTAG, em 1991, demarcando a escolha, segundo Contag (2003), de duas delegadas por estado, sem prejuízo das demais que poderiam ser eleitas nas assembleias dos Sindicatos.

As conquistas articuladas que constam da CONTAG, segundo Silva (2008, p. 39) sinalizam que as

organizações de mulheres ampliaram-se por todo o Brasil e constituíram um Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais que foi se estruturando por Coordenações Regionais. Em 1995, criou-se a Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais, representando 22 organizações de 16 estados brasileiros.

Na região norte, em especial no estado do Pará, o movimento de mulheres rurais ocorre na mesma época que os demais e ganha força com as críticas sobre o sindicato combativo e suas interdições enquanto filiação das mulheres, enfatiza Amaral (2007, p. 49), “ainda que sua

participação não seja algo novo, mas seu reconhecimento, enquanto organização de mulheres trabalhadoras rurais tanto em movimento autônomo como ligadas a sindicatos datam deste período”, mesmo que com suas limitações.

Outro importante destaque no processo da organização foi a articulação do movimento das mulheres trabalhadoras no Pará e na Amazônia, com a criação do Movimento de Mulheres da Amazônia, pontua Silva (2008, p. 40):

Que nesse processo é importante destacar a criação, em 1998, do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA). A criação dessa articulação resultou de debates iniciados em 1995, por ocasião da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, evento preparatório para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). Nesse evento, as mulheres amazônicas enfrentaram resistências com relação à inclusão de suas demandas específicas no documento final, o que demonstrou a necessidade de fortalecer sua organização e mobilização.

Esse movimento autônomo representa as dificuldades que as trabalhadoras encontram nos movimentos e sua articulação com os movimentos sindicais e na Federação dos trabalhadores agrícolas do Pará, para uma mobilização consistente, que segundo Amaral (2007, p.79) tem a ver com dificuldades, “[...] destacam-se a questão do apoio existente na conquista da Federação, o que não se manteve para o enfrentamento das dificuldades encontradas pela nova direção, assim como divergências entre dirigentes, dificultaram ações integradas para atuação da Federação.”

As mobilizações, de certo modo, ainda são auxiliadas por mediações de organizações autônomas, contudo, conta Silva (2008), que progressivamente, as mulheres se fazem presentes nas edições do Grito da Terra Brasil, e as questões específicas a estas passam a ser incorporadas na negociação desse movimento. É importante, ainda, apontar que o movimento das mulheres da Amazônia (MAMA) possibilitou a criação e mobilização de movimentos, como o movimento das mulheres do nordeste do Pará (MMNEPA), rememora Silva (2008, p. 40):

Em 1998, foi realizado o I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica, evento que reuniu 250 mulheres e foi precedido por duas reuniões preparatórias e por um diagnóstico realizado nos estados do Pará, Amazonas e Rondônia com o objetivo de suprir as lacunas de informação relacionadas às mulheres amazônicas.

As missões de mulheres nos sindicatos rendeu movimentos e lutas, movimento esse pertencente à regional Bragantina, localizado em Capanema que surge, segundo a autora, mediados pelo órgão da igreja católica, mas se encontra embricado com sindicatos, Federação e Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais. Assim, outros movimentos de trabalhadoras rurais, como Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais surgem na Regional

Tocantina do qual fazem os municípios, segundo Amaral (2007), Cametá, Baião, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará.

Nos estudos sobre MMNEPA, aponta Silva (2007, p. 44), que há

[...] necessidade de preparar as mulheres para efetivamente participarem do grupo, não de qualquer maneira, mas, de forma qualificada, sendo necessário conhecer a realidade das mulheres, para então propor ações que pudessem ao menos minimizar os problemas e dificuldades existentes.

Para além das formações e conquistas de espaço nos movimentos e suas instâncias hierárquicas, torna-se imprescindível criar mecanismos de discussão para fazer valer as propostas essenciais para as mulheres rurais. Ampliando sempre seu poder de interlocução, de proposição, consideramos como marco o,

[...] 7º- Congresso da Contag, que passou a se chamar Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (grifo das autoras). Um avanço que se refletiu também na aprovação de políticas afirmativas, como a cota mínima de participação de 30% de mulheres em todas as instâncias do movimento sindical e o fortalecimento das comissões de mulheres nos sindicatos (HEREDIA e CINTRÃO, 2006, p. 113).

O Empoderamento que propiciou discussões relativas à produção agrícola e à agricultura familiar, bem como sobre o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural sustentável e Solidário, (PADRS), pautados em articulações anteriores no chão sindical promoveu nesse âmbito o reconhecimento por parte do movimento sindical, dessas profissionais trabalhadoras rurais.

Um outro espaço que possibilitou a emergência e a visibilidade das lutas, e contribuíram para implementação de muitas políticas voltadas para as mulheres do campo, mais especificamente no mandato de Luís Inácio Lula da Silva, como pontua Silva (2008, p. 37), “política pública, e que de certa forma é pré-requisito para as demais, é o acesso à documentação básica”. As políticas afirmativas tendem avançar com a presidenta Dilma Rousseff, onde os de reivindicação são ampliados, o espaço a que nos referimos é a Marcha das Margaridas, que comparado ao movimento Grito da Terra, por ter pautas de negociação, reivindicam nos primeiros anos da década de 2000, em massivos manifestos, que na acepção de Siliprandi e Cintrão (2015, p. 579),

as mulheres agricultoras ocuparam o espaço público reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas, expressando, assim, a necessidade de seu reconhecimento como produtoras rurais propriamente ditas e, nesse sentido, demandando do Estado políticas diferenciadas que respondessem as suas demandas específicas.

A autora conta que, a partir das Marchas das Margaridas<sup>1</sup>, organizadas em 2000, 2003, 2007 e 2011 trazem à cena, a cada ano, lemas que refletem sua condição, lemas estes “Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. As Marchas das Margaridas nas análises de Silva (2008, p. 37), tornou-se

um marco, porque permitiram colocar em negociação com o governo federal antigas e novas reivindicações dos movimentos de mulheres rurais. Provavelmente, as mobilizações também levaram as discussões sobre os problemas de gênero para um número mais amplo de mulheres. As principais questões colocadas em pauta referem-se àquelas historicamente levantadas pelos movimentos de mulheres e, principalmente, às relacionadas ao reconhecimento da mulher rural como trabalhadora na agricultura.

As lutas pautadas pelo movimento social rural de trabalhadoras incluem outros itens importantes como a reforma agrária, o acesso à terra e questões específicas das mulheres, como as reivindicações de titulação conjunta das terras, de prioridade de assentamento das mulheres chefe de família e de garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais.

A última edição da Marcha das Margaridas, realizada em agosto de 2015, com o lema “Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, segundo a coordenadora do evento, faz parte das reivindicações do movimento feminista (ALESSANDRA LONAS, 2015). Tais reivindicações postulam os direitos de produção agrícola com outro formato que difere das monoculturas exportadoras, políticas para apoiar grupos femininos que contribuem para a soberania alimentar.

Além da participação nos espaços mais amplos com maior visibilidade da mulher, fez-se necessário buscar independência tanto nos centros de decisões como nas forças produtivas, e para isso a persistência nos embates em movimentos e nos espaços formativos e deliberativos, requiere, acima de tudo, paciência, pois a questão da democracia tão defendida nesse lócus se mostra contraditória, como o caso da paridade de trabalhadores e trabalhadoras na participação de espaços decisórios, como nas entidades sindicais, que protelou-se por quinze anos e a mudança em relação à assimetria vigente nesse cenário ocorre, segundo informações, Contag (2014, p. 7),

no ano de 2013, as mulheres rurais conquistam um fato histórico quando pela primeira vez no marco das conferências nacionais, espaço este fundamental no fortalecimento da capacidade avaliativa, propositiva e de diálogo entre sociedade civil e governo, se conquista a paridade na 2ª conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidária, cujo eixo de mobilização e reivindicação das mulheres e também a necessidade de “paridade nas políticas públicas”.

---

<sup>1</sup> As Marchas das Margaridas foi um movimento coordenado pela Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais.

Democratizar a participação nas instâncias e movimentos de sua categoria requer estratégia e condições favoráveis articuladas entre os movimentos regionais e estadual, bem como buscar seu fortalecimento junto à base para com toda categoria, onde suas ideias possam ser fomentadas, articuladas com demandas, que permitam avançar nas suas plataformas, que deveriam iniciar nas entidades locais e regionais.

Assim, refletir sobre as peculiaridades das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras agricultores familiares requer compreender as instâncias que as conformam por ser, segundo Ricci (2009, p. 321),

o sistema sindical [...] o mais articulado, enraizado e organizado de todo o país, em virtude de um projeto político de formação de lealdades sustentadas ao longo de décadas entre dirigentes sindicais (diretores de STRs, Fretags e Contag), independentemente da coloração ideológica das correntes sindicais.

Essas entidades obedecem uma estrutura histórica e hierárquica, entidades estas, conformadas em diversas instâncias coletivas, sendo o sindicato entidade de primeiro grau; em segundo grau as federações e, em terceiro grau, as confederações. Assim, cabe ao sindicato, segundo a Constituição Federal (1988), em seu artigo 8º, no III parágrafo “a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.” Já a Federação, afirma Sousa (2009, p. 7), “são entidades sindicais de segundo grau, isto é, um grau acima dos sindicatos da respectiva categoria e um abaixo das confederações. Tais entidades podem corresponder não somente à mesma atividade ou profissão, como também a profissões similares ou conexas”.

E assim, a confederação abarca a totalidade das entidades, salienta Sousa (2009, p. 9), “as confederações coordenam as atividades das entidades de grau inferior. Em determinados casos, porém, estão autorizadas a celebrar convenções coletivas, acordos coletivos, bem como a instaurar dissídios coletivos”. E ainda contribui, segundo a própria Contag (2004, p. 5),

[...] para a ampliação e o fortalecimento da organização e representação sindical no meio rural: reivindicando, mobilizando, propondo e negociando políticas agrícolas diferenciadas, direitos trabalhistas e políticas sociais que resgatem a área rural, enquanto espaço de vida, de luta, de trabalho e de construção de conhecimentos, capazes de promover as transformações necessárias para um desenvolvimento sustentável.

Embricadas a este contexto sindical, se encontram as trabalhadoras rurais que em sua trajetória, urgiram superar as barreiras de sua condição de trabalhadoras invisíveis ou esquecidas no movimento. Dessa maneira, no intuito de visibilizar e potencializar suas agendas pautadas no esquecimento, revela Pimenta (2003, p. 1), que, a partir da,

[...] ação política das mulheres no sindicalismo rural revela-se um processo dinâmico, de múltiplas experiências e significados, que resulta na emergência de identidades coletivas e política num campo de instabilidades e tensões, em que se reproduzem as desigualdades e o poder que nega as mulheres como sujeito político e insiste em silenciá-las e submetê-las.

Assim, o resultado de suas reivindicações começam aparecer lentamente na segunda década do século XXI, é o que conferimos no caso do STTR/Cametá em relação ao seu Estatuto Social deve fazer saber aos seus associados e associadas que o décimo sétimo parágrafo do artigo 4º do referido estatuto refere-se que ,

A valorização e participação igualitária das mulheres trabalhadoras rurais agricultoras familiares em todas as instâncias sindicais, espaços de trabalho e representação social, a formação política, sindical e profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, propiciando o surgimento e afirmação de novas lideranças.

De acordo com o excerto do estatuto acima, o sindicato, além de pleitear pelos seus associados, demandas que lhes competem, tem a incumbência de promover a inserção das trabalhadoras com participação qualitativa em todas as instâncias desse ente coletivo. Em que pese os esforços empenhados para participação destas no cerne do sindicato, Malagodi e Bastos (2003.p. 5) advertem que:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) tem se desenvolvido, ainda que de modo desigual e, por vezes, timidamente, como um organismo catalisador das demandas [...] como local de encontro, espaço de debate da classe dos pequenos produtores agrícolas de cada município.

Um outro destaque importante, relevante para o desenvolvimento dos partícipes desses espaços, é a realização da formação política, sindical e profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, propiciando a qualificação das ações sindicais, e o surgimento de novas lideranças no movimento. Posterior às demandas, reafirmam Malagodi e Bastos 2003, p. 6),

Uma outra área de atuação sindical é a busca de novos instrumentos de assistência técnica para a produção. Até bem pouco tempo, essa área era atividade era ocupada exclusivamente pelos órgãos oficiais de fomento ou de extensão (EMATER), ou eventualmente por cooperativas de produtores. Atualmente, não é raro observar a direção sindical assumindo essa atividade e atuando no sentido de mobilizar os associados na busca de assistência técnica para a solução de problemas da produção tradicional.

Para os autores, o sindicato dos trabalhadores rurais é considerado um importante canal de interlocução, por isso, o consideram Malagodi e Bastos (2003, p. 5), “como *locus* de aglutinação dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, aparecendo como espaço de

organização e canal de veiculação dos (novos) interesses sindicais e políticos dos agricultores e agricultoras familiares” como as pautas e agendas das trabalhadoras.

É nesse espaço, que são debatidas temáticas relevantes para fortalecer cada vez mais o sentido de pertença entre os associados/ associadas e o sindicato, as demandas emergentes devem transforma-se em propostos nas assembleias, conferencias. congressos pautando sempre a problemática da vida dos trabalhadores e trabalhadoras. E por tratar-se de um movimento que integra inúmeros ideias, também são perpassados por contradição, como relatam Siliprandi e Cintrão (2015, p. 578), as “mulheres enfrentam uma disputa constante para a conquista de espaços e para a inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais”.

Como parte do segmento de associados no STTR/Cametá as trabalhadoras em seus coletivos, oferecem experiencias contra resposta e as crises que inabilitam as conquistas a espaços de gestão no movimento sindical, sendo estas secundarizadas ainda que busquem por conta própria aperfeiçoamento e projeto em seus territórios tradicionais.

As agricultoras imbuídas de conhecimentos adquiridos pela formação da Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC), e outros mais, desenvolveram estratégia de resistência em seus coletivos e lugares de pertença conforme os postulados que propõem Neto e Braz (2010), que é a capacidade de projetar, de pensar antes de realizar a ação. Para os autores a dimensão que o trabalho proporcionou ao ser social, em suas complexas dimensões de humanização, linguagem, reflexão sobre o material objetivado e fazer escolhas, possibilitou pela consciência o ser social segundo Neto e Braz (2010, p. 41/42):

O ser social toma sua atividade, e toma a si mesmo como objeto de reflexão[...]. Na sua ação e na sua atuação, o ser social sempre encontra alternativas, sempre pode escolher - e escolha entre alternativas concretas configura exercício de liberdade, ser livre é poder escolher entre elas: o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, projetar, objetivar-se e escolher.

Assim, organizando suas demandas e elaborando projetos de escolha do coletivo, como é o exemplo do Grupo de Mulheres Nova Esperança de Cametá (GMNE/Cametá, 2009), no setor da Estrada, em Livramento, em busca de ampliar e enriquecer suas lutas de resistências. Queremos explicar aqui que não se trata de dar prioridade a determinados coletivos, mas estamos analisando documentos sistematizados e que possa respaldar o estudo em questão.

Esse coletivo é composto por 22 mulheres e 1 homem agricultoras/es familiares, há de se questionar se o coletivo pertence somente às mulheres, mas isso mostra que trabalhadores rurais também conseguem conscientizar-se, que no entendimento de Aquime (2018, p. 17),

“deveriam considerar alguns aspectos específicos entre os sexos, como classe social, pois tanto homens quanto mulheres fazem parte do grupo menos favorecido”.

Desse modo, o ser social é inconcluso e permanece sempre aberto às possibilidades, e está em constante aperfeiçoamento como retrata as assertivas de Neto e Braz (2010, p. 42), “apta a reconfigurar-se, e enriquecer-se no curso da história presente e futura”, é nesse permanente refletir e fazer escolhas, que o referido grupo de trabalhadoras, consegue cooperação com a FETAGRI, através do “Projeto na Amazônia Empreendedorismo das mulheres Rurais do Pará” em 2009, encontramos em seu Relatório (GMNE/Cametá, 2009), registros sobre a organização do movimento desse coletivo de mulheres trabalhadoras agricultoras, que de acordo com a organização destas, tem como perspectiva desenvolver um trabalho de fortalecimento pelos laços de pertencimento à terra, e ao trabalho nela desenvolvido, como forma de resistência aos projetos desenvolvimentistas pragmáticos.

Nesse sentido, afirmam Cisne e Santos (2015, 28), “que, pelo trabalho, os indivíduos constroem a si mesmos e a totalidade social, e que ela é a fonte da constituição do ser social, ou da autoconstrução humana e, também, a partir dela ocorre o desenvolvimento das relações sociais”, promovendo interações que permitem propiciar momentos de encontros, de trabalho, e de continuas elaborações e refinamentos das atividades desse coletivo.

Dessa maneira, relacionando aos pensamentos de Cisne e Santos (2015), o projeto das trabalhadoras agricultoras, (GMNE/Cametá, 2009), que se insere na proposta de construir novas ações para sobrevivência como um ser apto a sustentar-se e protagonizar-se. Nessa iniciativa, as associadas demonstram seu potencial criativo, pois o viveiro de mudas para plantar 10.000 mil mudas de árvores, plantar pequenas culturas florestais e reflorestar com árvores nativas que já existiram na localidade, bem como frutíferas - cacau, açaí, cupu açu, graviola, acerola, e goiaba entre outros, e também outras culturas florestais lhes concede um “olhar” de ser potencial como forma de ressignificar sua condição de trabalhadora rural, permeada por inúmeras dificuldades, na perspectiva de visibilizar seu conhecimento e os desdobramentos que deles emanam para sua comunidade e natureza, como possibilidade de fortalecimento desse coletivo.

Tomando as mulheres como esse coletivo postula-se que estas buscam nas ações que realizam visibilizar seu trabalho enquanto SER social por meio do potencial das suas atuações políticas lutar para construção de uma vida mais digna para seus familiares, de modo a resistir e agir de acordo com escolhas favoráveis ao desenvolvimento de seu trabalho agrícola, pois dessa ação decorre nos dizeres de Aquino (2018, p. 17), a “atuação de mulheres na construção de estratégias, diante dos desafios para a ampliação da participação, da visibilidade de seu

trabalho, da geração de renda e das suas lutas, vivenciadas”, experiências que possibilitam construir veredas apartir do trabalho e reflexão do mesmo, processo esse que ressalta Silva (2011, p. 89), “a construção de um processo formativo atrelado aos interesses da classe que não detém o mecanismo de produção, como a sua fração que habita e constitui na amazônia” Tocantina.

As trabalhadoras, segundo GMNE/Cametá (2009), se declaram agricultoras familiares, reconhecendo sua categoria e a importância que estas tensionam nesses espaços, tornando possível a apreensão de que através do trabalho segundo Neto e Braz (2010) pode-se transcender para outras objetivações imediatas enquanto mulher trabalhadora rural, como aquisições da filosofia, da arte, da agroecologia, bem como o ensejo de ser mais, SER político e dirigente.

O coletivo de mulheres agricultoras familiares ressoam um agradecimento todo especial às entidades que lhes deram fôlego para fomentar tal empreendimento, e estas ressaltam de acordo com o documento(GMNE/Cametá, 2009)”. Queremos agradecer à FETRAGRI-PA E SAGRI, que estão trabalhando este projeto de desenvolvimento para o Estado do Pará, onde uma nova vida é possível”. Essa atividade promoveu uma congregação de mulheres em busca não só de geração de renda, mas como forma de visibilizar seu trabalho como produtivo e garantia para futuras gerações do bem comum que são as riquezas naturais, e não aquelas produzidas pelo sistema perverso do capital.

É nesse contexto de lutas, resistências, estratégias e apropriação de conhecimentos que estão em processos constantes de constituição, de SER Social, que não tem vergonha de se declarar trabalhadora agricultora, em constantes enfrentamentos para participação e conquista de direitos ainda que sejam pragmáticas em relação as legitimadas juridicamente. As mulheres constituindo-se em sujeitos sociais construíram-se lideranças nos diversos espaços e tempo em busca de um espaço visível que carece de ser visibilizado.

### **3 O STTR NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS ASSOCIADAS E SUAS PRINCIPAIS CONQUISTAS**

Neste capítulo, que é dedicado ao objeto de estudo propriamente dito – o processo de participação e organização das trabalhadoras sindicalizadas no âmbito da estrutura de poder do STR- Cametá será explicitado os elementos desse processo por análise dos documentos, tendo em vista o que estes sinalizam. Para apresentar o objeto de estudo, na parte inicial do capítulo, apresentamos brevemente o município de Cametá no Pará por meio dos dados demográficos, geográficos e históricos, reiterando neste último as principais formas de resistência que a organização dos trabalhadores e trabalhadoras despontam em diferentes momentos da história, a fim de afirmar-se como sujeitos de direito em meio a determinadas circunstâncias que limitam a cidadania e o projeto dessa classe.

#### **3.1 DADOS HISTÓRICOS E ORGANIZACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA: Dos Notáveis à resistência**

A fundação de Cametá se confunde com interesses políticos e econômicos. De acordo com Pompeu (2002), há uma íntima ligação com as disputas de riquezas do “novo continente” pelos portugueses, no intuito de assegurar a posse da terra, impedindo, assim, que os invasores Holandeses, Franceses e Ingleses que já haviam adentrado nos territórios se apossassem das terras da Coroa Portuguesa. Logo após a fundação de Belém, segundo Pompeu (2002, p.19), “[...] em 1616, mais de cem anos após a posse da terra [...]. A colonização da zona do rio Tocantins tinha por objetivo evitar o estabelecimento de outros colonizadores” que eram desejosos em explorar o rio Amazonas e seus afluentes. A fácil navegação na região favorecia a penetração do território amazônico tocantino, como afirma Prado (1882), ser de perfeita navegação até para grandes embarcações, sendo fácil a penetração nesses lugares do extremo norte.

Essas condições favoreceram a chegada, por volta de 1617, de Frei Cristovão de São José, na margem esquerda do rio Tocantins para catequizar, pacificar os índios pertencentes à grande nação Tupinambá, pois segundo Pompeu (2002), esses povos falavam a língua Tupi, e foram pacificados e arregimentados pelo Frei José, que os conduz para próximo de sua pequena construção chamada Ermida. Inicia-se, dessa maneira, o primitivo povoado do baixo Tocantins denominado de Vila de Santa Cruz de Camutá.

Desse modo, o Frei Cristovão de São José desempenhou um papel relevante em relação ao controle e domesticação desse grupo étnico, residente no vale do Tocantins, o que possibilitou a aproximação do donatário ao território conquistado, Feliciano Coelho de Carvalho, filho do então governador da Província do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Coelho de Carvalho. Conta Pompeu (2002), que a donataria foi concedida em 14 de dezembro de 1633, sendo a mesma demarcada por Carta Régia em 1637.

Assim, o donatário, em 1635, eleva o povoamento à categoria de Vila no dia 24 de dezembro denominada Vila Viçosa de Santa de Camutá, tendo como Santo Padroeiro São João Batista. Após 13 anos, em 21 de Outubro de 1848, Cametá obteve o status de cidade.

A cidade de Cametá tem seu nome em homenagem ao grupo étnico chamados Camutás que nestas bandas habitavam. Segundo Tamer (2012), esses grupos, utilizavam a língua tupi para a comunicação e acabaram influenciando na escolha do nome do povoado e, conseqüentemente, no nome da cidade. Cametá, então, tem seu nome relacionado aos costumes tradicionais dos verdadeiros donos da terra que significa, segundo Vitor Tamer (2012, p. 48), “Caá, que quer dizer Mato. Mutá espécie de jirau”, ou seja, Camutá é casa feita de pedaços de pau sobre as árvores.

Cametá está situada na mesorregião do Nordeste Paraense, limitando-se aos seguintes municípios: ao norte pelo Limoeiro de Ajuru, ao sul pelo município de Mocajuba, a leste pelo município de Igarapé Miri e a oeste pelo município de Oeiras do Pará.

A área municipal em sua particularidade, segundo Sousa (2002, p. 22), “é cortada pelo rio Tocantins, que atravessa o município no sentido sul-norte”, o que leva à compreensão que o município está ligado, em sua extensão territorial, pelo rio. Outra singularidade deste território, destaca Sousa (2002, p. 22), que “o rio Tocantins se espraia sobre uma porção central do território, fragmentando-o em forma de um arquipélago com mais de 100 ilhas, intercaladas pelas águas do rio, por furos e igarapés.” A composição territorial de Cametá está disposta assim: Cametá (sede do município), Joana Coeli, Curuçambaba, Carapajó, Moiraba, Nossa Senhora do Carmo, Areião e Juaba, Torres e Porto Grande (PMC 2006, p. 6).

O município de Cametá possui uma população, segundo a estimativa do IBGE (2018), de 136.390 habitantes, distribuídos numa área de 3.108,2 km<sup>2</sup>, delimitados nos seguintes distritos: o distrito-sede (Cametá sede). O Município é considerado eminente rural, segundo o IBGE (2010), pelo fato de sua população em maior porcentagem habitar nas áreas rurais, 56%, e, na área urbana 44%, imposições naturais que conformam e moldam o complexo modo de vida das cidades ribeirinhas do vale do Tocantins.

O município de Cametá tem um Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM considerado na faixa baixa - 0,557 (IBGE, 2010). Em relação ao número de pessoas na faixa etária adulta, com ocupação em 2017, o município apresentava uma proporção de 5.5% da população total com ganho mensal em médio de 2.2 salários mínimos. Isso significa que apenas 7.500 (sete mil e quinhentas) pessoas auferem esses ganhos no município, o que é considerado muito pouco para um município que tem uma população estimada em 136.390 habitantes (BRASIL, 2018). O município em comparação com os outros municípios do estado, ocupa posições 27 de 144 e 105 de 144, respectivamente (IBGE, 2017).

Ainda nesses aspectos de comparação com o conjunto de municípios do país, sua posição fica na 1139 de 5570 e 5048 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 55.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 14 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 414 de 5570 dentre as cidades do Brasil. O município de Cametá de acordo com IBGE (2016), tem um PIB Per Capita de 8.576,62 no ano de 2016.

De acordo com Sousa (2002), a formação geográfica do município se revela por meio de duas dinâmicas específicas em relação à formação da área rural. E esta se divide em duas porções de terras: a região das ilhas e região da terra firme. A primeira compreende mais de 100 ilhas que se estendem nas adjacências do rio Tocantins e em sua vegetação predominam o açazeiro e o buritizeiro. E a segunda está situada nas duas margens, possuindo terras elevadas que as áreas das ilhas e são caracterizadas, segundo Sousa (2002, p.23), “pela incidência de dois tipos distintos de solo e vegetação: campina e campinarana e floresta ombrófila densa”. Tanto a vegetação da terra firme quanto a das ilhas foram antropizadas, pois, desde o Brasil Colônia, estas servem ao fator econômico seja de forma extrativista como na lavoura.

Neste excuro, é válido rememorarmos a conformação do contexto social, político e econômico do município de Cametá. E suas marcas são fincadas com colonização desde a chegada dos capuchos para pacificar os índios nos chamados aldeamentos no período colonizador que, segundo Pereira (2014), apresenta uma faceta seletiva, religiosa e militar, que busca a defesa dos território português, e para além dessa função estratégica, o comércio das drogas do sertão, e possibilitam, dessa maneira, o subsequente processo de ocupação do vale do Tocantins. Movimento esse, que se constitui segundo a concepção de Pereira (2017, p. 41), em:

a) violenta expropriação/destruição dos territórios e dos povos indígenas, o que em grande parte implicava no extermínio dos indígenas que resistiam; b) a exploração comercial dos recursos territoriais para a manutenção e ampliação da empresa

colonizadora, o que implicou na exploração da força de trabalho, na apropriação do conhecimento e de técnicas indígenas.

Nesse sentido, os índios foram os primeiros explorados como mão de obra escrava dos colonizadores, e informantes perfeitos das riquezas e produtos naturais existentes em suas terras, foram também recrutados para viagens, como a que fez Pedro Teixeira, partindo de Cametá, como conta Cruz (2006, p. 149),

[...] para a conquista de considerável parte do território da Amazônia até então “desconhecido” e “inexplorado”. Trata-se de uma viagem que resultou na quase dizimação dos índios Cametá, pois quase todos os homens das aldeias foram tomados como tripulantes e escravos dessa viagem, o que deixou seriamente comprometida a reprodução social das populações indígenas da região de Cametá.

Esse acontecimento mostra também o outro lado da história, pois as narrativas geralmente evidenciam os homens ilustres, notáveis e corajosos, desbravador de terras inalcançáveis que fazem a história do município, deixando na invisibilidade, os índios que foram obrigados a compor essa expedição e, conseqüentemente, dizimados nessa incursão e que não aparecem na história, juntos dos “grandes vultos.”

Outro grupo invisibilizado que o trabalho aponta é o negro por sua condição de servo nas diversas lavouras que o período colonial e pós-colonial o impôs. Quando tratamos da memória daqueles que construíram e impulsionaram a economia do município em um período passado, não podemos deixar de registrar que os negros e escravos promoveram grande impulso nos engenhos, como aponta Pompeu (2002), que a economia do município, se desenvolveu sob a égide da cultura canavieira, do cacau, nos diversos engenhos como de Curuçambaba, o Estrela do Norte de Limoeiro de Ajuru, jurisdição de Cametá, e o Carmelo de Carapajó.

O engenho de Carapajó tem destaque como um dos engenhos mais importantes do baixo Tocantins, apresentado nos estudos de Salles (2005, p. 144). “Outro engenho tradicional, que sempre se manteve sob o domínio da mesma família foi o Carmelo, dos Moraes Bittencourt no baixo Tocantins, no furo do Cafezal, próximo da Baía de Carapajó”. E a força de trabalho desse engenho, segundo Pompeu (2002), estavam os negros escravos e índios.

Desse modo, é possível refletirmos sobre a constituição da sociedade cametaense e o desenvolvimento de um sistema econômico e social calcado na relação escravista de dominação e exploração do outro em detrimento de poder e riqueza. Do mesmo modo, a capitania do Grão-Pará se encontrava sob a égide da opressão do governo português, mesmo depois da independência do Brasil, onde todos os acontecimentos históricos que ocorriam na capitania repercutia, segundo Mendes (2005, p. 189), “igualmente, no contexto de Cametá,” e em

relação à opressão política colonialista de Portugal, mesmo depois da independência do Brasil. Relata, ainda, Pompeu (2002, p. 22), que “Cametá surge como primeiro município do interior amazônico a aderir ao movimento de independência em 15 de agosto de 1823” e, conseqüentemente vindo a se envolver nos planos de uma revolução popular denominado de Cabanagem.

É comum encontrar na literatura corrente as reverências aos filhos de Cametá, sendo os vultos notáveis aqueles que ocuparam altos cargos políticos, militar ou religioso, como apontam Souza e Leal (2014, p.11), “tem sido a narrativa de uma elite de famílias tradicionais como Parijós, Mendonça, Peres dentre outras ligadas à economia e a política local.”

Essa abordagem, no geral, invisibiliza a história “dos debaixo” que para Souza e Leal (2014, 12), constitui “o elemento de resistência à cabanagem e faz com que Cametá na memória da elite seja uma “Cidade Invicta”, que se manteve contra o movimento devido uma elite política que era contra os ideais de outros grupos que não pertencessem à mesma origem oligárquica”. É nesse sentido que não podemos deixar no esquecimento aqueles que no passado pensaram e executaram com radicalidade a transformação em um cenário de opressão em que se encontravam, mesmo que por um breve tempo, mas sua impressão no tempo e no espaço deixaram nítida a construção de uma identidade cametaense de resistência.

Assim, a cabanagem foi uma das lutas no contexto Paraense, segundo os estudos de Santos (2004, p. 3), “entre os anos de 1835 e 1840, foi um movimento no qual lavradores, camponeses, negros escravos, pequenos comerciantes e servos indígenas” estavam presentes. Já nas considerações de Mendes (2005, p. 190),

A eclosão do movimento se deu, depois da declaração da Independência, pela saturação da paciência cabocla diante da sistemática do governo central em negar aos mais antigos habitantes da região o direito elementar da cidadania. Essa situação provocou grande descontentamento e esgotados os meios pacíficos de luta, a guerra civil tornou-se então inevitável.

A repercussão desse movimento foi ampla, por envolver toda província do Grão-Pará avançando para outros territórios, segundo Ricci (2006, p. 6), e que “atingiu os quatro cantos de uma ampla região”, obrigando os governantes regenciais a recorrer aos aliados estrangeiros para erradicar a guerra civil, consequência de uma política de abandono por parte do governo central brasileiro que insistia em manter os lusos no poder da província, e as lutas internas políticas, o abandono em que viviam a maioria do povo desprivilegiado da política local, cada vez mais empobrecidos, unia-se assim os diferentes grupos étnicos, os mestiços pequenos proprietários de terra, surgindo de acordo com Ricci (2006, p. 7), “no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem

africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum”, e que a autora denomina de patriotismo.

Para autores conservadores, a insurreição era de desocupados, hora de desordem, vulcão da anarquia, para outros luta de classe, antagonismo, que justifica Salles (1982, p. 59), “acha-se a principal oposição: de um lado o colono, isto é, a minoria detentora de poder e dos meios de produção, de outro o colonizado, massa heterogênea de camponeses e peões tidos e havidos como homens livres sem-terra[...] vivendo à margem da escravidão”.

A cabanagem, no entendimento de Mendes (2005), foi uma luta de caráter político e social, e de resistência, que apesar dos esforços e sacrifícios a vitória legalista, condena uma massa considerável de cabanos ao extermínio, e tenta apagar as marcas de um povo que despertou para o modo como eram tratados dentro de seu próprio território, buscaram em unidade lutar pela liberdade, com visões de outra sociabilidade possível.

Se Tamer (2012), chama de Invicta a cidade de Cametá por não ter sido dominada pelos revoltosos cabanos, podemos considerar também invicto o movimento de resistência negra como os mocambos ou quilombos, o das cabeceiras do rio Itapocu, na margem esquerda do rio Tocantins, nas proximidades de Juaba, como conta Salles (2005, p. 254), “com mais de 300 indivíduos e era dirigido por uma mulher, Felipa Maria Aranha e [...] viveram ali por largos anos em verdadeira comuna republicana e com jurisdição policial por eles investida”. Movimento esse de resistência, que tem como liderança uma mulher negra, que com sua audácia, estratégia e posicionamento possibilitou uma organização duradoura, mantendo seus pares a salvo devido à complexidade da natureza que também os resguardavam.

Nesse sentido, por mais invisibilizada que pareceram as lutas das mulheres, em especial as trabalhadoras da cidade ou rural, sejam negras, índias ou caboclas, em movimento de distintas matizes, estas são evidenciadas segundo Pinto (2010), através da oralidade nas memórias de seus descendentes. E ao tratar da luta pela sobrevivência, ressalta Pinto (2011, p. 1), que “no âmbito da luta pela sobrevivência que se evaporam as “fragilidade” e a “dependência” das mulheres “trabalhadoras ribeirinhas, da floresta e terra firme, bem como das mulheres negras como desvela estudo da autora citada.

Daí, se imiscuírem as lutas das mulheres, ao longo do processo da sociedade em formação no país e neste município, que desvalorizam o ser mulher, tanto faz negras, índias, como as mestiças ou brancas pobres entre outros grupos étnicos que configuraram a identidade nacional, impondo-lhes árdua missão de não deixar-se na sombra para o resto dos séculos. Os pensamentos colonizadores, detentores do poder em todas dimensões sócio-política, econômica

e cultural, ainda permeiam as ideologias até mesmo dentro do próprio movimento que em homens e mulheres compartilham.

Dessa forma, a alternativa que encontram as trabalhadoras rurais para fazerem parte integrantes de movimentos sociais, e da sociedade em geral, faz-se necessário serem notadas, e por isso passam a evocar por um olhar mais atento a sua singularidade e sua força enquanto trabalhadora e produtora de bens de consumo, como outro qualquer trabalhador de sua categoria, SER que se constitui no e por meio trabalho, urge em levantar a bandeira de luta buscando por um lugar no espaço público e social, bem como em outros espaços, como: movimento sindical, associações, partidos políticos e sindicatos.

### 3.2. O STR/CAMETÁ: ORIGEM, PRINCIPAIS LIDERANÇAS E FATOS MEMORÁVEIS

O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá/Pa tem sede situada a Rua Frei Cristovão de Lisboa nº 1485, nas adjacências da feira municipal e, foi fundado em 13 de Janeiro de 1974, tendo sua denominação alterada em 2015. Segundo consta em sua Ata de alteração Estatutária, realizada em uma Assembleia extraordinária, no dia 18 de Dezembro de 2015, a referida alteração consta no Estatuto Social do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá (CAMETA, STTR, 2015, p. 1), no qual sua denominação passa a ser, segundo o Art. 1º “Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Cametá –PA”. Ressaltamos que essa entidade de acordo com a mudança do estatuto social, além de suas atribuições para com sua categoria profissional, também se constitui para “ fins de estudo” o que possibilita abordar diversas temáticas que carecem de pesquisa, assim como o tema que analisamos nesse estudo.

Com a alteração do estatuto social, o artigo terceiro ressalta no V parágrafo a inclusão da mulher em relação à valorização e participação da mesmas nas instâncias sindicais, essa inclusão deve promover a “[...] a valorização e participação igualitária das mulheres trabalhadoras rurais agricultoras familiares em todas as instâncias sindicais, espaços de trabalho e representação social, a formação política, sindical e profissional” (CAMETA, STTR, 2015, p. 3). As mudanças necessárias no estatuto social do STTR chamam atenção em relação à inclusão e ao reconhecimento dessas trabalhadoras como profissionais, e com direitos igualitários impressos em seu estatuto.

E essa mudança na denominação do estatuto para inclusão das trabalhadoras no documento normativo da entidade é uma realidade que vem se configurando em todas a

instancias desse sujeito coletivo de acordo com as demandas do próprio sindicato e toda conjuntura que permeiam o contexto social. Contudo, salientamos a contradição existente quando constatamos nos mais diversos documentos a inexistência de projetos específicos de incentivos a formação político sindical das trabalhadoras que qualifica para os cargos de dirigentes, bem como a renovação de lideranças para a juventude feminina.

Assim, o formato do STTR/Cametá, conforme documento CAMETÁ/STTR, 2017, abrangia, até 2016, um universo de 150 (cento e cinquenta) Delegacias Sindicais que representava o mesmo número de Comunidades ribeirinhas e de terra firme do município de Cametá, conforme documento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Cametá (CAMETÁ/STTR, 2017) e, desse conjunto de 150 Delegacias Sindicais (DS), 26 mulheres assumiam a função de delegadas. A partir de 2017, conforme o mesmo documento, desse total foram desativadas 35 Delegacias Sindicais, cujas comunidades que elas representavam ficam em ilhas e várzeas, configurando opção de associação dos trabalhadores e das trabalhadoras aí localizados em outra entidade, sito, Colônia de Pescadores Z-16. Observa-se um dado importante registrado na relação de delegados/as sindicais, que é um documento do ano de 2017 que aponta a desativação das 35 DS, mas há permanência das 26 mulheres delegadas do conjunto restante das 115 Delegacias Sindicais existentes hoje. (CAMETÁ/STTR, 2017). E, segundo esse levantamento, o referido sindicato tem atualmente um total 9.676 filiados, sendo 2.908 homens e 6.768 mulheres, os aposentados ainda contribuem e que somam mais 923 filiados aposentados. (CAMETÁ/STTR, 2017).

Os dados do documento sobre a presença de mulheres em maior proporção em outras entidades que representam os trabalhadores e as trabalhadoras rurais são confirmados pelo estudo de Furtado (2017), ainda que, as respectivas representações sejam sem a representatividade destas nas decisões desses espaços sociais que ficam, geralmente, a cargo da figura masculina. Segundo a autora:

Informações como a de que 40% dos 13.275 associados à Colônia Z-16 são mulheres pescadoras [...] levam a várias reflexões importantes sobre o percurso trilhado por essas mulheres para se chegar também a esses espaços. E não há como fugir a um ponto primordial para ter chegado à essa conquista quando se afirma que a participação dos pescadores nos levantes populares foi essencial para os diversos processos de mobilização democrática e para conquistas sociais, porém com parte das estratégias elitistas, o envolvimento das mulheres pescadoras em alguns movimentos de caráter revolucionário foi colocado a segundo plano nas histórias oficiais (FURTADO, 2017, p. 40).

A autora nos remete à reflexão da situação de inserção das trabalhadoras Rurais Agricultoras no STTR/Cametá, que apesar da constatação do número expressivo destas em

relação aos associados, suas atuações não são expressivas na mesma proporção quando pensamos nos espaços de tomadas de decisão, sendo irrisórias, conforme enfatiza Furtado (2017). Isso nos leva a afirmar que a tão almejada democratização fica a desejar nas relações estabelecidas no âmbito do referido sindicato em vista de que se percebe uma organização hierarquizada na qual prevalece o “mando masculino” sobre a figura feminina.

Assim, pondera-se que a democratização é o caminho viável para construção de autonomia que decorre do processo participativo dos sujeitos envolvidos em diferentes espaços para tomadas de decisões nas questões que lhes afeta direta ou indiretamente. Todavia, a democratização não se faz sem formação, já que a participação requer aprendizado constante.

Segundo Wanzeler (2015), a formação de organizações sindicais dos trabalhadores do campo é o reconhecimento legal destas entidades e sua inserção no movimento de luta política que constituíram um processo recente no cenário da vida pública brasileira sob os auspícios de instituições que contribuíram para constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá.

Desse modo, faz-se necessário, ainda, tratarmos das peculiaridade, singularidades e a origem da construção do sindicato em questão e, para isso, necessitamos nos reportarmos para um tempo que antecede a luta das trabalhadoras pelos seus direitos de se fazer presente. Mas antes, vejamos primeiro quem são esses sujeitos que se enquadram nessa categoria, de acordo com o Estatuto Social (2015, p. 01), anexo 25, em seu “§ 1º - Para efeito deste estatuto, integram a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares ativos ou aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar”.

Nesse contexto, é correto afirmar que as demais categorias como assalariados/assalariadas, mulheres e homens sem-terra, não se enquadram na base de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras. Essa reconfiguração do tradicional formato da categoria de trabalhadores rurais promove uma cisão na categoria e no movimento sindical, sendo este obrigado a criar sindicatos específicos, fazendo surgir segundo Picolloto (2018, p. 203) “duas categorias sindicais específicas dentro da categoria eclética de trabalhador rural, quais sejam: assalariados rurais e agricultores familiares”. Para o autor, dentre outros que vão surgindo, estão os empregados rurais, os fumicultores, os suinocultores e, mais recentemente, os agricultores familiares.

Esclarecido como vem se configurando a categoria de trabalhadores rurais desde sempre eclética, retomemos então sobre a origem de fundação do Sindicato dos Agricultores e Agricultoras de Cametá que não ocorreu de forma isolada e fora de um contexto sócio-político

brasileiro, como afirma de Pantoja (2009, p. 38), dizendo que a “fundação do sindicato Rural de Cametá, não pode ser visto como um fato isolado e único, pois é advindo de todo um contexto político-social que permeiam a instalação não somente em Cametá, mas em diversos municípios paraenses”. Isso nos remete a pensar que o sindicato está imbricado em uma conjuntura brasileira que, na década de 1970, estava fortemente marcado por um regime de governo de exceção dos direitos humanos, mas que capitanearam instituições que os ajudassem a fomentar e consolidar tais entidades.

Ressalta Sousa (2002), que a fundação do sindicato dos trabalhadores rurais, acontece sob a mediação de um conjunto de entidades e instituições que atuavam na organização do movimento sindical junto aos trabalhadores do campo como a Igreja Católica, Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e Fetagri. Dentre as instituições que tiveram maior intervenção foi a Igreja Católica, que de acordo com Sousa (2002, p. 126), “devido ao trabalho já desenvolvido junto às comunidades camponesas da região, foi procurada para proceder o processo de articulação dos camponeses para um primeiro curso, que se realizou na cidade de Baião”. E, posteriormente, em Cametá, tem continuidade a formação segundo Wanzeler (2016), aos líderes das comunidades sob a orientação da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), e em decorrência dessas formações são elaborados planejamentos de atividade, para que estes se tornassem multiplicadores do convencimento da organização sindical juntos aos trabalhadores nas comunidades cristãs.

Em relação a essas intervenções, relata Pantoja (2009, p. 41), que “foram ministradas palestras aos líderes comunitários nas diversas localidades tanto na região da terra firme como da região de várzea, contabilizando um total de 30 pessoas, onde foram discutidas questões como Reforma Agrária, união dos trabalhadores, sindicalismo e etc.”.

Contudo, não deixemos de lembrar as primeiras iniciativas da igreja católica concernentes a formação de quadros e organização de sindicatos de acordo com a profissão, bem antes do período ditatorial, através dos círculos operários, como evidencia Wanzeler (2015), “foram os Círculos Operários (COs), que objetivavam a expansão de um “movimento operário católico” no Brasil, o combate ao comunismo e a oposição ao sindicalismo de esquerda” em tempo que ainda não vislumbravam um instrumento de controle do trabalhador rural. Assim, é correto afirmar que o embrião do sindicato rural de Cametá foi concebido nesse movimento, e gestado até a década de 1970, e tem como berço o Círculo Operário, haja vista que após a sua fundação em consolidação do Sindicato Rural, a sede do Círculo Operário como primeiro espaço de atendimento dos trabalhadores rurais.

Após os cursos e treinamentos de pessoas de comunidades, o STR foi fundado em 14 de fevereiro de 1974, que segundo Sousa (2002) inicia seu mando em meio conflituoso por conta de troca de alguns daqueles que estavam mais “preparados” para assumir o cargo com conhecimento de causa. Para Wanzeler (2015), todo esse esforço para organizar os trabalhadores tinha cunho político e ideológico tanto do Estado como das instituições que desempenharam atividades de organização e instrumentalização dessas lideranças, que era de criar um sindicalismo com matriz organizativa apartada das lutas de classes, visando a paz no campo. Entretanto, o processo de consciência de si, para consciência para si, tem seu tempo de amadurecimento, e se faz pela formação de quadros em nova forma de ver, julgar e agir metodologia contra hegemônica adotada pela Igreja Católica, com uma forma de conduzir seu trabalho pastoral e despertar de uma nova possibilidade no e por meio dos movimentos sociais articulados entre comunidades cristãs e oposição sindical.

Se a Igreja Católica, através da Prelazia de Cametá, em 1974, ajudou a fundar o sindicato dos trabalhadores rurais, esta também, afirma Sousa (2002, p. 134), “contribuiu novamente para a organização da oposição sindical” a partir da década de 1980, com um modo diferente de ler o evangelho e refletir a partir dele a realidade vivida. Outra questão relevante, foi o movimento nacional sobre a questão da reforma agrária. Em Cametá e nos movimentos dos trabalhadores rurais e pescadores não ocorre diferente, aponta Sousa (2002), que a igreja católica e a oposição sindical também aderiram à bandeira da reforma agrária e a luta pela conquista do quadro dirigente dos STRs, não só de Cametá, mas de toda região Tocantina. E nesse contexto, no entendimento de Favareto (2006, p. 31), o “papel da igreja, particularmente da igreja católica, foi determinante para a consolidação de uma crítica a essa tradição sindical que se formava no campo brasileiro à época”.

Nesse sentido, faz-se necessário reafirmar nos dizeres de Sousa (2002, p. 134), “que em Cametá, na década de 80, no momento de organizar o movimento de oposição sindical, a prelazia cumpriu um papel decisivo nesse apoio”, possibilitando o aprendizado intelectual e profissional através do fomento ao trabalho agrícola e com os encontros de formação com as comunidades.

Para Sousa (2002), as similitudes entre as comunidades cristãs de Cametá e as comunidades eclesiais de bases promoveram momentos de fortes reflexões, nos encontros denominado de Anilzinho na década de 1980, quando buscam juntos uma solução para problemática de conflitos de terras dos trabalhadores dessas comunidades do município de Baião. E, para o autor, esses encontros serviram como elementos orientadores das lutas dos

trabalhadores rurais, em processo organizativo de oposição sindical, com apoio incondicional da prelazia de Cametá.

Destaca Wanzeler (2015) que os cursos oferecidos pela prelazia para os animadores das comunidades cristãs, com metodologias alegóricas que mostrava na prática quem os oprimia e a forma de derrotá-los, instrumentalizou lideranças políticas e quadros dirigentes, deixando explícito que se tratava somente de homens.

Outro Encontro, ressalta Favacho (1984, p.11), “de trabalhadores rurais de Região Tocantina (realizados a partir de 1978), reúne todos os trabalhadores. Realiza-se em Cametá e reúne todas as classes trabalhadoras para avaliar a realidade de suas classes e promover e integrar ação comum”.

Desse modo, os trabalhadores ampliam esforços e conquistam a adesão de outros trabalhadores para luta pela qual estão imbuídos, e começam colher os frutos de uma sementeira na segunda metade de 1980 como nos apresenta o Quadro com demonstrativo de presidentes sindicais.

Assim, a primeira diretoria eleita era composta pelos senhores Orlando de Jesus Rodrigues (Presidente), Veriano Gomes da Fonseca (Vice-presidente), Manoel Maria Louzada (Secretário), Júlio Wanzeler (Tesoureiro), Bernardo Amaral (Segundo Tesoureiro). Os mandatos, segundo as séries históricas do quadro, abaixo, têm duração de 3 (três anos) e a partir de 2006 passa a ter um período de quatro anos.

QUADRO 2. DEMONSTRATIVO DOS PRESIDENTES/DIREÇÃO DO STTR DE 1977 - 2010.

<b>MANDATO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>DIREÇÃO</b>
1º. MANDATO	1974 a 1977	Orlando de Jesus Pereira
2º. MANDATO	1977 a 1980	Pedro Azeite
3º. MANDATO	1980 a 1983	Domingos Furtado (curaua)
<b>INTERVENÇÃO</b> do estado	1983 a 1984	Benedito Melo (Pombo Choco)
4º. MANDATO	1985 a 1988	Francisco de Assis Contente
5º. MANDATO	1988 a 1991	Francisco de Assis Contente
6º. MANDATO	1991 a 1994	Paulo Gonçalves Damasceno
7º. MANDATO	1994 a 1997	José Maria de Carvalho Souza
8º. MANDATO	1997 a 2000	Luiz Gonzaga da Cruz
9º. MANDATO	2000 a 2003	Roseli Pinto Cruz
10º. MANDATO	2003 a 2006	Veraldo Carvalho Rodrigues
11º. MANDATO	2006 a 2010	José Maria Martins da Silva
12º. MANDATO	2010 a 2014	Benedito Siqueira Nunes

Fonte: Adaptado pela autora do Relatório Impresso do STR/Cametá, 2010.

Os primeiros dirigentes sindicais ,até por volta da primeira década de 1980, atendiam as políticas demandadas pelo estado interventor, e suas funções destinavam-se a oferecer atendimento médico, chamado de sindicato assistencialista, ou sindicato corporativista que servia de aparelho ideológico do Estado para regular a vida dos trabalhadores que, segundo Ramos (2000), seguiam modelos e estatutos ditado pelo Ministério do Trabalho que os fiscalizava desde o orçamento até as reuniões, mas a função destes era de organizar os serviços do FUNRURAL e de saúde dos trabalhadores rurais, e isso tornou o sindicato, segundo Wanzeler (2016), um simples colaborador do governo. Esses pensamentos se coadunam com as assertivas de Sousa (2002), quando expressa que as medidas tomadas pelo sindicato o tornavam funcional como instrumento de serviço social.

Essa forma de liderar o sindicato vai sendo combatida paulatinamente pelos trabalhadores rurais bem como por outras organizações, que se envolveram nas formações de liderança, promovidas pela Igreja Católica renovada. Trata-se da concepção, defendida por Wanzeler (2016), a formação de liderança no sentido de emancipar os trabalhadores rurais com perspectivas de transformar o paradigma que os conformava.

Cenário este vivenciado pelos trabalhadores sobre a égide de um sindicalismo antagônico aos conflitos agrários e outras demandas inerentes ao fomento da produção agrícola em que se encontravam abandonados.

E esses condicionantes, para Sousa (2002), acendeu ainda mais o ensejo da oposição sindical de retomada dessa entidade, como objetivo último de sua luta. E a formação sob a tutela da instituição católica que anteriormente se empenhou na articulação e criação do sindicato, torna-se aliada desses sujeitos, mediadores de elaborações de ações e concepção, forjadoras de uma nova consciência, e fez sua opção pelos excluídos e suas lutas.

Aponta Wanzeler (2016, p. 35), “que anos 1980, a luta pela terra, portanto, assumiu uma dimensão central para a maioria dos movimentos no campo e, de uma maneira ou de outra, os sindicatos passaram, em maior ou menor intensidade, e dependendo da região e do Estado, a incluí-la na ordem do dia”.

Para Sousa (2002), os trabalhadores rurais na segunda metade da década de 1980 entre lutas e resistências, mobilizações e articulações organizam o encontro que ficou conhecido como o Grito do Anilzinho que “serviu de elemento orientador das lutas dos trabalhadores rurais que iniciam na região Tocantina o processo de organização da oposição sindical” (Sousa, 2002, p.137). O movimento envolveu lutas por questões locais como a tomada das diretorias do sindicato até as questões mais amplas como as nacionais, no que tange à reforma agrária. O conflito de Anilzinho ocorreu na localidade do mesmo nome no município de Baião e contou

com o apoio de ações articuladas pelas comunidades cristãs através da Prelazia de Cametá que fortaleceram a Oposição Sindical de Cametá Lavradores em Ação (OSCLA)<sup>2</sup>, que se intitulavam ou se diziam combativos.

Silva (2016), em seus estudos o Vale do Tocantins e a lei Anilzinho: A lei do posseiro, desvela a luta dos trabalhadores e trabalhadoras na resistência pelas terras agrícolas, no Município de Baião chamado Anilzinho, conflito este que congregou os trabalhadores do vale do Tocantins e fortaleceu também as oposições sindicais.

Esses eventos convergeram na luta pela tomada dos sindicatos na segunda metade dos anos de 1980, que de acordo com Wanzeler (2016, p. 63), é “de fundamental importância para que os projetos agrícolas e o direito dos trabalhadores rurais fossem mais bem definidos, uma vez que segundo os trabalhadores o ‘sindicato pelego’ não estava defendendo como deveria o direito da categoria”.

Se na década de 1990, em Cametá, a produção da pimenta do reino levou o movimento sindical à luta e a ocupar o Banco da Amazônia (Basa), pelo financiamento do FNO, para financiar os trabalhos agrícolas dos seus filiados, promovendo uma verdadeira corrida aos sindicatos para se associarem, que no entendimento de Sousa (2002, p. 156), o, “FNO também funcionou como um elemento estimulador de um processo de filiação de trabalhadores rurais no STTR”.

Dessa maneira, os anos de 2000 a 2004, com a mudança das forças de poder local, na gestão no prefeito José Rofrigues Quaresma, foram impulsionados projetos e sonhos dos trabalhadores rurais, com articulação entre poder local e ONGS local e internacionais, mudaram os rumos e tipos de produção econômica em Cametá, segundo Corrêa (2010), “tem como um dos principais produtos extrativistas o açaí” e continua o autor que o “açaí é extraído pelas comunidades ribeirinhas, baseado no trabalho familiar, que vivem em áreas de ilhas, às margens dos rios e igarapés”, e que por conta do período em que não se tem o fruto maduro, vendia-se o palmito derrubando as árvores mais velhas, e isso causou preocupação, e essa demanda, de acordo com Correa (2010, p. 17), “levantou profundas preocupações e discussões dentro dos movimentos sociais em Cametá. Isso se evidencia em uma série de seminários organizados pelo STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá e campanhas de conscientização pela não retirada do palmito de açaí”.

A criação da casa do lavrador é outra estratégia, possibilitou a transformação dessa associação, na Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá (CART), que passou a

---

<sup>2</sup> Eram trabalhadores que buscavam alterar o quadro dirigente que se encontrava na época por trabalhadores genuinamente rurais.

comercializar os produtos agrícolas de seus associados, em consequência de suas conquistas, destaca Correa (2010), que “a CART recebeu em 2003 o certificado do açaí orgânico, considerado produto agroecológico, obtido através da agência Guaranteed Organic Certification Agency (Goca) possibilitando um diferencial no preço de comercialização do produto”, que apesar dessa conquista, o autor deixa claro seu posicionamento sobre esse processo pois a CART entrega a matéria prima para a CAMTA empresa de Tomé Açu, sendo esta última a fazer o processamento da polpa, ou seja, é esta última quem agrega o valor, ou seja, se apropria da mais valia do trabalho dos agricultores.

Queremos ressaltar aqui que as lutas e conquistas desta entidade tornaram invisíveis os embates das trabalhadoras associadas no STTR, pois dos períodos apresentados no quadro 2, podemos depreender que não há registro algum de cargo majoritário que as mulheres tenham ocupado até 2009. Em 2010, com a eleição de uma nova composição de diretores temos a representatividade de mulher na vice-presidência a associada Waldirene Gonzaga da Cruz, conforme constatado na ata de posse do STTR. (CAMETA/STTR 2010), e esta ainda ocupou o cargo de dirigente por um curto período de tempo, mas isso não se repercute em sua ascensão ao quadro majoritário, nessa correlação emprestando os pensamentos de Aquime (2018), nem aparece nas fotografias que ornamentam a sala da presidência.

No que tange a presença da secretaria da mulher nesse contexto, tem origem no final da década de 1980 e início de 1990, como afirma Amaral (2007, p. 84) que:

grupo de 13 mulheres de 10 municípios do Pará se reuniu em preparação ao III Congresso da Federação, em Belém [...]. Este fórum constituiu-se num momento importante de reflexão, avaliação e de proposições ao congresso. A pauta do evento iniciou-se pela discussão e avaliação das propostas ao congresso seguida de uma avaliação do cenário de disputa para a nova direção da federação e do aprofundamento da proposta de criação de uma secretaria específica de mulheres.

As assertivas de Amaral (2007) desvelam os caminhos que as trabalhadoras trilharam para que, na atualidade, a secretaria de mulher se tornasse uma realidade no contexto do movimento sindical.

Dessa maneira, o STTR, atualmente, tem sua estrutura organizacional composta da seguinte forma: Presidente e Vice-presidente que acumula a Secretaria da Terceira idade são homens, Secretaria Geral e Formação Sindical (mulher), Secretaria de Administração e Finanças (homem), Secretaria de Juventude (mulher), Secretaria da Mulher, Secretaria Agrária e de Política Agrícola e Meio Ambiente (homem), Políticas Sociais (mulher). Diretoria essa que foi empossada para o mandato de 2018 a 2022, sendo quatro diretores e quatro diretoras, o que representa um avanço importante no quadro dos dirigentes por parte das mulheres, porém, em

secretarias em vista de que a presidência atual da entidade permanece hegemonicamente liderança masculina.

### 3.3 A PRESENÇA DA MULHER ASSOCIADA NO STR/CAMETÁ – DEMANDAS, AÇÕES E CONQUISTAS

Ao realizar as análises dos documentos que tratam do objeto-tema da presente pesquisa, buscamos evidenciar a organização e participação da trabalhadora no contexto da estrutura sindical enfatizando que as exceções de tempo anterior, como fichas de filiação de 1997, pois conseguimos encontrar fichas de filiação de 1999 em diante, alterando consideravelmente os dados deste estudo foi possível catalogar algumas informações importantes. Observamos que a ausência de fichas de filiação de anos anteriores e/ou outros documentos não se colocou como entrave para que pudéssemos ilustrar o cenário que compõe o movimento sindical de trabalhadores agricultores familiares de Cametá em relação à inserção das trabalhadoras nessa entidade.

Pelos dados das fichas de filiação (CAMETÁ/STTR – FICHA DE FILIAÇÃO, 1999 A 2010), constatou-se que o número de trabalhadores e trabalhadoras agricultoras sindicalizadas nesse recorte histórico era de um total de 7.837 (sete mil oitocentos e trinta e sete) filiados e abarcava 1.594 homens trabalhadores e 6.243 mulheres trabalhadoras rurais. Esse quantitativo é de 79,66 % das filiadas.

Constatamos, desse modo, nas fichas de filiação que as trabalhadoras, de acordo com CAMETÁ/STTR- FICHA DE FILIAÇÃO (1999 a 2010), são adultas, estão entre 30 e 39 anos, que seguem o curso natural do ciclo da vida que segundo Bruschini (2007), em estudo sobre gênero e trabalho, estas se tornam mais velhas, e mães. A Contag (2007) também reconhece o envelhecimento das trabalhadoras, e por isso retrata faixa etária de 16 a 32 considerando-os jovens, por conta do grande êxodo da juventude do contexto rural, especialmente as mulheres, prevalecendo a categoria de mulheres adultas. Para Contag (2007), a saída das trabalhadoras jovens do meio rural é devido a falta de opções e de políticas que lhes favoreçam a inclusão social, e conseqüentemente o envolvimento como movimento sindical local tem se apresentado com pouca ênfase.

QUADRO 3- DADOS QUE CARACTERIZAM AS AGRICULTORAS SINDICALIZADAS POR PERÍODO DE MANDATO

MANDATO	ANO	Nº DE FILIADAS POR FAIXA ETÁRIA DE IDADE					
		20/29	30/39	40/49	50/59	60/69	70/79
Luís Gonzaga da Cruz	1997/2000	8	266	179	107	79	36
Roseli Pinto Cruz	2000/2003	4	1398	179	538	291	193
Veraldo Carvalho Rodrigues	2003/2006	-	864	532	368	193	136
Jose Maria Martins da Silva	2006/2010	36	132	32	52	52	13
TOTAL		48	2.660	1.492	1.065	615	363

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados das FICHAS DE FILIAÇÃO sindical no período de 1999 a 2010.

Buscamos, nos documentos, visibilizar o contexto em que estão conformados esses sujeitos femininos, seu perfil, bem como a participação, demandas, ações e conquistas no sindicato particularmente rural. Todavia, quando se analisam os 4 mandatos que ocorreram no período de 1997 a 2010, a presença das mulheres que ocuparam as lideranças no escalão das funções da entidade – como Presidência do STTR/Cametá – fica evidente que, apesar da mulher ser o contingente com um quantitativo elevado dentre os associados em relação aos homens, não há representatividade suficiente nos espaços de dirigentes, particularmente nos cargos mais elevados, bem como nos espaços de discussão e decisão.

Recorrendo a Resenha de Santos (2017) da tese de doutoramento de Carla Martins, realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, trabalho no qual a autora analisa contextos marcadamente masculinos com o intuito particular de analisar a liderança política e o jornalismo numa perspectiva de gênero, temos a dizer que um dos problemas de partida da autora é a invisibilidade das mulheres, tornando-se perceptível que, “para que as mulheres adquiram visibilidade política, não basta que entrem nas instituições políticas, têm de ocupar cargos de maior responsabilidade e poder” (SANTOS, 2017, p. 01).

É possível, nessa análise, compreender um certo corporativismo que ainda é impregnado nos sindicatos, pois na medida em que as mulheres não têm assento nas lideranças políticas, a sua condição de material de produção no contexto rural, neste caso, fica limitada quando os dados revelam que as mesmas não têm posse de terra e, conseqüentemente não tem acesso aos financiamentos de fomento das atividades correlatas, como demonstrado no quadro (6).

Já, quando procuramos explicitar a respeito da situação civil das trabalhadoras agricultoras o estudo de Bruschini (2007), ilustra que as categorias privilegiadas de trabalhadoras em sua maioria são casadas, e isso de acordo com Bruschini (2007, p. 539), “indica a continuidade de modelos familiares tradicionais” ainda estão em voga, mas as trabalhadoras rurais apresentam uma outra realidade, como Ser genérico, em sua particularidade, como veremos no quadro (4), esse Ser social apresenta um alto índice de mulheres que se declaram solteiras.

#### QUADRO 4- DEMONSTRATIVO DO ESTADO CIVIL DAS AGRICULTORAS SINDICALIZADAS.

MANDATO	ANO	CASADAS	SOLTERIAS	VIUVAS
Luís Gonzaga da Cruz	1997/2000	96	599	-
Roseli Pinto Cruz	2000/2003	506	2.650	2
Veraldo Carvalho Rodrigues	2003/2006	445	1.648	-
Jose Maria Martins da Silva	2006/2010	47	249	1
<b>TOTAL</b>		<b>1.094</b>	<b>5.146</b>	<b>3</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados das FICHAS DE FILIAÇÃO sindical no período de 1999 a 2010.

Todavia, independentemente da existência de documentos/estados civis elas geralmente tem em filhos e união estáveis, que segundo Paulilo(2009), o meio rural é responsável pela manutenção de uma taxa de uniões estáveis maior no meio rural que no urbano”, onde as mulheres trabalhadoras iniciavam relacionamento marital muito cedo, sendo que as declaradas solteiras tem de 1 a 3 filhos e as casadas têm até 8 filhos, principalmente as mais velhas, o que demonstra o documento (CAMETÁ/STTR – FICHA DE FILIAÇÃO, 1999 a 2010).

Pelo mesmo documento, o perfil das trabalhadoras apresenta baixo nível de escolaridade no que se refere ao período de recorte do estudo, conforme quadro a seguir, o índice das não alfabetizadas é bastante alto, pois de um total de 6.243 associadas, 18,5% são analfabetas aproximadamente, sendo que, as que se declararam como alfabetizadas apresentam 43,1%, assim as trabalhadoras com ensino médio completo são minoria apenas 5%. Sendo que maioria que se declara ser alfabetizada, em termos de habilidades e competências para a escrita, podem ser consideradas como analfabetas funcionais<sup>3</sup> em vista das características da escrita em forma

<sup>3</sup> Analfabetismo funcional é a incapacidade que uma pessoa demonstra ao não compreender textos simples. Tais pessoas, mesmo capacitadas a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, textos curtos e os números,

de “garatujas” que constam no relatório do Encontro de Delegados e Delegadas (CAMETÁ/STTR 2005). Essa condição, no entanto, não diminui a condição das trabalhadoras enquanto Ser Social que têm potencial para construírem-se enquanto sujeito da sua história, haja vista que um dos papéis da entidade é oferecer cursos de formação de base técnica e política, como se verá mais adiante.

**QUADRO 5- DEMONSTRATIVO DE ESCOLARIZAÇÃO DAS AGRICULTORAS SINDICALIZADAS.**

MANDATO	ANO	NÃO ALF.	ALF.	FUND. INCOM	FUND. COMP	MÉDIO INCOMP	MÉDIO COMP
Luís Gonzaga da Cruz	1997/2000	93	269	134	131	55	12
Roseli pinto Cruz	2000/2003	639	1346	288	484	230	173
Veraldo Carvalho Rodrigues	2003/2006	389	957	403	196	92	52
Jose Maria Martins da Silva	2006/2010	32	123	64	38	23	20
<b>TOTAL</b>		<b>1.153</b>	<b>2.695</b>	<b>889</b>	<b>849</b>	<b>400</b>	<b>257</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados das FICHAS DE FILIAÇÃO sindical no período de 1999 a 2010.

A formação é um dos temas mais debatidos nos planejamentos e projetos que o sindicato busca proporcionar aos trabalhadores e, em especial, aos diretores executivos da entidade. Depreendemos desse pressuposto que a educação como direito de todos ainda não se faz presente na realidade dos trabalhadores agricultores de modo em geral. Isso se apresenta bem mais complexo, em especial, para os sujeitos deste estudo - as mulheres trabalhadoras rurais – pela sua condição de mães, mulher e agricultora, habitantes de lugares com dificuldades de acesso - mas que nessas condições, também, produzem e reproduzem sua sobrevivência no/e pelo trabalho, cujo projeto de escolarização básica se torna muito importante no meio rural.

O processo de escrita exige o domínio do conhecimento e as habilidades técnicas, pois o alfabeto é um código de domínio que embora concebido para fins de coletivização de um código comunicativo, ele transcende as marcas gráficas, exigindo sua interpretação. Soares diz:

---

não desenvolvem habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas. ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Analfabetismo\\_funcional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Analfabetismo_funcional)).

A partir do conceito de alfabetizado, que vigorou até o Censo de 1940, como aquele que declarasse saber ler e escrever, o que era interpretado como capacidade de escrever o próprio nome; passando pelo conceito de alfabetizado como aquele capaz de ler e escrever um bilhete simples, ou seja, capaz de não só saber ler e escrever, mas de já exercer uma prática de leitura e escrita, ainda que bastante trivial, adotado a partir do Censo de 1950; até o momento atual, em que os resultados do Censo têm sido frequentemente apresentados, sobretudo nos casos das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNAD), pelo critério de anos de escolarização, em função dos quais se caracteriza o nível de alfabetização funcional da população, ficando implícito nesse critério que, após alguns anos de aprendizagem escolar, o indivíduo terá não só aprendido a ler e escrever, mas também a fazer uso da leitura e da escrita, verifica-se uma progressiva, embora cautelosa, extensão do conceito de alfabetização em direção ao conceito de letramento: do saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita (SOARES, 2003, p. 7).

Em relação a baixa aquisição da cultura erudita, queremos fazer uma observação referente a questão que está relacionada entre idade, estado civil e escolaridade. As trabalhadoras casadas e com idade mais avançadas estão dentre aquelas não alfabetizadas, embora esses dados se contraponham as formações demandadas pelo STR ainda que o projeto de formação (CAMETÁ/STTR/2004), tenham apontado na perspectiva de atender essa demanda que, no entanto, não ocorre na prática. Já quando buscamos saber se as agricultoras possuíam a titulação de terra agrícola em que trabalham, os dados levantados na fichas de filiação revelam que estas em sua maioria não detém legalmente a posse da terra em que trabalham, vejamos:

#### QUADRO 6- DADOS DA SITUAÇÃO DAS AGRICULTORAS EM RELAÇÃO A POSSE DE TERRA

MANDATO	ANO	PROPRIETÁRIA	POSSEIRA	MEEIRA
Luís Gonzaga da Cruz	1997/2000	27	576	90
Roseli Pinto Cruz	2000/2003	102	2928	128
Veraldo Carvalho Rodrigues	2003/2006	59	1958	76
Jose Maria Martins da Silva	2006/2010	21	255	3
<b>TOTAL</b>		<b>229</b>	<b>5.717</b>	<b>297</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados das FICHAS DE FILIAÇÃO sindical no período de 1999 a 2010.

O tema referente à posse legal do espaço produtivo (posse de terra), dessas profissionais ainda é um desafio para o seu reconhecimento, o qual vem de longa data, ainda retratado no processo histórico tal qual ocorreu com os trabalhadores nas Colônias, como desvela Guimarães (2009, p. 45), que o

latifúndio colonial [...] o sistema escravista de plantação, lançaram mão dos mais variados meios a seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam a ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações.

Daí, homens e mulheres viverem trabalhando em terras alheias, nos intervalos das plantações nas fazendas, e segundo o autor, quando estes eram descobertos, conseqüentemente, expulsos, ou quando os fazendeiros cediam as terras conta Guimarães (2009, 45), “se lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, como mão-de-obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios”. Se estes se rebelavam por conta da expropriação e exploração, passam a ser chamados de intrusos ou posseiros.

A ausência de posse de terra pelas trabalhadoras do STTR/Cametá ainda se reflete hoje. Assim, buscamos recuperar em Medeiros (1988), os conceitos e categorias de trabalhadoras rurais que, para a autora, são os mesmos dos trabalhadores das fazendas de café e cacau, onde se iniciava um processo molecular dessa organização - os posseiros e os meeiros, que eram os que trabalhavam em terra alheia, entregando uma parte do que produziam, geralmente a metade de sua produção, a título de pagamento do arrendamento da terra, e esse modo de trabalho agrícola ainda permanece na realidade das agricultoras de nosso município.

Paulillo (2010) chama atenção em relação à posse de terra pelas trabalhadoras, pela questão de gênero, pois geralmente a herança da terra é deixada para os filhos, para as mulheres segundo Paulillo (2010, p. 5), a “compensação para as mulheres é o dote por ocasião do casamento, que pode ser composto por roupas de cama e mesa para a casa, uma máquina de costura, [...]uma porca e a festa do casamento”, e assegura a referida autora, que se esta recebe um pequeno lote de terra, geralmente vende para o irmão por um preço irrisório, bem menor que o do mercado.

As assertivas da autora deixam claro que a situação das trabalhadoras agricultoras sindicalizadas ou não é que sem a posse legal da terra torna-se inviável ao fomento do financiamento para implementar estratégias de renda e sobrevivência para esta e sua família, implicando no envolvimento efetivo no movimento de sua categoria retardando as demandas nas pautas significativas do STTR.

Dentre outras questões relevantes impeditivas da participação das trabalhadoras levantadas pelo estudo de Moreira e Alves (2011) do grupo de Estudo, pesquisa e extensão de Mulheres (GPEM), estão a renda, que segundo a autora possuem renda mínima como o bolsa família. A escolaridade também é outro entrave, haja vista que as trabalhadoras agricultoras em

porcentagens elevadas não possuem o domínio dos conhecimentos rudimentares pertinentes a análise e interpretações impressas que lhes possibilite o domínio das demandas nas discussões e compreensão sobre aquilo será decidido. E por isso estas que estas inicialmente se organizarem em associações, segundo Moreira e Alves (2011),

a iniciativa de se organizarem em associações surgiu da observação da realidade vivida por essas mulheres. Partindo do objetivo de resolver problemas do cotidiano e também da atividade como trabalhadoras rurais, estas mulheres perceberam a importância de fazer parte de sindicatos e reconheceram a sua importância para o desenvolvimento econômico e social das comunidades em que estão inseridas.

Nesse entendimento, a participação em contextos de empoderamento subsidiaram, a marcha das trabalhadoras em direção ao sujeito coletivo como potencializador de seus direitos e defesa de sua categoria. pois em décadas passadas segundo estudo de Aquime (2018), no qual afirma que: “Percebe-se que, no período de fundação do STTR, as mulheres dificilmente se filiavam, pois, a figura patriarcal era tão presente que o homem respondia por tudo. A filiação do homem servia para ela [...]” AQUIME (2018, p. 41). E essa uma das razões pelo qual as trabalhadoras passam a se organizar segundo AQUIME (2018), em associações com forma de resistir e de fazer visível.

### 3.3.1. O Processo de Participação e Organização da Mulher Trabalhadora Agricultora no STTR

A participação das mulheres em sindicatos nas pautas dos principais movimentos sociais, que tem registro na história produziu, sem dúvida, o aumento considerável de sindicalizadas. Amaral (2007) nos ajuda a compreender que, desde 1980, as mulheres ajudam os homens a ascender aos sindicatos dos trabalhadores rurais, através de mobilizações nacional e local e que depois passam a questionar sua configuração.

No STTR/Cametá tais demandas não são diferentes, pois os reflexos dessas mobilizações que reivindicavam a participação/sindicalização pelas mulheres desencadearam no aumento de mulheres/trabalhadoras rurais no sindicato local a partir da década de 1990, ampliando consideravelmente no início do século XXI. Foi o que detectamos nas fichas de filiações e no livro de registro geral.

Reafirmamos, portanto, que as lutas que estas desempenharam em décadas do século passado, transformaram-se em estratégias de inserção em várias organizações por meio de diferentes frentes de lutas, incluindo, em particular, essa entidade de classe STTR/Cametá, que,

conforme Bertolim (2012, p. 35), “a luta das mulheres começou a ganhar espaço no campo sindical, passando a constar das pautas, orientada pela convicção de que uma ação sindical dirigida à classe trabalhadora precisa considerar não só as relações produtivas, mas também as reprodutivas”. Para tanto, a inserção e participação das mulheres no espaço sindical se devem às demandas de instâncias, tais como a CONTAG que, em 1995 em seu VI Congresso, que teve como tema “Nem fome, nem miséria. O campo é a solução” (CONTAG, 40 ANOS, 2003, p. 32), representou uma lição de debate, de política e de organização haja vista que esse evento apontou imperativos a necessidade da classe trabalhadora em rediscutir a sua prática de luta e de convivência democrática com as dissensões.

Nos documentos que pautam as lutas das trabalhadoras rurais são evidências que estas buscaram colocar na agenda do governo suas reivindicações e exigir da entidade sindical seus direitos. O documento do VI Congresso, que teve como tema “Nem fome, nem miséria. O campo é a solução” (CONTAG, 40 ANOS, 2003, p.32), registra que as trabalhadoras rurais apresentaram notas de repúdio no encerramento do referido Congresso, externando seu descontentamento, por não serem contempladas nas composições para a diretoria dessa instância. A esse respeito se pode citar:

A negociação de composição da nova diretoria não agradou a todos os segmentos representados. No encerramento do congresso, as delegadas distribuíram nota de repúdio à forma de escolha dos nomes para compor a direção eleita. Denunciaram a ausência dos nomes de mulheres identificadas previamente pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais: “Queremos manifestar nosso repúdio à forma como fomos desrespeitadas ofendidas e discriminadas em todo o processo, em função de alianças e negociações que se deram de forma fechada, desrespeitando plenárias estaduais e também o anseio da maioria deste Congresso (CONTAG, 40 ANOS, 2003, p. 33).

Os questionamentos levantados pelas trabalhadoras rurais no referido Congresso promoveram reflexos que passaram a ser pautados nas agendas sociais, culminando com a maior representatividade das mulheres nos movimentos sindicais locais, permeando as discussões que iram trazer para os congressos locais como, por exemplo, no sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O “3º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá- filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizado de 22 a 24 de julho de 1997, cujo relatório consta no anexo 1 deste texto, tinha como tema: Resistir. Avançar e Vencer” (CAMETÁ/STR, 1997), nesse relatório manuscrito que tivemos acesso, dentre os temas que foram debatidos “realizar encontros específicos para discutir a questão de gênero e aprofundar as propostas a serem trabalhadas no MSTR-Cametá” (CAMETÁ/STR, 1997, p. 3). O referido documento registra

que nesse encontro foi deliberada a criação da Comissão de Organização das Companheiras teria a composição de 2 (duas) mulheres por Setor, conforme quadro abaixo:

Setor Estrada: Helena - (Ajó); Suely - (Cupijó); Setor Cima: Margarida (Merajuba); Orlandina – (Cuxipiari Furo Grande); Setor Médio: Gigita, Francisca da Conceição (Carapajó); Raimunda da Conceição; Setor Baixo: Claudina, Maria Zula; Cidade: Anádia, Elza, Adede (CAMETÁ/STR, 1997, p. 9).

Observamos que o documento definia o papel dessas comissões constituídas, que seria de organizar as trabalhadoras e promover discussões com estas sobre as demandas que elas deveriam pautar no contexto sindical. Nesse entendimento, aponta Leone e Teixeira (2010), “a criação de comissões de mulheres nas estruturas sindicais deu-se a partir da necessidade de introduzir no movimento sindical, a luta da mulher trabalhadora para enfrentar a discriminação a que são submetidas no cotidiano, do trabalho, do sindicato e na realidade como um todo.”

Compreendemos que as mulheres do campo se organizaram bem antes de se interessarem pelo sindicato de forma representativa, como já foi evidenciado, aponta Capellin (2004, p. 540).

A mobilização das mulheres rurais não se forma na prática sindical, mas a partir de debates sobre as condições de vida realizados em pequenos grupos, a maioria de matriz religiosa ligados às pastorais, mas também grupos de matriz laica formados a partir das mobilizações de resistência às expulsões dos moradores das fazendas.

Em relação ao movimento de trabalhadora local, avalia Aquime (2018), que esta já se organizava por meio de diferentes movimentos, através dos encontros em comunidade, na catequese, e nos estudos oferecidos pela pastoral da saúde da Prelazia de Cameté, pois

A Prelazia de Cameté, em 1974, ajudou a formar o STR de Cameté. Seis anos depois, em 1980, contribuiu novamente para a organização da oposição sindical. [...] foi dentro desse processo que se iniciou a discussão e formação política de grupos de trabalhadores em vista da criação de um instrumento dos trabalhadores que possibilitasse a participação na disputa institucional (SOUSA, 2002 Apud MENDES, 2010, p. 173).

Um outro fato a ser ressaltado foi a inserção de uma trabalhadora na composição da diretoria nesse mandato, onde esta passou a integrar com os trabalhadores a Secretaria de Finanças (CAMETA/STTR, 1997, p. 10). Não podemos deixar de ressaltar que a organização das comissões por setor no transcorrer dos mandatos subsequentes tomaram outras reconfigurações, reduzindo o número de lideranças femininas nos setores que antes eram por elas liderados. O ensejo que move as trabalhadoras em participar do contexto dessa entidade se articula com pensamentos de Silva (2008, p. 15), para

essas mulheres, a participação no movimento dos agricultores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher; o que as mobilizava era o

reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, integrando, assim, o conjunto de lutas pelo direito à terra, ao crédito e aos benefícios da previdência social como aposentadoria e auxílio doença.

Sendo assim, para avançar nas lutas por espaço interno do sindicato, as trabalhadoras buscando necessitar reconfigurar as comissões que mostram nitidamente, segundo o relatório supracitado a partir do ano de 2000, das 12 (doze) mulheres existentes nas comissões setoriais sindicais, apenas 2 (duas) delas sobreviveram enquanto posição de liderança. Esse fato, entretanto, pode ser destacado quando o documento Projeto de Formação de Convênio e Cooperação com a Alemanha – DED Deutscher Entwicklungsdienst - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social – EO/21/2002 (EO/BRASIL, 2002, ), registra os nomes de Suely da Assunção N. da Silva e Helena Ferreira da Cruz, como as duas lideranças de outrora agora assumindo os cargos de Secretária na Secretaria da Mulher/SRT Cameté e Secretária da Secretaria de Gênero e Geração, respectivamente.

A inserção das companheiras como lideranças na estrutura sindical possibilitou organizar demandas em busca de caminhos viáveis para sua inserção de modo qualificado nesse contexto. E o “Projeto de Formação da Secretaria de Mulher do STR” em convênio com a ONG Alemã, financiou a formação das trabalhadoras.

O referido projeto se propõe a trazer um novo conteúdo para a capacitação desses sujeitos cujos objetivos segundo DED (2002), são: “Realização de cursos sobre Geração de Renda, Gestão em Associativismo e Cooperativismo e Gênero e Sindicalismo.” E para além dessa demandas e a mais importante naquele momento segundo o documento (EO/BRASIL, 2002), o “Apoio a estrutura interna da Secretaria da Mulher”.

A configuração da referida secretaria vai se materializar após os ensaios para sua constituição, depois de mandatos, como foi apurado na Proposta para Debates do 6º Congresso do STTR 2006, (CAMETA/STTR, 2006, p. 5), “Consolidar a secretaria de mulher no STTR.” fazendo composição de forma legitimada através do 6º Congresso do STTR, onde duas trabalhadoras fazem parte dessa composição.

Se por um lado, estas se organizam e mobilizam esforços para conquistar espaços nessa entidade, que se inicia com as comissões de companheiras, Coordenadoria até a consolidação da Secretaria da Mulher, no cerne do movimento, e a espera foi longa para encaminhar tal assunto nas pautas de prioridades desse sujeito coletivo, com caráter estável com funções de defender os interesses do trabalhador que de acordo com Capellin (2004, p. 545),

as organizações sindicais como estruturas de caráter relativamente estável, produtoras de códigos de conduta, mediadoras entre as relações de trabalho e instituições democráticas. [...]. As mulheres sabem que não é fácil fazer parte das diretorias dos

sindicatos; entendem que precisam percorrer um demorado caminho de socialização política.

É em busca de formação política que as mulheres empreendem mobilizações para romper, de acordo com Cisne e Santos (2018), com “ocultação que muitas vezes promove ao sujeito político mulher”. que naturaliza a relação de poder no movimento sindical.

Outro documento que ilustra a participação das trabalhadoras em contextos do movimento sindical, frente às demandas por uma plataforma para a Secretaria de mulher, está contido no documento do Projeto I Seminário de Mulheres Trabalhadoras Rurais STTR 2005, com o seguinte objetivo: “Discutir a Relação de Gênero na Agricultura Familiar, dentro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá”. (CAMETÁ/STTR 2005, p. 4),

No referido documento, verificamos que as mulheres trabalhadoras se reconhecem quantitativo majoritário, mostrando a relação entre números e força política nesse espaço social, apontam as dificuldades encontradas tanto no contexto do movimento como na agricultura familiar. Isto se evidencia: “Hoje a mulher é maioria dentro do STTR de Cametá, entretanto na prática isso não se transporta para os debates internos, ficando-a sempre em segundo plano, onde as mulheres estão em todos lugares e não estão em lugar nenhum” (CAMETÁ/STTR 2005, p. 2). Dessa maneira, percebe-se que tanto no trabalho da roça quanto na sua inserção no movimento sindical a mulher não é reconhecida ainda que ela tenha importância para o desenvolvimento pessoal e coletivo, e essa reflexão mostra o amadurecimento que estas alcançam diante das lutas, é consciência de si que elas conseguem externar nesse projeto pois para Capellin (1995, p. 279), quando estas,

conseguem fazer própria uma reflexão que articula uma luta contra a discriminação por sexo nos locais de trabalho com uma demanda visando romper a assimetria nas relações de poder no interior das organizações sindicais, Esta contínua mediação entre as especificidades da condição de produtora e a subordinação nas relações de poder faz com que se afirme que os movimentos problematizam o interesse das mulheres de querer exercitar a representação nas instâncias sindicais.

Em relação à discriminação e inferiorização intra-movimento, em especial à mulher trabalhadora, são expressadas nas assertivas de Cisne e Santos (2018), que é “preciso compreender, portanto, que as classes não são abstrações, mas que resultam de relações sociais concretas [...] que são marcadas por ideologias, que naturalizam inferiorizações e desvalorização em torno de sua diversidade”. Em detrimento dessas invisibilidades, segundo a CONTAG (2001, P. 48), “as mulheres assumem a necessidade de adotarem as políticas

afirmativas, para que sua participação seja qualificada e tenham igualdade de condições em relação aos companheiros”.

E em contra resposta à hegemonia masculina que se acentua no contexto político e nos direcionamentos dos caminhos tomados nesse movimento, estas pautam conforme o documento (CAMETÁ/STTR 2005, p. 3). “para construirmos novas relações de gênero faz-se necessário descruzarmos os braços e sair a luta, para isso a secretaria das mulheres do STTR de Cametá, [...] construindo uma plataforma e diretrizes norteadoras das relações de gênero dentro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR’s e da sociedade do Baixo Tocantins”.

Em 2006, outro movimento proporcionou debates em relação às demandas específicas da mulher com tema relacionado à violência, o que possibilitou roda de discussão e apropriação de conhecimentos significativos para as mulheres do campo, foi que constatamos no Documento sobre Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, 2006. Anexo14. Evento que foi divulgado e mobilizado pela Secretaria de Mulher em parceria com a Diocese de Cametá. O documento deixa claro para as mulheres qual a principal temática necessitam realizar segundo (BELEM /FMAP, 2006, p. 2) , “8 de março – Dia Internacional da Mulher” realizado no Auditório da Diocese através de discussão sobre as mudanças principais previstas na lei protetiva da mulher. Em consonância com essa mobilização desenvolvida pelas mulheres, adverte Capellin (1995, p. 277):

desenvolvimento do diálogo, das redes de solidariedade entre o campo e a cidade, entre a classe média e os segmentos populares, entre os espaços produtivos e a vida de bairros na periferia das grandes cidades ou nos municípios rurais. Esta troca entre culturas diversas possibilita renovar as concepções de fazer política;

A Secretaria de Mulher, dentro de seus limites e lideranças busca em articulação com outras instâncias sindicais como a FETAGRI, mobilizar, manifestar-se, discutir sobre PRONAF MULHER e sobre gênero, como forma de incentivar as trabalhadoras a participar ativamente nas discussões que envolvem a vidas destes trabalhadores, e suas formas de superar as desigualdades que ainda persistem em fragmentar aqueles que deveriam estar unidos pois se algumas conquistas foram alcançadas não foram sem lutas e pressões tanto internas como externas para potencializar o ser social em permanente construção. Mas que se faz urgente primar pela democracia pois detectamos que algumas lideranças estão por mais de três mandatos assumindo secretarias alternadas e isso implica no que concerne à democratização do movimento sindical, impossibilitando que outros companheiros e companheiras passem pelo processo de aprofundamento dos conhecimentos significativos.

### 3.3.2. A Centralidade da Formação da Mulher Associada no STTR/Cametá

A formação que aqui defendemos se pauta nas leituras marxistas, no sentido de formação humana nas relações sociais, que segundo Sousa Junior (2008, p. 284), é a “formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação, pelas relações burguesas estranhadas [...]”.

Corroboram com o debate, autores como Gramsci (2001), dentre os quais destacamos as ideias de Frigotto (2008), que se contrapõe àquela formação na qual apostam os homens de negócio, estandardizando a necessidade, argumentando que assim as sociedades teriam a chave para sair de sua condição de subdesenvolvidos para desenvolvidos, e os indivíduos teriam maiores rendimentos futuros e ascensão social. Realidade contraditória, pois compreendemos que nem sempre níveis elevados de escolaridade garantem empregabilidade na contemporaneidade.

Nesse sentido, a formação que os movimentos promoveram/promovem tem que ensejar emancipação humana, é aquela elaborada na concepção de Marx, como ressalta Tonet (2016, p. 74), “concepção radicalmente nova [...] exatamente na apreensão da correta articulação entre espírito e matéria, entre subjetividade e objetividade, entre a interioridade e a exterioridade no ser social”.

Assim sendo, a formação das trabalhadoras agricultoras e agricultores necessariamente deveriam articular-se como ensina Gramsci (2001), que os processos formativos dos seres humanos ou seja os conhecimentos devem estar ligados à vida. Nesse caso, os conhecimentos tradicionais das trabalhadoras carecem serem articulados na apropriação do conhecimento. E ainda nessa direção, entendemos que a formação para a emancipação humana deve promover não só conhecimento para que desempenhe funções no cerne do movimento, mas que realize uma concreta dignidade nas demais dimensões da vida material.

Em relação a esse aspecto, os documentos levantados na entidade em estudo atestam que inúmeras foram as formações realizadas para os trabalhadores e a trabalhadoras, tais como: aparecem como Projeto Cameté -Tapera (2002), O projeto DED (2002), Curso de Formação de Dirigentes 2003, Programa de Formação Agrícola e experimentação participativa pela APAC/Cametá de 2000 a 2004. Capacitação em Gestão Agroecológica para agricultores/as multiplicadores/as e jovens do Baixo Tocantins, em 2007.

Iniciemos nossas análises pelo projeto Cameté -Tapera (2002), (ver anexo 2), que foi um curso de elevação de escolaridade - Formação Básica de jovens e adultos - articulado entre poder público local, movimentos sociais, entidade sindical e Casa Familiar Rural e teve como

principal objetivo estabelecer parceria com o poder Público local com vista à implementação da metodologia da escola ao que tange a educação de jovens e adultos (EJA), (Cametá -Tapera 2002), o projeto se enquadra nas concepções Freiriana, buscando na metodologia do tema gerador, processo pelo qual são incluídos debates do dia a dia, problematizando e buscando solução de forma coletiva.

Essa forma de compartilhar conhecimentos está explícito no referido documento , (Cametá -Tapera 2002, p. 4), que é “implantar na cidade de Cametá uma proposta de educação de jovens e adultos tendo como base a integralidade do ser humano”, o que nos leva a compreender que esse projeto busca nos aportes teóricos Gramsciano, balizar uma formação que considere o ser social na totalidade de trabalhador como define o projeto (Cametá -Tapera 2002, p. ), “busca da construção de um saber numa perspectiva numa politécnica como bem definiu Antônio Gramsci”, ou seja, esse projeto busca construir uma educação/formação unitária para o trabalhador. E tem seus aprendizados denominados de Tema gerador. E no contexto desse projeto, que mulheres e homens trabalhadores em diversos polos têm a oportunidade de construir um novo repertório de conhecimento que para Mendes (2005) teve relevância de uma forma diferente de prover educação fora dos ditames elitista e cidadão. E, sobre isso a autora afirma:

Verifica-se pela proposta do projeto uma nova concepção de educação, já que pretende a partir do diálogo construir o conhecimento. Isso na minha opinião é sem dúvida muito importante para uma formação que valoriza os sujeitos envolvidos no seu contexto social como propõe Paulo Freire (1996), discutindo a realidade concreta com os alunos e associando suas experiências à disciplina cujo conteúdo se ensina (MENDES, 2005, p. 235).

Consideramos que as propostas encampadas para a formação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em movimento sindical, mediada por outros agentes constituem-se em fontes de aprendizados significativos onde as trabalhadoras, incluídas no contexto de formação, têm acesso às ferramentas caras a sua constituição enquanto ser social, que paulatinamente vem construindo sua presença nas instâncias dos movimentos, em especial do sindicato dos trabalhadores Rurais. E podemos inferir a esse respeito que, ao analisarmos o Documento Base: V Congresso do STTR, 2003 (ver anexo 4), quando demonstram no o balanço da mandato de 2000 a 2003, que houve avanços pujantes no sentido de organização do trabalhador rural, como a criação da casa Familiar Rural e que esta abrigava (CAMETÁ/STR, 2003, p. 3). A “Casa Familiar – CFR com 90 alunos, distribuídos em 3 turmas”, estes sujeitos são filhos de trabalhadores que são excluídos/as da vida escolar.

Outro projeto expressivo que demonstra que as mulheres estão em constantes avanços para sua intercessão no contexto sindical foi o projeto DED (2002), Deutscher Entwicklungsdienst - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social – EO/21/2002 (EO/BRASIL, 2002), projeto esse em que as trabalhadoras buscam parcerias, para sua formação. A essa forma de atuação, das trabalhadoras nesse espaço social convergem para além as comissões que foram formadas a partir do 3º Congresso do STR em 1997, e por essas brechas entreabertas no STTR, para que estas pudessem assumir um posicionamento no movimento de sua fração de classe.

Detectamos que no Documento Base, sobre balanço do mandato de 2000 a 2003, constam sobre esse avanço mediado pelo projeto DED, que possibilitou implantar como enfatiza (CAMETÁ/STR, 2003, p. 3), “100 sistemas Agro-florestais - SAFS; Realização de 13 cursos de formação para as mulheres”. Contudo, suas demandas postas em pauta demonstram que tais experiências formativas realizadas não produzem os efeitos esperados no que concerne a sua tomada de postos de maneira formal no quadro dirigente. Pois, na concepção de Castro (1995), o entrave seria a não habilidade em saber lidar com as tecnologias do poder, tais como: o palanque, um assento na mesa de negociações, o microfone nos comícios ou o discurso nas assembleias, pensamento esse que há muito foi superado, quando as trabalhadoras conseguem dar contra respostas nos eventos sindicais quando se sentem excluídas das decisões.

Nessa caminhada e nesse mesmo período, encontramos documentos que retratam a Formação de Dirigentes, 2003 (Anexo 5), proporcionado pelo Projeto de Formação CUT Amazônia (2003), e nesse evento podemos perceber em documento manuscrito de relatório da reunião de executiva dos diretores, a escolha daqueles que fariam parte da composição diretiva sindical, onde haviam sete integrantes e apenas uma mulher foi contemplada com uma vaga para participar dessa formação que elencava de acordo com o documento eixos de discussão de tamanha relevância para a categoria, como: As transformações no mundo trabalho, Ação e Gestão Sindical, e neste item desdobrava-se Gênero e organização das mulheres, bem como os desafios da conjuntura e isso tem relação intrínseca ao o desenvolvimento sustentável nas produções agrícolas.

Segundo Castro (1995), se foram superados alguns constrangimentos que inibiam a mulher em participar de igual modo nas discussões nos movimentos sindicais. É válido ressaltar que, quando se trata de eleger prioridades a serem desempenhadas no contexto sindical, nas assertivas de Castro (1995, p. 32), que, na ambiência sindical, poder significa quem toma decisões quanto às prioridades da vida sindical, quais os temas que integram uma pauta de

negociações, quem fala e representa a heterogeneidade dos constituintes e por quais hierarquias as experiências são codificadas e selecionadas.

Esse modo de tomar decisão está explícito nos diversos documentos. Podemos exemplificar no documento (anexo 4), quando na organização da estratégias políticas para o mandato seguinte, não conseguimos visualizar uma proposta no que tange a formação sindical pertinente à questão da mulher e suas bandeiras de luta e nem a consolidação da secretaria de Mulher. Isso se deve, ainda por uma concepção, de que o assunto pertinente às trabalhadoras não serem relevantes, e outra desculpa essa organização foi criação exclusivamente masculina, como explica Capellin (1995, p. 273), que “estas organizações foram construídas com a participação dos homens e das mulheres, graças ao debate sobre o trabalho - muitas vezes assexuado - com uma imagem produtivista de suas vidas, construindo uma estrutura de representação predisposta pelos homens e para os homens.

Mas, para reconfigurar a estrutura sindical, elas necessitam participar ativamente dos momentos de construção de conhecimentos caros ao seu desenvolvimento pessoal e social, e sua resistência é se fazer presente, tanto nos espaços de decisão, como nos de formação. Assim, analisando o Documento sobre a formação Técnica e profissional, Projeto de Desenvolvimento Rural no Município de Cametá, desenvolvido pela Associação paraense de apoio às comunidades carentes (APACC) - anexo 8, foi realizado de março de 2000 a novembro de 2004, com o apoio das Ongs francesas Soutien Formation Realization (ESSOR) e Vétérinaires sans Frontières, onde se sobressai um maior número de participantes femininos. Essa formação contou com parceria realizada com o sindicato e outras instituições que o apoiaram nessa jornada de formação. O relatório apresentado pela instituição sobre a formação dos sujeitos do campo revelam que 1.010 (um mil e dez) trabalhadores, segundo (APAC/Cametá 2005, p. 3), “participaram durante 18 meses num programa de formação Agrícola e experimentação participativa” e, desse total de trabalhadores, as trabalhadoras somam 430, participando do mesmo itinerário desse processo de formação. Observa o documento que um dos eixos formativos estava relacionado com a formação para as mulheres em saúde preventiva, em relação à formação das mulheres.

Ainda que o referido projeto não se detenha nos diálogos isolados sobre essa categoria e as especificidades femininas, ele traz importantes contribuições no sentido de sensibilizar para o trabalho coletivo desenvolvido nas áreas rurais que envolve homens, mulheres, jovens e crianças, de acordo com suas especificidades, independente de raça e gênero. Logo, a participação feminina é presente nas atividades agrícolas em todas as fases, em algumas com mais intensidade e em outras menos.

O processo formativo tinha por objetivo, de acordo com o contrato assinado entesta corre instituições estrangeiras denominadas ESSOR e a Comissão Europeia (APAC/Cametá 2005, p. 6). “Lutar contra o êxodo rural apoiando população rural do município de Cametá na procura de alternativas técnicas e organizacionais que permitem-lhe melhorar as suas condições de vida, preservando ao mesmo tempo o meio ambiente”. E assim sendo, a formação direcionada a esse público tinha por objetivo orientar para a prevenção com o intuito de apresentar a esse grupo social ações e atitudes que contribuam com a mudança de hábitos prejudiciais à saúde e a inserção de hábitos saudáveis, relacionados em especial à higiene e a alimentação. Habilidades que muitas mulheres já possuíam como já foi frisado, que segundo Aquime (2018), esses cursos já haviam sido realizados pela prelazia de Cametá nas comunidades cristãs, e que os assuntos da saúde da família são percebidos como ações femininas. E isso se explica pela forma que o projeto desenvolveu ações voltadas para o aperfeiçoamento do saber-fazer das mulheres no uso das plantas medicinais, no aconselhamento sobre planejamento familiar, no conhecimento do corpo, noções de primeiros socorros e no tratamento da água. Devido ao reconhecimento da importância do papel feminino no direcionado do lar, a formação voltada para as mulheres faz-se necessária para atingir a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Contudo, a formação de 430 mulheres é um marco, pois, as dificuldades em participar das formações devido ao pensamento patriarcal ainda predominante em nossa sociedade, traduzem-se em ausência delas nas formações. Mas, as estratégias e os temas propostos na formação foram importantes para fomentar a participação das mesmas nesses espaços. Assim sendo, a mudança de comportamento foi fator preponderante para a participação feminina nas formações. E desse processo resultou, segundo (APACC/Cametá 2005), uma organização de mulheres associadas, divididas em 40 articuladoras e 120 multiplicadoras com o compromisso de difundir os conhecimentos apreendidos.

Portanto, o movimento sindical nos anos inícios do século XXI promoveu inúmeras formações que reconfiguraram o cenário, fazendo emergir outras ferramentas que possibilitaram vislumbrar um desenvolvimento econômico em determinados espaços, haja vista que o sindicato contava com filiações de 4.501, com associados entre 1997 e 2004, sem deixar de lado os demais filiados anteriormente. O relatório da APACC demonstra que uma pequena parte se fez presente nessa formação.

A formação técnica e profissional é também uma modalidade formativa do STTR/Cametá que segundo o órgão é de grande relevância para atualizar e qualificar os produtores agrícolas, mas não está descolado no que se refere aos preceitos do capitalismo por

ser mediada por organizações não governamentais, que costumeiramente se mantêm com financiamento, de empresas multilaterais, e acaba inconsciente ou conscientemente refreando os conflitos através de projetos de cooperação, que mascara as estratégias de controle social. traduzindo esses atos em atos de cidadania, buscando nas viabilidades pragmáticas que em nada altera o *status quo*.

Nessa perspectiva, alteram-se as ordens, mudam-se as palavras, as instituições que promoveram uma formação sob o referencial da teologia da libertação e marxista são transferidas para as ONGS, afastando-se das lutas de classe e segundo Paludo (2015), “deslocam-se, na atuação, de áreas problemas para áreas temáticas específicas e que os processos de conscientização são efetivados de forma mais psicológica, descontextualizada e com fracos vínculos com a perspectiva utópica de transformação social.”

Nesse contexto, faz-se necessário depreender de onde são emitidos sentidos e significados contidos nas matrizes formadoras de determinadas instituições, no interior dos movimentos sociais, quem será beneficiado por tais conformações. A esse respeito, ressalta Simionato (1998, p. 43), que

Gramsci [...] se preocupa com o desenvolvimento daquilo que chamamos de cultura política, necessária à crítica da ordem das coisas. para ele, [...] cultura não significa a simples aquisição de conhecimentos, mas sim tomar partido, posicionar-se ante a história, buscar a liberdade. a cultura está relacionada, pois, com a transformação da realidade, uma vez que por meio da “conquista de uma consciência superior... cada qual consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres.

Podemos afirmar que em meio às contradições, entre conteúdo e forma, que o projeto apresentou na formação para as mulheres rurais, este contribuiu para a ampliação do espaço de participação qualificada desse ser social, assim como o empoderamento das mulheres através do conhecimento ali difundido, possibilitando novas reflexões, ressignificando alguns eixos do cursos que fora negligenciados, e por insistência destas, a APACC possibilitou concessão, e promoveu segundo Sousa et.al (2007), um debate sobre gênero voltado para questão, de gestão da propriedade e da família, como elemento significativo para o debate do papel de mulheres e homens. Detectamos, em análise desse documento, que a assimetria de poder entre homens e mulheres no contexto dos movimentos, poucas vezes ou nunca foi colocada na roda de prioridades para debates, que de acordo, com Capelin (1995), muitas referências ainda permeiam o imaginário coletivo, mantendo inalterado o que genericamente se concebe por político.

Nesse cenário de lutas e de pequenas conquistas das trabalhadoras, o caminho foi e, ainda está sendo desenhado cheio de barreiras, pois se algumas conquistas são efetivadas, outras

lutas estão a caminho como ensina Chomsky (2013). “Podemos conseguir pequenas vitórias, mas em seguida teremos outro combate mais duro pela frente. É como escalar montanhas [...]”, pois quando pensamos que estamos chegando no topo, compreendemos, que muito há para escalar. Dessa maneira, as lutas estão sempre se renovando, e com elas as trabalhadoras carecem renovar também seus conhecimentos e estratégias para os contínuos embates que se apresentam enquanto esse sistema vigente não for eliminado, e por isso o movimento necessita refletir que há também que renovar as lideranças.

Nessa direção, os projetos e planejamentos estratégicos elaborados pelo STTR têm se manifestado empenhados para realizar uma formação permanente, conforme o que é retratado nos projetos (CAMETÁ/STR, 2004 -anexo 8), em especial, no período de 2000 a 2004, cujo interstício teve maior proximidade com o poder público local, ONGS e Entidade Internacional, motivo pelo qual possibilitou um conjunto de formações em diferentes dimensões através de parcerias com os agentes citados.

A Formação sindical 2004 (anexo 9), tem por objetivo segundo (CAMETÁ/STR, 2004, p. 2) “Elevar o conhecimento dos associados do STR de Cametá através de cursos de formação sindical”. Formação técnica, Formação básica e Formação político sindical. Nesse Segmento, o referido documento ressalta que as formações em nível técnico, A PACC formou nos últimos 3 anos, 2 mil produtores familiares e 90 jovens na Casa Familiar Rural e nas demais formações sindicais,

o STR vem desenvolvendo a formação para as delegacias sindicais através de assembleias, cursos, seminários, oficinas e visitas às delegacias sindicais. [...] o STR em 2004, incentivará a formação básica dos agricultores familiares através do programa de alfabetização, além de continuar a formação técnica, através da APACIC, e realizar nas delegacias sindicais cursos de formação sindical cujo conteúdo terá temas como: previdência social, histórico dos movimentos sindicais, [...] estratégias do movimento sindical frente as políticas de governo estadual e federal (CAMETÁ/STR, 2004, p. 2).

No excerto acima, podemos observar que o referido projeto se propõe a realizar formações que deem conta das práticas exigidas no desempenho das ações da entidade, porém o ser social que já se encontra inserida no movimento, não é acolhida verdadeiramente como ser social e sendo incluída sua especificidade nesse contexto, pois segundo Castro (1995, p. 32), em “que medida a ocupação de um espaço (figura comum no vocabulário político no Brasil), garante o exercício do poder ou o respeito a diversidade de poderes”. Pois, sua presença nos encontros e reuniões, assembleias, suas vozes ainda não escutadas, carecendo de uma melhor articulação nesse movimento que contorne a organização hierárquica e machista que se fazem presentes neste contexto.

Em relação a essas concepções, o Relatório do Encontro de Delegada e Delegados 2005, apresenta considerações bastantes nítidas. Esse documento nos apresenta os estudos e discussões feitos nesse evento, se trata de formação político sindical como foi enfatizado no Projeto de Formação Sindical 2004, que define o projeto de encontro de delegados e delegadas, reuniões, assembleias, congressos oficinas, e nessa direção, serem momentos apropriado para formação político sindical, que no entendimento de Malagodi e Bastos (2003), o sindicato dos trabalhadores rurais deve ser o *lócus* de aglutinação dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, aparecendo como espaço de organização e de reflexão e avaliação do trabalho, produzidos pelo sindicato através de seu quadro de delegados e delegadas, a extensão que atua na base, levando informações, decisões, realiza a cobrança da mensalidade, sendo os olhos, ouvidos do sujeito coletivo, como deve fazer uma escuta atenta de seus filiados.

Sendo assim, nesses espaços desvelam-se as dificuldades e conflitos, apontados como ponto negativo pelo referido relatório (CAMETÁ/STTR 2005, p. 4), que a “secretaria de gênero e geração não funcionou” e as mulheres não eram atendidas adequadamente ao virem no sindicato. Também, nesse encontro aparecem as vozes de vários sujeitos, mas não conseguimos identificar a voz de delegados e delegadas fazer o contraponto em defesa das mulheres.

Um outro documento correlato, o Relatório Deliberativo do STTR de Cameté, 2010, anexo18 (CAMETÁ/STTR 2010), amplia as queixas sobre a falta de formação e as demandas específicas para a secretaria de mulher, e isso justificável, segundo (CAMETÁ/STTR 2010), “falta de elaboração de projetos e dificuldades na finanças”, e esse desequilíbrio afeta todos os projetos e ações que visam promover um momento formativo que considere as companheiras/os com a dignidade que lhes são imprescindível, essa dificuldade no movimento em proporcionar uma formação que mobilize a base é o que mostra a irrisória participação das trabalhadoras em seus eventos, quando olhamos com atenção as listas assinadas por esse sujeitos, a mulher se configura em menor proporção, como aparece no final documento (CAMETÁ/STTR 2005), do total de 146 delegacias aparecem 47 delegados e 11 delegadas, e no documento (CAMETÁ/STTR 2010), dos 57 (cinquenta e sete) delegados, apenas 8 são delegadas.

Proporcionar um maior apoio ao trabalho das mulheres e suas condições de vida, deveria vir da própria entidade, para propiciar uma melhor condução naquilo que lhes compete enquanto delegadas e como liderança à frente da Secretaria de Mulher, e esse compromisso está definido pelo Estatuto Social (CAMETA, STTR, 2015, p. 16), no,

Art. 26º - Compete a Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares:

I - Construir e coordenar o planejamento estratégico anual da secretaria, executar as atividades do sindicato relativas às políticas de gênero;

II - Encaminhar e coordenar as lutas específicas das mulheres agricultoras familiares e a sua participação nas ações do sindicato; organizando reuniões, palestras, oficinas e cursos de formação e capacitação, coordenando as atividades, projetos e grupos de interesses das mulheres trabalhadoras rurais e agricultoras familiares;

Vejamos, que se não há recursos para implementação de tais planejamentos como podem as mulheres, sem o apoio do sujeito coletivo realização tais vontade coletiva. se os referidos documentos deixam explícitas tais barreiras, como alerta Chomsky. Podemos averiguar que, no documento (CAMETÁ/STTR 2010), foi apontado como ponto positivo na realização do levantamento para o PRONAF MULHER, mas por outro lado, o levantamento do quantitativo de trabalhadoras associadas não se repercute em mudanças para promover o fomento de suas produções agrícolas, pois não encontramos vestígios de documentos que evidenciasse tal financiamento.

O documento explicita (CAMETÁ/STTR, 2010) que não há projetos e nem proposta da entidade e muito menos por partes das trabalhadoras e seus respectivos coletivos, haja vista que as dificuldades financeiras são constantes, bem como a falta de assessoria e acompanhamento das atividades desempenhadas pelas trabalhadoras em seu local de trabalho. Como solucionar tais problemáticas? É o que propõe o grupo que avalia a situação e, de acordo com (CAMETÁ/STTR 2010, p. 4), “criar projetos para grupos de mulheres e Aprofundar as discussões sobre o PRONAF MULHER, e jovem, Promover cursos de formações para mulheres e jovens”. Se assim, essa estratégias se realizassem no âmbito das formações sindicais, se coadunariam com os ensinamentos de Malagodi e Bastos (2003), que subsidiar os associados com cursos, estudos para aprimoramento da práticas do trabalho com a terra e na interrelação com as pessoas baseados no respeito à diferença, e no enfrentamento às diversas situações, levantando a bandeiras de participação em todos os segmentos do movimento sindical de homens e mulheres, ressaltando a juventude principalmente, pois esse segmento produz o fortalecimento dessa categoria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para apresentar os resultados a que chegamos com o presente estudo, retomamos o objetivo inicial que motivou a pesquisa qual seja o de analisar a participação da mulher trabalhadora agricultora, a fim de caracterizá-la enquanto ser social a partir de suas conquistas na organização de movimentos sociais e sindicais.

Considerando a revisão da literatura sobre a temática, verificou-se que a organização sindical tem uma história de longa data. No Brasil, a sua fundação data desde a década de 1960 a 1970. Sendo na década de 1970, sob auspícios de governo militar como ente que devia subserviência ao Estado, realizando os serviços sociais em seu lugar, mas que por outro lado era o único meio que o trabalhador continha para acessar os bens públicos como como consulta médica, previdência social.

No período do sindicalismo assistencialista, poucas pessoas compunham a diretoria e nem sempre eram trabalhadores rurais e de comunidade. Mas é na segunda metade da década de 1980 que os trabalhadores lutam para tomada do sindicato corporativo. E sua estrutura vai se alterando após conquista pelos trabalhadores rurais. No caso da inserção das trabalhadoras nesse movimento, ocorre, precisamente no final da década de 1990, quando as mulheres passam a fazer parte da estrutura sindical em nível de experiência na instância nacional, em 1997, foi um importante instrumento de democratização das relações de poder entre mulheres e homens, contribuindo para o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, assegurando definitivamente sua participação direta em todos espaços formativos e presença no espaço de poder, e então sua inserção ocorre em nível local no ano de 2006, quando o VI Congresso dos trabalhadores aprovaram a consolidação da Secretaria da Mulher no referido sindicato.

Essa inserção nos parece uma concessão da entidade às trabalhadoras, porém ao lado dos processos evocados pelas trabalhadoras, que demandaram/demandam lutas em nível internacional, nacional e local para que sua presença e, depois, sua participação mesmo que ainda pareça de pouca relevância, mas estas, estão sempre disponíveis para lutar juntamente com a entidade, e por seus próprios direitos como um pedaço de terra para produção e reprodução social.

Os documentos disponibilizados que foram analisados permitiram desvendar a presença e participação das trabalhadoras no contexto sócio político dessa entidade, no caso das lideranças por figuras femininas. Esse sujeito coletivo que é o Sindicato que, à primeira vista,

transparece ser fundado em princípios democráticos com partilhas de ações e processo coletivo de discussão e decisão, na prática, se apresenta corporativista entre seus pares e negligente em relação ao gênero não tendo legitimado a presença feminina nos cargos de maior escalão na referida entidade.

A pesquisa revelou que em termos de filiação a presença feminina nas últimas décadas tivera um aumento muito elevado o que não repercute nos postos mais elevados de gestão da entidade como, como as próprias trabalhadoras atestam em seu projeto da primeira conferência de Mulheres trabalhadoras. Esses indicativos, porém, não são suficientes para que a participação efetiva da mulher tenha de fato ocorrido no seu processo de luta como militantes desse espaço político e social que é o STTR/Cametá.

O esforço de mobilização e mediação de outros agentes juntamente com o sindicato dos trabalhadores Rurais levou a mulher, de modo geral, a obter direitos em relação a aposentadoria, auxílio maternidade, pensão por morte do marido, auxílio doença, e até pouco tempo, conquistou direito às cotas para participar de postos de dirigentes nas instâncias sindicais, agora com paridade, mas isso não basta. Esse ser social necessita ser respeitada em sua singularidade, em seus direitos, pois a real participação não se faz sob o formato da quantidade de espaço que se frequenta ou da razão de inserção como militância na entidade. Participar é um processo de constituição enquanto sujeito que juntamente de seus pares partilha de opiniões, decisões, tendo garantido ainda um espaço de autonomia que o reconhece na esfera social que partilha, independente de cor, raça, gênero, posição hierárquica.

A luta para conseguir arregimentar uma quantidade expressiva de mulheres do STTR Cameté em movimentos como a marcha em Brasília “Marcha das Margaridas” nos remete dizer que tem principiado espaço nos quais estas possam externar seus anseios, lugares, e modo de viver, essa realidade realça a situação que urge em demandar estratégias para conduzir as trabalhadoras e, sobretudo a juventude rural com perspectiva de renovar as lideranças, reafirmando a importância que mulheres e homens exercem no contexto deste movimento, que até pouco resistia a todas as investidas do capital, lutando por políticas públicas, em defesa dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras. Os documentos evidenciam que houve espaços para participação nas formações para as trabalhadoras como o Projeto DED, APACC, Casa Familiar Rural, significativo para o contexto profissional e melhoria da saúde dos sujeitos do campo, apesar do quantitativo de filiadas, os documentos evidenciam que estas estão em desvantagens quando se trata de consolidar processos formativos. Entendemos que a participação da mulher trabalhadora nesse contexto ocorreu significativamente, pois aparecem indícios da apropriação de saberes culturais, apreendidos nas referidas formações como

evidenciam os grupos de Mulheres “Nova Esperança”, estas conseguiram desdobrar sua experiência em atividades que permitem refletir em cada ação continuamente até os dias atuais.

Constatamos que a participação política desse sujeito está em contínua construção, pois em análises dos documentos tivemos a oportunidade confirmar que estas estiveram presentes, por conta de sua assinatura nas listas de assinatura, o que não corresponde a atuação propositiva nesse espaço social, pois não detectamos registros nos documentos analisados com esses indícios.

Para tanto, urge criar meios para estimular as trabalhadoras a militarem no movimento sindical, diante das complexas dinâmicas que a conjuntura impõem na contemporaneidade, potencializar formas de lutas e abrir espaços e formação para as trabalhadoras associadas que ainda não ocuparam cargo nas diretorias, bem como a organização de mulheres para pleitear a presidência do sindicato, haja vista que na história do sindicato a inserção de uma trabalhadora no cargo de maior relevância foi a vice-presidência e a presidência como substituta no caso do afastamento do presidente para concorrer às eleições no ano de 2016.

E isso não significou mudanças em relação à quebra de hegemonia masculina em oportunizar e apoiar a candidatura deste Ser social para o quadro dirigente, faz-se necessário criar estratégias para as demais associadas que não tiveram acesso nas formações político sindical de base, para que participem de formações como oficinas, congressos, e esclarecimentos da atual situação a que estão sendo submetidas pelo sistema social e pelo próprio STTR. Oportunizar experiências no quadro dirigente faz-necessário para que o PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (PADERSS) se materialize concretamente para os sujeitos do campo, com vistas a socializar as experiências com os sindicalizadas/os das ações realizadas no concerne às produções exitosas das trabalhadoras e trabalhadores nas atividades agrícolas através de eventos para além da feira do agricultor, principalmente aquelas/aqueles que não têm acesso aos programas de fomento à produção agrícola, bem como organizar o Grupo de Estudo Sindical(GES), que vem sendo preconizado pela Escola Nacional da CONTAG – a ENFOC.

O estudo revelou que as trabalhadoras rurais associadas ao STTR/Cametá têm, ainda, uma limitada participação nessa entidade, ao mesmo tempo em que essa limitada participação feminina lhes constitui condição de **Ser Social**, potencialmente capaz da emancipação e constituição cidadã para um projeto de sociedade justo e igualitário

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral: Mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil.** Belém, PA: UFPA. Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. Disponível em < [ppgaa.propesp.ufpa.br/.../Waldileia\\_Rendeiro\\_da\\_silva\\_Amaral.pdf](http://ppgaa.propesp.ufpa.br/.../Waldileia_Rendeiro_da_silva_Amaral.pdf). Acesso em 27/10/2017.

AQUIME, Maria Salete Pantoja. **A Luta pela Igualdade de Gênero nos Movimentos Sociais: A criação da cooperativa das mulheres como espaço de luta, resistência e visibilidade no Município de Cametá** Dissertação (Mestrado).108p.

ALVES, Giovanni Limites do sindicalismo - **Marx, Engels e a crítica da economia política** – Bauru, Editora Pràxis, 2003.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. O Marxismo e a Pesquisa Qualitativa como Referências para Investigação sobre Educação Profissional. Disponível em [www.ufpa.br/ce/gepte](http://www.ufpa.br/ce/gepte). Acesso em: 20/05/2017.

ASSIS, William Santos de. A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense / William Santos de Assis – 2007. TESE, 242 f. Disponível em <[www.tede.ufrj.br.jspui/handle/](http://www.tede.ufrj.br.jspui/handle/)> .Acessado em 02/02/2019.

ANDRÉ, Marli Elisza D; LÜDIKE Menga. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativa.** São Paulo: EPU, 1986.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é Sindicalismo.** 16ª edição, Editora Brasiliense, 1989.

BERTOLIN, Patricia Tuma Martins, **A participação das Mulheres nos Sindicatos.** Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012. Disponível em [www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/13656/11077](http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/13656/11077). Acesso em 24/06/2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

BORDALO, Caroline Araújo. **Pelo direito de ser e estar: Engajamento, mobilização e socialização política nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco, Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder,** 2008.

BORDENAVE, Juan E. D. O que é participação. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRASIL, Lei nº 4.504, e 30 de novembro de 1964, disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm). Acesso em 03/05/2018.

BRASIL, **Lei Complementar nº 11, DE 25 DE MAIO DE 1971, Decreto nº 69.919, de 1972. Disponível em** < [www.legislação.planalto.gov.br/legisla/legislação/nsf/viwtodos...](http://www.legislação.planalto.gov.br/legisla/legislação/nsf/viwtodos...)>. Acesso em 03/05/2018.

BORGES, Altamiro. Origem e papel dos sindicatos, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, 2006. Disponível em [www.contag.org.br/imagens/Origemepapeldossindicatos-AltamiroBorges.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/Origemepapeldossindicatos-AltamiroBorges.pdf). Acesso em 02/12/2017

BOTTOMORE, Tom Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor Ltda.2012. Disponível em <https://edisiplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1335910> . Acesso em 04/06/2017.

BUTTO, Andrea. Apresentação In: Di Sabbato, Alberto. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres/** Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de. Andrea Butto – Brasília : MDA, 2009. 168p.disponível em [www.reformaagrariaemdados.org.br/.../estatisticas-rurais-economia-feminista-um-ol...](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/.../estatisticas-rurais-economia-feminista-um-ol...) Acesso em 10/06/2018.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Zahar, Rio, 1976.

BRUMER. Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo Sul do Brasil (1978-88): In Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 2: a diversidade das formas das lutas no campo/ – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007 537. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>>. Acesso em 02/04/2019.

CAMETÁ/STTR. Relatório do 3º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá- filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), 1997.

CAMETÁ/STTR. Documento Base: V Congresso do STTR, 2003

CAMETÁ/STTR. Projeto de Formação do STTR, 2002.

CAMETÁ/STTR. Curso de Formação de Dirigentes, 2002

CAMETÁ/STTR. Relatório do V Congresso, 2003.

CAMETÁ/STTR. Projeto de Desenvolvimento Rural do município de Cametá-Brasil. 2005.

CAMETÁ/STTR. Projeto Formação Sindical 2004.

CAMETÁ/STTR. Relatório do Encontro de Delegada e Delegados. 2005.

CAMETÁ/STTR. Projeto I Seminário de Mulheres Trabalhadoras Rurais STTR 2005.

CAMETÁ/STTR. Proposta para Debates do 6º Congresso do STTR 2006.

CAMETÁ/STTR. Ata de eleição e posse da Diretoria do STTR. Quadriênio de 2006 a 2010.2006.

CAMETÁ/STTR. Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. 2006.

CAMETÁ/STTR. PROJETO na Amazônia Empreendedorismo das mulheres Rurais do Pará. 2009.

- CAMETÁ/STTR. Relatório Deliberativo do STTR de Cametá.2010.
- CAMETÁ/STTR . Ata de posse da Diretoria do STTR. Quadriênio de 2010/1024.2010.
- CAMETÁ/STTR. Ficha de filiação dos associados (1999 – 2010)
- CAMETÁ/STTR, Ata de alteração da Assembleia de alteração da denominação STTR. 2015
- CAMETÁ/STTR. Estatuto Social dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Cametá –PA. 2015.
- CAMETÁ/STTR. Lista de delegados sindicais, 2017.
- CARVALHO, Horácio Martins de Carvalho. Lutas Sociais do Campesinato na Contemporaneidade no Brasil 2015. Disponível em <<https://www.scribd.com/.../LutasSociais-Do-Campesinato-Na-Contemporaneidade-o>> Acesso em: 12/02/2018.
- CAMPINHO, Fábio. **Sindicalismo de Estado: Controle e Repressão na Era Vargas** (1a930-1935) Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006. Disponível em< [revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14838/9959](http://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14838/9959)>. Acesso em 10/02/2017.
- CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e Poder no espaço sindical.** Revista ESTUDOS FEMINISTAS 51 N 1/95. Disponível em.<[https// periodico.ufcs.br .ref pdf](https://periodico.ufcs.br.ref.pdf)> Acesso em 03/04/2018
- CARRASCO, Carmem e Petit, Mercedes. **Mulheres Trabalhadoras e Marxismo.** Um debate sobre a opressão. São Paulo. Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermam. 2012. 114p. 1ª edição.
- CELLARD, André. **A análise documental** In: Jean Poupart et.al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos / tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.2008.
- CISNE, Mirla. **Feminismo, Diversidade sexual e Serviço Social/** Mirla Cisne, Silvana Mara Morais dos Santos- São Paulo: Cortex, 2018.
- CONTAG, **Trajetória Política da Contag - As Primeiras Lutas Revista Contag 40 anos.**, 2004. Disponível em: <[www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf)>. Acesso em 21/03/2017.
- , Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 2013 Disponível em: <[www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf)>. Acesso em 21/03/2017.
- , **Transformando o Presente Construindo o Futuro. Revista da Juventude Rural.** Disponível em <[www.contag.org.br/imagens-.pdf](http://www.contag.org.br/imagens-.pdf)>Acesso em 01/02/2019.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Do território recurso ao território abrigo: modo de vida e o processo de valorização do açaí no município de Cametá-PA** / Rosivanderson Baia Corrêa, 2010. 122p.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo; Cortez 2006.

CHOMSKY, Noam. **Sistemas de poder: Conversas sobre as revoltas democráticas globais, os novos desafios do Império Norte-Americano**. Entrevista com David Barsamian; tradução de Roberto Leal Ferreira. Apicuri, 2013

DANIEL, Celso. **Gestão Local e participação da sociedade**. In: Villas Boas org. "Participação Popular nos Governos Locais." São Paulo Polis 1994. Disponível em [www.polis.org.br/uploads/947/1624.pdf](http://www.polis.org.br/uploads/947/1624.pdf) . Acesso em 11/05/2018.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

DEERE, Carmem Diana. **Os Direitos da Mulher à Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira**. Revista, Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 175-2004, janeiro-abril/200. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100010&script=sci...tng](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100010&script=sci...tng). Acesso em 27/07/2017.

DIAS, Roberta Atherton Magalhães. **Marcos Teóricos, Paradigmas e Sentidos da Participação: Faces Diversas de Um Mesmo Espelho**. Disponível em: <[www.lasoci.edadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/077.pdf](http://www.lasoci.edadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/077.pdf)> Acesso em 04/03/2017.

DO BEM, Arim Soares. **A Centralidade dos Movimentos Sociais na Articulação entre o Estado e a Sociedade Brasileira nos Séculos XIX E XX** Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006 1137Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.>> Acessado em: 18/08/2017.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** / Friedrich Engels ; tradução B. A. Schumann ; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - [Edição revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

FAVACHO, José Coutinho. **O Catolicismo Amazônico e as CEB'S Diante das Transformações Sociais em Decorrência na Região: Estudo sobre a Prelazia de Cametá a Luz da Teologia da Libertação**. Dissertação 164p.

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, Tabalhadores Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil**. RBCS Vol. 21 n°. 62 outubro/2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S01](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S01)>Acesso em 06/06/2017

FRASCARELLI, Evanir Cuaio, SILVA, Irizelda Martins de Souza e CECÍLIO Maria Aparecida. **Populações do Campo: Trabalhadores Rurais Temporários Excluídos de Direitos. Anais da Semana de Pedagogia da UEM**. Volume 1, Número 1. Maringá: UEM, 2012. Disponível em <[www.ppe.uem.br/semanadepedagogia/2012/pdf/T5/T5007.pdf](http://www.ppe.uem.br/semanadepedagogia/2012/pdf/T5/T5007.pdf)> Acesso em: 21/03/2017>. Acesso 02/01/2018.

FELTEN, Maria Cláudia. **Os Sindicatos no Direito Coletivo do Trabalho: atuando à luz da função socialcivilista e frente ao desemprego atual**. Disponível em

<[www.feltenadvogados.com.br/artigos/425e762c0bc8e7855b1a2d81fbed1dcd.pdf](http://www.feltenadvogados.com.br/artigos/425e762c0bc8e7855b1a2d81fbed1dcd.pdf)>. Acesso em 02/01/2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2008. Disponível em [www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf](http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf) Acesso em 03/05/2017

FURTADO, Gislane Damasceno. **No lar, nas águas, na vida** : práticas e saberes em comunidades ribeirinhas- Cametá-Pa / Gislane Damasceno Furtado. - 2017. 148 f.

GALVÃO, Andréia. **Marxismo e Movimentos sociais**. Rev\_Critica\_Marxista-32\_(FINAL).indd107,2011.Disponível em : [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo235artigo5.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf) Acesso em 12/07/2017.

GIULANI, Paola Cappellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In:DEL PRIORE, Mary (org.); Carla Bassanezi. História das mulheres no Brasil, 7. ed. São Paulo Contexto, 2004. Disponível em [centrovictormeyer.org.br/.../Cem-anos-de-lutas-da-classe-operária1880-1980-Vito-Gi...](http://centrovictormeyer.org.br/.../Cem-anos-de-lutas-da-classe-operária1880-1980-Vito-Gi...)Acesso em 10/02/2018.

----- Viver o Sindicalismo no Feminino. ESTUDOS FEMINISTAS ANO 2, 2º SEMESTRE 94. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16110> . Acesso em 12/06/2017.

Gil, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas,2008.

GONH, M.G. **História dos movimentos e lutas sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. Maria da gloria. **Movimentos sociais na contemporaneidade**, 333 Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011 Disponível em [www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf) . Acesso em 02/07/2017.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará :In Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Sérvolo Medeiros,. Maria Ignez Paulilo(orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: Condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / – São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em [www.mstemandados.org/.../files/História%20social%20do%20campesinato%20no%20Brasi.>](http://www.mstemandados.org/.../files/História%20social%20do%20campesinato%20no%20Brasi.>) Acesso em 08/02/2017.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O Debate nos anos de 1960: Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros (1963)**. In Clifford Andrew Welch... [et al.] (orgs). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.336p. Disponível em [www.mstemandados.org/.../files/História%20social%20do%20campesinato%20no%20Brasi.>](http://www.mstemandados.org/.../files/História%20social%20do%20campesinato%20no%20Brasi.>) Acesso em 08/02/2017.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo no Campo. Editora Vozes Petrópolis, 1987.

HEBÉTTE, Jean, MAGALHÃES, Sônia Barbosa, MANESCH, Maria Cristina (organizadores): prefácio Maria da Conceição D’Incao. Belem, EDUFPA, 2002.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia e CINTRÃO, Rosângela Pezza, Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Unifem; Fundação Ford; Cepia, 2006. p. 103-131. Disponível em [www.mpsp.mp.br/portal/page/.../Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/.../Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf) Acesso em 10/02/2017.

HOWBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital*. 25ª ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2014.

JESUS, Tatiana Farias de. **As lutas das trabalhadoras rurais e as relações de gênero no sindicato dos trabalhadores rurais de feira de Santana (1989-2002)** 2008. Disponível em < [www.fazendogenero.ufsc.br/sts](http://www.fazendogenero.ufsc.br/sts) >> Acesso em 18/10/2018.

JESUS, Charles Travezani de. **Organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Espírito Santo: O processo de construção da FETAES**. Dissertação de Mestrado 2011. 146.p. Disponível em <[observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/..](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/)> Acesso em 16/10/2017.

LARA, Ricardo e SILVA, Mauri Antônio da . **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. 2015 [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282015000200275&script=sci...tlnng....](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282015000200275&script=sci...tlnng....) acesso em 01/01/2018.

LÊNIN. Vladimir Ilitch. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. \_\_\_\_ *Que fazer?* Hucitec, 1978 [1902].

LEONE, Eugenia Troncoso e TEIXEIRA, Marilene Oliveira. **As mulheres no mercado de Trabalho e na Organização Sindical**. [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_8/abep2010\\_2200.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_8/abep2010_2200.pdf). a cesso em 24/06/2017.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky e PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**, Revista, Estudos Avançados, 19 (54), Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/download/10071/11643> de VR Loureiro - 2005. Acesso em 12/07/2017.

LOUREIRO, Maria Isabel. **Democracia e Socialismo em Rosa Luxemburgo**. Disponível <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo234\\_Isabel.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo234_Isabel.pdf)> Acessado em 13/01/2018

LOPES. Sergio Leite. **História e Transformações do Sindicalismo Brasileiro**. Revista THEOMAI/ THEOMAI Journal Estudios sobre Sociedad e desarrollo/ society and Development Studies Issn 1515-6443 2009. Disponível em <<http://www.revistaatheomai.unq.edu.ar/numero19/ArtLopes.pdf>> Acesso em 02/02/2018.

LÖWY, Michael: **O pensamento de Rosa Luxemburgo**. 2015. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/michael-lowy-o-pensamento-de-rosaluxemburgo-2/> Acessado em 28/11/2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de Massas Partido e Sindicatos**. Editora Centelha Coimbra, 1974.

MALAGODI, Edgard e Bastos, Valério de Souza. **Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar**, 2003. Disponível em [www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task.](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task.) Acesso em 10/02/2018.

MATOS, Aécio Gomes de, 2003 – **Organização social de base**: reflexões sobre significados e métodos / Aécio Gomes de Matos, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003. Disponível em. [www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman...gid..](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman...gid..) Acesso em 02/05/2018.

MARTINS, Egidio. **Trabalho, Educação e Movimentos Sociais**: Um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da colônia z-16, Cametá -Pa, 2011. Dissertação, 116p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto Comunista**. *Boi Tempo* 2005 . <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1337663>. Acessado em 22/05/2018.

----- **A miséria da filosofia**; tradução de Jose Paulo Neto. – São Paulo : Global, 1985.

----- **O capital: crítica da economia política**: Volume 2 Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2ª Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

----- **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. de. **História dos movimentos sociais no campo** / Leonilde, Rio de Janeiro Fase Editora Vozes, 1988.

----- **“Sem Terra” “Assentados” “agricultores familiares” consideradas sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”**- revista Clacso- 2004 <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/medeiros.pdf>- acesso em 22/05/16.

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de, **Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista**: Ressignificação da Cabanagem no Baixo Tapajós (1831-1840) 2015. Dissertação 272p. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15710>. Acesso em 17/10/2017.

MENDES, Odete da Cruz. **A Política de Educação no Município de Cameté: Análise sobre a proposta da escola CAÁ-MUTÁ, ESCOLA CIDADÃ.** Dissertação de Mestrado, 2005. 270p.

----- . **Gestão Participativa em administrações municipais:** Caminhos e descaminhos do Programa Escola Caá-Mutá, no município de Cameté/PA (Tese de Doutorado apresentada a Universidade do Rio Grande do Norte –UFRN, 2010 -263f. Natal/RN.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIRANDA, Maria Bernadete. **As origens do sindicalismo no Brasil.** Revista Virtual Direito Brasil – Volume 5 – nº 1 – 2011. Disponível em : <[www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav51/ensaios/be1.pdf](http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav51/ensaios/be1.pdf)> Acesso em 13/02/2018.

Minayo, Maria Cecília de Sousa. **O desafio da pesquisa social.** In Deslandes Sueli Ferreira, Otávio Crus Neto, Romeu Gomes e Maria Cecília de Sousa Minayo (organizadora) Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade – Petrópolis, RJ, Vozes 1994.

MOLINA, Helder. **Caderno-Base Para os Cursos de Formação Política e Sindical.** Disponível em [www.sindsepmg.org.br/media/1070/caderno-de-formacao.pdf](http://www.sindsepmg.org.br/media/1070/caderno-de-formacao.pdf). Acesso em 06/08/2017.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil (1969).** In João Pedro Stedile (org.), A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (194-1964), -- 2ª ed. - São Paulo : Expressão Popular: 2012. 224p.

MOREIRA, Carla Cilene Siqueira & ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Identificando entraves à participação sóciopolítica das mulheres nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Pará. 2011. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2242/767>. Acesso em 02/05/ 2018.

MOTTA, Márcia & ESTEVES, Carlos Leandro **Ligas Camponesas: história de uma luta (des)desconhecida.** In / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. Disponível em [www.reformaagrariaemdados.org.br/.../História%20social%20do%20campesinato%20no](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/.../História%20social%20do%20campesinato%20no). Acesso em 28/10/2017.

MOCELIM, Daniel Gustavo. **Movimentos Sociais e movimentos sociais rurais.2009.** In Gehlen, Ivaldo e Mocelin, Daniel Gustavo. Organização social e movimentos sociais rurais. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em [www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad006.pdf](http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad006.pdf). Acesso em 02/05/2018.

NETO, José Paulo. Economia Política: **uma introdução crítica.** José Paulo e Marcelo Braz. — São Paulo: Cortez, 2010,

OLIVEIRA, Umbelino Ariovaldo de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** *Revista Estudos Avançados* v. v.15, n.43, 2001, Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01034014200100030001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01034014200100030001) Acesso em: 02/03/2017.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular como Resistência e Emancipação Humana.** *Cad. Cedes, Campinas*, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid) Acesso em 05/06/2019

PANTOJA, Ana Barbara de Oliveira, Fé, **Política e Organização Sindical: a história do sindicato dos trabalhadores rurais de Cametá,** Trabalho de Conclusão de Curso(1960-1085)2009.

PANNEKOEK, Anton. **A Revolução dos trabalhadores** Editora Barba Ruiva <http://ruivabarba.googlepages.com/home> [ruivabarba@gmail.com](mailto:ruivabarba@gmail.com) Impresso no Brasil – 2007- Acesso em 10/02/2018.

PAOLI, Maria Celia. **Trabalhadores e cidadania** Experiência do mundo público na história do Brasil moderno.1989. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300004)>Acesso em: 10/02/2018.

PEREIRA, Edir Augusto Dias, **As Encruzilhadas das Territorialidades Ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense** Tese (Doutorado) 2014.

PAULILO, Maria Ignez S. **Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio** 2010. Disponível em [nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf](http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf).> Acesso em 26/06/201.

PEREIRA, Edir Augusto Dias, **As Encruzilhadas das Territorialidades Ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense** Tese (Doutorado) 2014

PEREIRA, Duarte. **Das classes à luta de classes.** Disponível em:<<http://marxsmo21.org/wp-content/uploads/2012/06/DP-Classes-e-luta-de-classes-2.pdf>.>Acesso em 28/08/ 2019.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. **Participação, Poder e Democracia – mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural.** Disponível em [www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/.../1373304837\\_ARQUIVO\\_Democraci...](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/.../1373304837_ARQUIVO_Democraci...)>Acesso em 03/04/2018

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Mulheres Negras Rurais: Resistência e Luta por Sobrevivência na Região do Tocantins (PA).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em < [www.snh2011.anpuh.org](http://www.snh2011.anpuh.org) > resources > anais > 1300663076\_ARQUIV... > Acesso em 07/03/2019.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Pluralidade Sindical no Campo ? Agricultores Familiares e Assalariados Rurais em um Cenário de Disputas. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 104: 201-238,

2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n104/1807-0175-ln-104-201.pdf> Acesso em 02/04/2019.

**POMPEU, José Danuzio Pinto. Evolução territorial e urbana do Município de Cametá-Estado do Pará** – Coleção Novo Tempo Cabano. Vol.1. Cametá- Pará , 2002.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. Para que serve e o que faz o movimento sindical / Antônio Augusto de Queiroz. – Brasília, DF : DIAP, 2013.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes Sociais e Luta de Classe**: um estudo a partir colônia de pescadores artesanais da Z-16 – Cametá/Pará 2012.Tese. 337p.

RODRIGUES, LM. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 169 p. ISBN: 978-85-99662-99-1. Available from SciELO Books disponível em <<http://books.scielo.org>>.acesso em 02/1/2/2017.

RICCI, Rudá. **A Maior Estrutura Sindical do Brasil: Papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no Pós-64**, In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonildes Sérvulo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo(orgs), **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo São Paulo**: Editora UNESP, 2009. Disponível em [www.iicabr.ica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/Lutas\\_Camponesas\\_vol2.pdf](http://www.iicabr.ica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/Lutas_Camponesas_vol2.pdf). Acesso em 08/02/2017.

SANTOS, Maria Helena. **Mulheres, liderança política e media**. IN: Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba V. 6 - Nº 01 - Ano 2017 – Mídia, Gênero & Direitos Humanos. Disponível em< [www.google.com/search?q=situação+da+mulher+em+liderança+política%2C....](http://www.google.com/search?q=situação+da+mulher+em+liderança+política%2C....) > Acesso em: 09/08/2017.

SALES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**- 3ª ed. rev. Ampl. – Belém; IAP; Programas Raízes, 2005.

SEMERARO, Giovanni, **Filosofia da Práxis e as Práticas Político Pedagógicas Populares**, Educação e Filosofia Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 131-148, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acesso em: 02/05/2018.

SILVA, Adriane dos Prazeres, **Trabalhadores rurais do baixo Tocantins, organização e parcerias com a igreja progressista da prelazia de Cametá** (19791991). 2014. Disponível em.[www.ap.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=6083](http://www.ap.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=6083). Acesso em 02/03/2017.

SILVA, Berenice Gomes da. **Resistências e Lutas das Mulheres Trabalhadoras Rurais na Marcha das Margaridas**. 2017. Disponível em [www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/.../1499482535\\_ARQUIVO\\_ArtigoFazendo....](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/.../1499482535_ARQUIVO_ArtigoFazendo....) Acesso em 03/05/2018.

SILVA, Maria Evaneide Pantoja da. **Socialização de agricultoras no movimento de mulheres do Nordeste Paraense**, 2008., Dissertação 92p. Disponível em

*ppgaa.propesp.ufpa.br/.../2008/MARIA\_EVANEIDE\_PANTOJA\_DA\_SILVA.pdf. Acesso em 02/04/2018.*

SILVA, Gilmar Pereira. **Trabalho e Educação na Amazonia.** Um a experiencia da educação dos trabaslhadores. In Filosofia da Práxis e Didática da Educação Profissional. /Ronaldo M. de Lima de Araujo, Doriedson S. odrigues [organizadores]- Campinas, S P : Autores Associados, 2011

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. **Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil** :abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS,2015. (Série Estudos Rurais). Disponível em *aspta.org.br/2015/10/livro- politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil.* Acesso em 29/10/2017.

SIMIONATO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci.** In Gramsci: a vitalidade de um pensamento / Alberto Aggio (Org.); apresentação Leandro Konder. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>Acesso em 01/03/2019.

SOUSA, Raimundo Waldomiro. **Campesinato na Amazônia: da subordinação ao poder,** Raimundo Waldomiro Sousa – Belém- NAEA. 2002.

SOUSA, Jr. J. **Educação Profissional e Luta de Classes.** In Filosofia da Práxis e Didática da Educação Profissional. /Ronaldo M. de Lima de Araujo, Doriedson S. odrigues [organizadores]- Campinas, S P : Autores Associados, 2011

SOUSA, Romier Et.al. **Multiplicação dos conhecimentos Agroecológicos:** a experiência de Extensão Rural desenvolvida pela APACC na microrregião de Cametá-Pará, In I Módulo-Planejamento e Gestão da Propriedade. 2007.

STEIN, Leila de Menezes. **A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil.(1954-1964)** SP. Campinas/ Leila de Menezes Stein,1997.Tese de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas 190pg.Disponível em < repositorio.unicamp.br › jspui › handle › REPOSIP>Acesso em 04/03/2017.

SZTROMPIKA, Piotr. **A sociologia da mudança Social.** RJ: Civilização Brasileira. 1998.

TALASKA,Alcione. **Ainda Existem Latifúndios no Brasil? E em Santa Catarina?** Uma Análise do Espaço Agrário Catarinense \*REVISTA GRIFOS - N. 42 – 2017. Disponível em <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/v..>>Acesso em 03/05/2018.

TAMER, Sergio Victor. **Crônicas e Memórias.** Sergio Victor Tamer Sérgio Martins Tamer ( Orgs). São Luis: Gênese, 2012.

TOLEDO, Edilene. **Do Sindicalismo Revolucionário ao sindicalismo controlado pelo Estado:** sindicatos e sindicalistas na cidade de São Paulo entre o fim da Primeira República e os primeiros anos da Era Vargas. 2009. Disponível em [nais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0935.pdf](http://nais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0935.pdf). Acesso 02/02/2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução á pesquisa em ciências sociais:** pesquisa qualitativa em educação/ Augusto Nivaldo Silva Triviños.- São Paulo: Atlas,1987.

WANZELER, João Batista. **Educação em Movimento, Trabalhadores Rurais em Formação:** Um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA (décadas de 1970-90)- Dissertação de Mestrado do Programa de Pós – Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC/UFP, 2015 , 125p.

WARREN, Ilse Scherer **Das Ações Coletivas às Redes de Movimentos Sociais.** 2006. Disponível em [www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/07.pdf). Acesso em 05./04/2018.

----- **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais.** 2006. Disponível em [www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf). Acesso em 02.05/2018

## **ANEXOS**

## 1- Relatório, do 3º Congresso do STR- Filiado A CUT 1997.

3º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá - Filiado a CUT.  
22 à 24 - Julho - 97 "RESISTIR, AVANÇAR E VENCER".

Deu-se a abertura no dia 22, com a presença de várias entidades representadas como: EMATER, SACRI, SEPLAC, PRELACIA, PARÓQUIA, UEPA, AGENFRA, LIDER DA BANCADA DO "PT", ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, FETAGRI, CUT, e o DEP. ESTADUAL PT. (ZÉ CARLOS). Cada representante deixou a sua mensagem de apoio e de incentivo para os congressistas presentes.

Dia 23 - Paulo Damasceno dirigiu os trabalhos começando com a aprovação do Regimento interno, que foi aprovado com apenas 1 abstenção.

Logo em seguida passou-se a fazer a leitura de um documento elaborado, sobre conjuntura municipal, estadual e nacional. Após a leitura do mesmo a discussão foi para a plenária, onde tivemos 17 inscrições de companheiros que nos ajudaram a esclarecer e entender melhor o documento.

Dom José Elias, como presidente do Conselho Municipal de Saúde, esclareceu vários pontos, falou como a saúde está sendo tratada no município, pelo descaso por parte do poder público, também esclareceu vários pontos sobre a Conferência Municipal de Saúde que está para acontecer.

Aproveitou o momento para dar algumas informações sobre a CPT (Comissão Pastoral

## 2- Projeto Cameté -Tapera.

### PROJETO CAMETÁTAPERA

#### Projeto de Assessoria em EJA para o Município de Cameté

A Escola Amazônia, antiga Escola Norte I da CUT foi fundada na década de 1990, com o propósito de formação política Sindical aos trabalhadores Amazonenses. Atividades que se desenvolvem a partir dos cursos de Formação de formadores, planejamento estratégico entre outros.

É partir a partir de 1998 que a escola passa a incluir entre as suas atividades o debate a respeito da continuidade da Escolarização do Trabalhador, procurando também incluir neste debate uma perspectiva de educação que levasse em conta a integralidade humana, ou seja a busca da construção de um saber numa perspectiva politécnica, como bem definiu Antônio Gramsci

Com esse propósito foi pensado projeto de formação agora englobando a continuidade da Escolarização para Jovens e Adultos, situação que gerou um debate entre os atores sociais: Educadores, Dirigentes, Educando bem como Universidades, Ong's etc

A implementação dos cursos trouxe e tona algumas questões consideradas centrais na formação do aluno trabalhador; questões do tipo: qualificação profissional com elevação de escolaridade, formação política, Questão Sindical, O Papel do Estado, ao lado dos temas mais gerais surgiram também questões de ponto metodológico do tipo: unicidade, modularização, formação dos educadores etc, questões que vem sendo superadas no debate com os alunos aqui já referenciados, mas que se mantêm como elemento impulsionador de uma reflexão constante a respeito do papel da Escola e seus limites enquanto instituição fundada e gerida pelos trabalhadores.

Os dirigentes da Escola em conjunto com seus Educadores sempre procuraram deixar claro que a escola muito embora se propondo a fazer a escolarização do trabalhador tinha isso como um laboratório constante e que devia ser inspiração para políticas públicas no campo da Educação, para tanto tem buscado mobilizar esforços no sentido de divulgar os seus exemplos e convencer os gestores público de seu papel e da importância de dar maior atenção a um processo de Educação mais sistemático e voltado para a vida na sua plenitude.

#### A Educação do trabalhador em Cameté

A cidade de Cameté está localizada a ( ) Km da capital Belém tem uma população ( ) de habitantes, sua população é descentralizada em diversas vias,

## 3- Projeto de Formação da Secretaria de Mulher STTR, 2002.



Recife, 20.02.02  
EO 35-02 / ro

**Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá**  
Rua Frei Cristóvão de Lisboa, 1485  
CAMETÁ / PA  
68400-000

**PROGRAMA DE APOIO INSTITUCIONAL - PROGRAMA EO  
CONVÊNIO EO-21-2002**

Prezadas Senhoras,  
Prezados Senhores,

o DED tem a satisfação de lhes comunicar a aprovação do apoio financeiro solicitado em 30 de novembro de 2001 para a realização do seu Projeto:

**PROJETO DE FORMAÇÃO DA SECRETARIA DE MULHERES DO STR.**

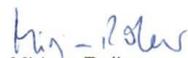
De acordo com a deliberação do Conselho Interno do DED, o valor total para o exercício de 2002 é de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais).

Para a formalização de nosso apoio, encaminhamos em anexo o Convênio em duas vias. Solicitamos que estas nos sejam devolvidas assinadas o mais breve possível. Assim que recebermos o retorno do Convênio assinado, providenciaremos o depósito da verba na conta bancária que nos foi indicada.

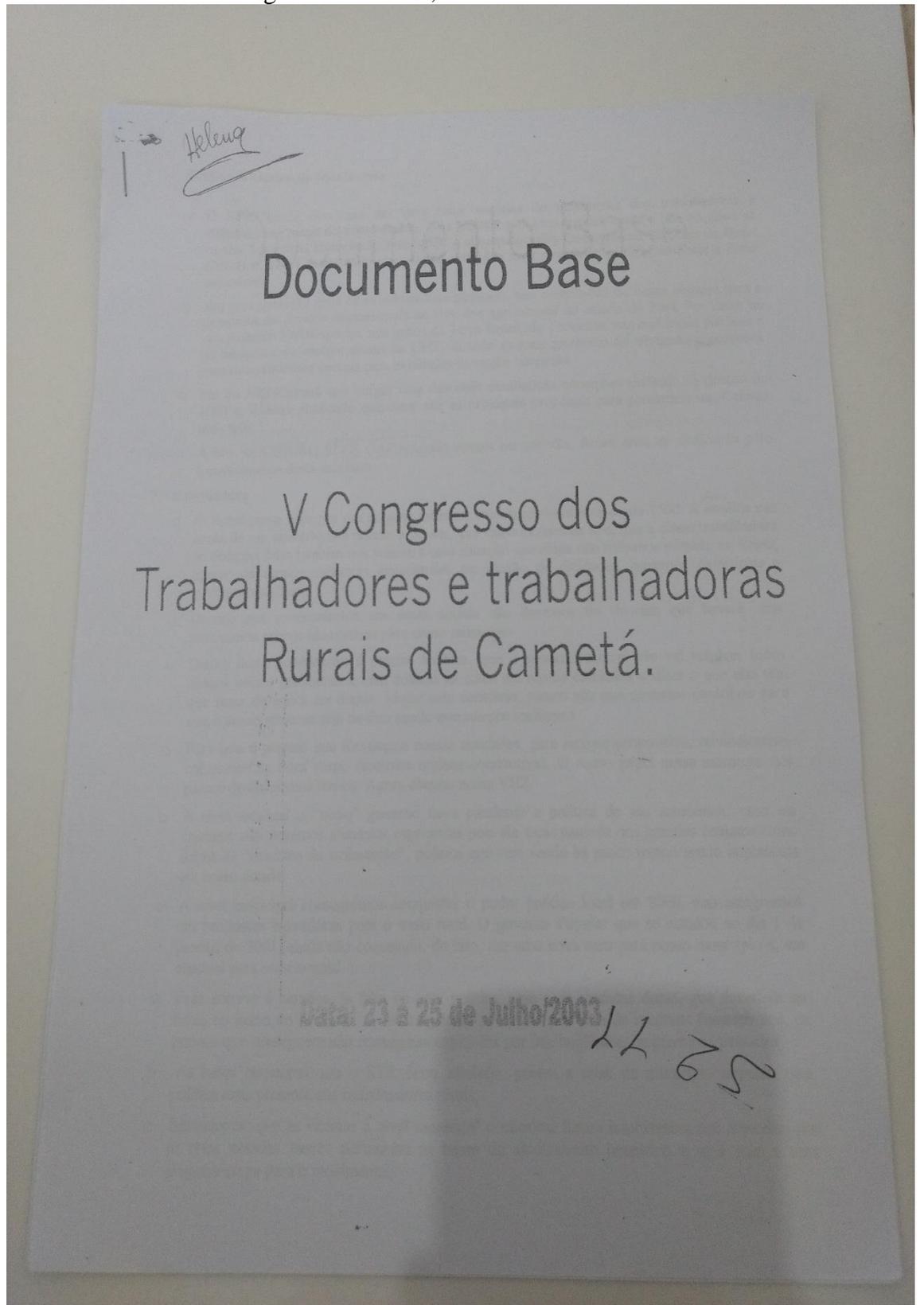
Solicitamos que nos mantenham informados sobre eventuais mudanças cadastrais de sua Entidade, bem como sobre alterações / dificuldades no andamento do Projeto aprovado.

Desejando que nossa parceria em 2002 traga resultados bastante frutíferos, colocamos a sua disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Cordialmente.

  
Mirjam Roller  
Coordenadora do Programa  
Apoio Institucional

4- Documento Base: V Congresso do STTR, 2003.



## 5- Curso de Formação de Dirigentes 2003.

1º Dia		1º Dia	
Manhã – 9 às 12h		Noite 19h às 21h	
<p><b>Oficina I - Construção de identidade da turma/Projeto Político e Pessoal</b></p> <p>Apresentação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participantes</li> <li>• Metodologia do Curso</li> </ul> <p>Levantamento das Expectativas</p> <p>Acordos: Regras</p> <p>Montar equipes: Resgate, Animação, Avaliação.</p> <p><b>Oficina 2-Transformação no mundo do trabalho</b></p>		<p><b>Debate - <u>CUT: novos desafios e estratégias frente à conjuntura.</u></b></p> <p>Conteúdo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reformas: trabalhista, sindical, previdenciária, tributária, e agrária.</li> <li>• Contexto do Movimento Sindical junto aos movimentos sociais.</li> <li>• Estratégias das Cuts - Regionais; Ramos; Coletivos.</li> </ul>	
Tarde – 14 h às 18h		Tarde – 8h às 13h	
<p><b>Oficina 3 - Ação e Gestão Sindical</b></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• História do movimento sindical no Brasil</li> <li>• Liberdade e autonomia sindical - gestão sindical</li> <li>• Cotidiano e prática (papel do dirigente)</li> <li>• Negociação Coletiva</li> <li>• Gestão Político-sindical</li> <li>• Organização no Local de Trabalho (OLT)</li> <li>• Gênero e organização das mulheres</li> <li>• Raça</li> </ul>		<p><b>Oficina 4 - <u>As estratégias da CUT frente ao poder público e a sociedade.</u></b></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Modelos de Desenvolvimento</li> <li>• Desenvolvimento Sustentável e Solidário (DSS) *</li> <li>• Geração de trabalho e renda</li> </ul> <p>Políticas Públicas: Educação, - Saúde - Saúde do Trabalhador - Meio Ambiente, -Segurança Pública...</p> <p><b>Avaliação</b></p> <p><b>Encerramento</b></p>	

6-Relatório do V Congresso, 2003.



## 7-Ata de Eleição e Posse da Diretoria do STTR, triênio de 2003 a 2006

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMETÁ** 1

Fundado em: 14-02-1974 - CNPJ: 05.845.698/0001-60  
Rua: Frei Cristóvão de Lisboa, 1485 - Telefax: (091) 3781-1256  
Cx. Postal: 21 - CEP: 68.400-000 - Cametá-Pará  
E-mail: srcaut@amazon.com.br

Ata de Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, realizada no dia 25 de julho de 2003, para o mandato de três anos.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e três, realizou-se a eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, inscrito no CNPJ sob o nº 05.845.698/0001-60, estabelecido à Rua Cristóvão de Lisboa, 1485, Centro, CEP 68.400-000, Cametá-Pará, às dez horas nas dependências do Seminário São Vicente de Paula, com a presença dos delegados eleitos para o V Congresso realizado no período de 23 à 25 de julho de 2003. Com a coordenação da Presidente da Comissão Eleitoral Sra. Helena Ferreira da Cruz e dos senhores José Cardoso Wanzeler e José Maria Gaia Cardoso, membros da comissão eleitoral deu-se início a solenidade chamando a única chapa inscrita denominada: UNIDOS PARA AVAÇAR "Direitos não se Pede, Conquista-se" e apresentando aos delegados com os seguintes membros. **Presidente:** Sr. **Veraldo Carvalho Rodrigues**, brasileiro, paraense, solteiro, agricultor, nascido em 03/11/1962, residente na localidade de Turema e domiciliado na cidade de Cametá, município de cametá-PA, CEP: 68.400-000 portador do CPF: nº 70.057.9822-87, RG: nº 05.945.79 SSP/PA; **Vice-Presidente:** Sr. **Roseli Pinto Cruz**, brasileiro, paraense, solteiro, agricultor, nascido em 27/10/1967, residente na localidade de Guajará de Cima e domiciliado na cidade de Cametá, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000 portador do CPF: nº 305.342.082-15 e RG nº 257.0210 SSP/PA; **Secretário Geral:** Sr. **Benedito Siqueira Nunes**, brasileiro, paraense, casado, agricultor, nascido em 21/01/1971, residente na localidade de Porto do campo e domiciliado na cidade de Cametá, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000 portador do CPF nº 376.729.322-68 e RG nº 220.0123 SSP/PA; **Secretário de Finanças:** **José Maria Martins da Silva**, brasileiro, paraense, casado, agricultor, nascido em 05/02/1966, residente na localidade de Jaituba e domiciliado na cidade de Cametá, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000, portador do CPF nº 453.482.432-72 e RG nº 2335144 SSP/PA. **Secretária de Política Sociais:** **Maria Elza Gonçalves Cardoso**, brasileira, paraense, casada, agricultora, nascida em 29/07/1968, residente na localidade de Paruru do Meio e domiciliada na cidade de Cametá, município de Cametá-PA portadora do CPF nº 443.419.622-72; **Coordenadora de Gênero e Geração:** Sra. **Jacira Novais Duarte**, brasileira, paraense, solteira, agricultora, residente na localidade de Marinduba e domiciliada na cidade de Cametá, município de Cametá-PA portadora do CPF nº 293.513.592-04 e RG nº 185.5053 SSP/PA e como sua **Vice-Cordenadora** a sra. **Judith Furtado da Silva**, brasileira, paraense, casada, agricultora, residente na localidade de Sulapo e domiciliada na cidade de Cametá, município de Cametá-PA e dos respectivos suplentes: Rosielma Pereira Gonçalves, Domingos Wanzeler de Melo, Pedro de Souza Pinto, Ociléia Nunes Estumano e João Estumano do Espírito Santo. Em seguida foi apresentada a chapa para o conselho fiscal, sendo composto através da apresentação de uma única chapa composta pelas seguintes pessoas: **Titular:** Sr. **Levindo Cristóvão Brito Lopes**, brasileiro, paraense, casado, agricultor, residente e domiciliado na localidade de Tamanduá, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000, **Titular:** **Kátia Silene Alves Damasceno**, brasileira, paraense, casada, agricultora, residente e domiciliado na localidade de Ponta Grande, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000; **Titular:** **Manoel Pinto Wanzeler**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na localidade de Pacuí de Cima, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000, **1º Suplente:** **Benedito Pereira dos Santos**, brasileiro, paraense, casado, Agricultor, residente e domiciliado na localidade de Mupi; **2º Suplente:** **Maria Eliete Barros**, brasileira, paraense, casada, agricultora, residente e domiciliada na localidade de Cuxipiarí Furo Grande, Cametá-PA, CEP: 68.400-000; **3º Suplente:** **Maria da Conceição Ribeiro**, Brasileira, paraense,

8- Projeto Formação Sindical 2004.

**Projeto**

**Formação Sindical**



**2004**

## 9- Projeto de Desenvolvimento Rural do município de Cametá-Brasil. 2005



A.P.A.C.C / CAMETÁ  
 ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE APOIO ÀS  
 COMUNIDADES CARENTES / CAMETA  
 CNPJ Nº 00 312 051/0002-30  
 Tel (91) 3781 16 22  
 apaccameta@bol.com.br

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
 NO MUNICÍPIO DE CAMETA  
 PARÁ - BRASIL**

ONG/PVD/1999/584/CSR

**RELATÓRIO FINAL DE REALIZAÇÃO  
 PERÍODO DE MARÇO 2000 A NOVEMBRO 2004**

Contratante: ESSOR em consórcio com Vétérinaires sans Frontières

*Dr. Sylvain Colmet-Daage  
 Responsável do setor rural na ESSOR  
 Fevereiro 2005*

*Este documento foi realizado com a assistência da Comissão Europeia.  
 Os pontos de vista que são expostos refletem a opinião dos  
 autores e não representam em caso algum o ponto de  
 vista oficial da Comissão Europeia.*

## 10- Relatório do Encontro de Delegada e Delegados 2005.

40

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMETÁ**  
Fundado em: 14-02-1974 - CNPJ: 05.845.698/0001-60  
"Direitos não se pede, conquista-se" 16/02/05-11:03

---

**RELATÓRIO DO ENCONTRO DE DELEGADOS E DELEGADAS SINDICAIS DE 2005.**  
Período: 28 à 30 de Janeiro de 2005.  
Local: Casa Familiar Rural – Estrada do Côco – Cametá.

---

**Abertura**

No dia 28 de Janeiro de 2005, às 20:15 hs, na Casa Familiar Rural, iniciou o Encontro de Delegados e Delegadas Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, com a leitura do edital de convocação, realizado pelo Secretário Geral Sr. **Benedito Siqueira Nunes** e em seguida com o pronunciamento do Presidente do STR de Cametá, Sr. **Veraldo Carvalho Rodrigues**, dando as boas vindas aos delegados (as) sindicais, o qual falou da importância do movimento sindical e de ser delegado (a) sindical, o mesmo fez a composição da mesa onde estiveram presentes o Representante da Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais de Cametá- Terra Firme Sr. **Manoel da Costa Valente**, este demonstrou seu apoio ao encontro, falou de avanços da Associação Terra Firme em relação ao Crédito Rural, melhorando dessa forma a qualidade de vida dos trabalhadores (as) rurais do município; da COPACAM Sr. **Orlando Viana**, ressaltou sobre a produção e lucros dos associados desta instituição, aprimorou dizendo a importância de se estar organizado em cooperativas, associações, sindicatos, etc, para se ter crédito nas instituições governamentais (bancos), falou do intercâmbio desta Associação com o STR; também o vereador Sr. **Zé Capina**, pronunciou-se, ressaltando a caminhada do movimento sindical, destacou o "porquê" do encontro de delegados e delegadas sindicais, sua importância, agradeceu os votos que recebeu, frizou sobre o Plano do Governo Popular, incentivo que era dado através deste governo para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Salientou o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil em relação a vereadores e prefeituras. Os delegados e delegadas sindicais se apresentaram na plenária falando nome e delegacia a que pertencem. O Secretário Geral Sr. **Benedito Siqueira Nunes** leu e explicou a programação do encontro e por fim deste dia o Vice-Presidente Sr. **Rosy Pinto Cruz**, fez o encerramento às 21:15 hs.

**OBJETIVO GERAL:** Planejar atividades estratégicas para fortalecer a base sustentadora do movimento sindical.

**Dia 29/01/2005**

A partir das 8:30 horas, reiniciou o encontro, com a palavra do secretário geral do STR, Sr. **Benedito Siqueira Nunes**, que dividiu os participantes em seis grupos, com o objetivo de avaliar o atual mandato da direção, destacando os pontos negativos e positivos de cada secretaria. Retorno dos trabalhos em grupos às 10:30 horas, para a plenária para apresentação e debate dos resultados dos grupos:

**Avaliação vindas dos grupos**

---

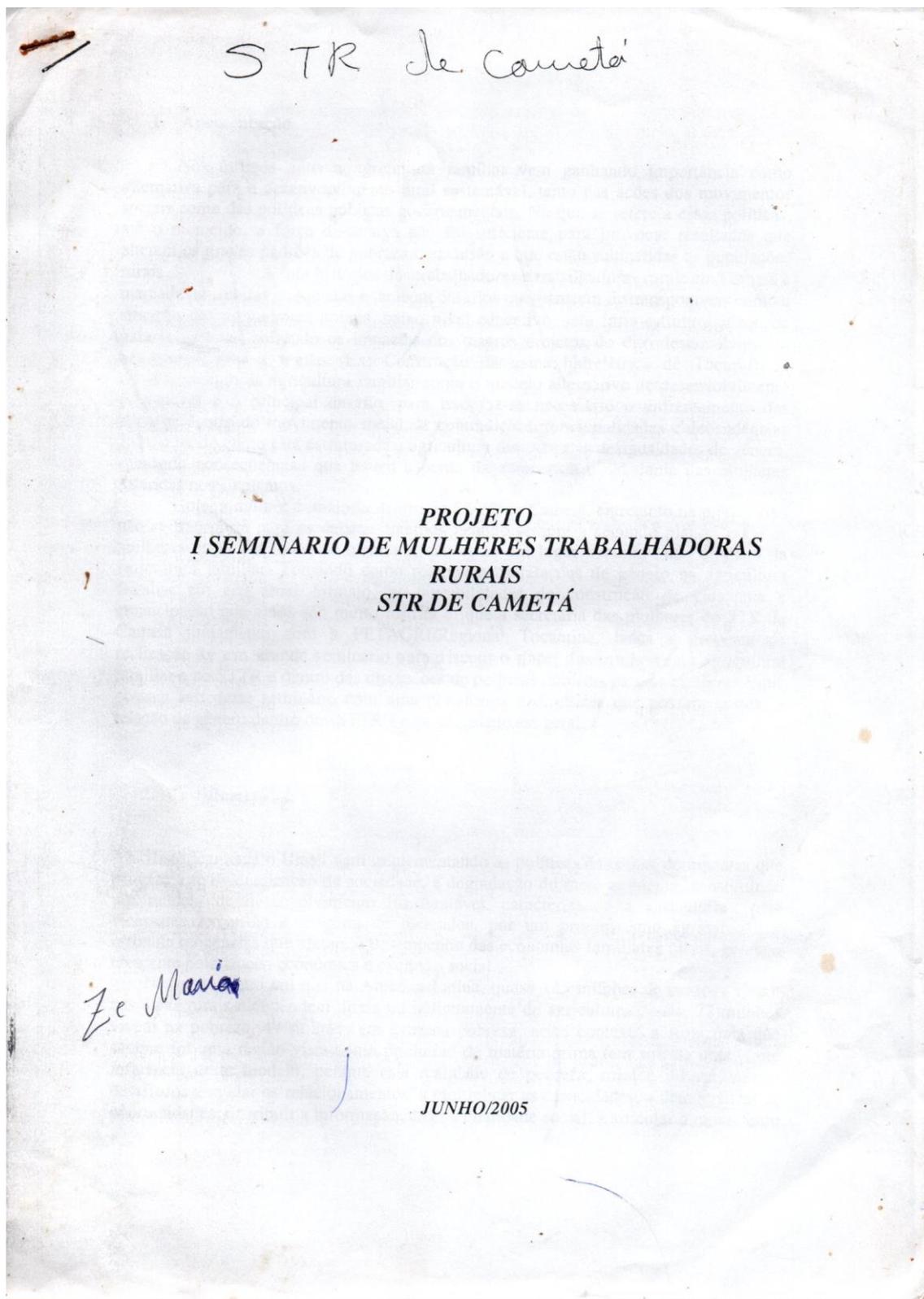
**1. Grupo: Finança**

- Que o STR faça um levantamento sobre os sócios que já faleceram; ✓
- Que seja de R\$ 3,00 a mensalidade do STR, mas que a executiva vá nas delegacias sindicais para explicar o aumento;

---

Rua: Frei Cristóvão de Lisboa, 1485 - Telefax: (091) 3781-1256  
E-mail: [stremt@yahoo.com.br](mailto:stremt@yahoo.com.br) - Cx. Postal: 21 - CEP: 68.400-000 - Cametá-Pará.

## 11- Projeto I Seminário de Mulheres Trabalhadoras Rurais STTR 2005.



#### 4. Objetivos

##### 4.1. Geral:

\* Discutir a relação de gênero na Agricultura Familiar, dentro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá.

##### 4.2. Específicos:

- Desencadear um processo de sensibilização nos STR's da Região do Baixo Tocantins sobre a questão de gênero;
- Fortalecer a consciência crítica das mulheres inseridas nas delegacias sindicais sobre seus direitos e deveres e papel dentro do STR;
- Debater Políticas Públicas voltadas para as mulheres;
- Discutir a questão da geração de renda na agricultura familiar para as mulheres;
- Constituir uma plataforma de propostas para as Secretarias das Mulheres nos STR's;

#### 5. Resultados Esperados

A partir do Seminário, espera-se que os participantes e a comunidade em geral, analisem as relações, as contradições, funcionalidades e dependências entre o modo como esta estruturada a agricultura familiar e as desigualdades de gênero; adquiram uma idéia melhor do que vem a ser a questão de gênero, seus desafios e propostas, e a forma de concretizá-las na região.

É esperado também que as experiências já existentes possam compreender e trabalhar as relações de gênero na agricultura familiar, mudando o modelo machista existente e que possam ser complementadas com novidades e sirvam como exemplo para futuros projetos, resgatando o valor do trabalho humano e a cidadania das pessoas e das mulheres na agricultura familiar.

Construir uma plataforma de reivindicações das discussões e necessidades apresentadas no seminário para desencadear um processo de discussão ampliada nos STR's da região do baixo Tocantins e conseqüentemente na comunidade em geral.

#### 6. Público alvo

Serão duas mulheres e um homem das 136 delegacias sindicais do STR de Cametá mais um representante dos STR's das regiões especificamente das secretarias de mulheres e diversos convidados ONG's, Associações, Colônias e outros.

## 12- Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, 2006.

15-16 de Maio em Mocojuba  
 em Mocojuba já realizado

**FÓRUM DE MULHERES DA AMAZÔNIA PARAENSE**

Rua Bernal do Couto, 1329  
 CEP: 66.055-080/ Umarizal  
 Tele-Fax (091)4005 3773  
 Belém-PA  
 E-mail:mulherpara@fase-pa.org.br

A  
 JACIRA NOUKE  
 COORDENADORA REGIONAL  
 As Companheiras das Regionais do FMAP. Belém, 26 de janeiro de 2006

Nesta

Queridas Companheiras,

Abaixo seguem algumas discussões e orientações fruto da 1ª reunião da Executiva do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – FMAP.

Solicitamos que enviem suas manifestações por escrito ou fax, e-mail ou outra forma, para que possamos seguir conversando sobre nossa agenda 2006. A próxima reunião da executiva será realizada no dia 06 de fevereiro às 10:30h na FASE.

1. Sobre o papel e as funções da Executiva e das regionais:  
 Deliberamos na reunião que as diversas Secretarias deverão apresentar na próxima reunião um Rascunho adiantado sobre suas funções de forma a concretizar o que deliberamos no nosso III Encontro. Seria interessante que as regionais também pudessem fazer isso, isto é, reunir as companheiras dos diversos movimentos de mulheres que se articulam no FMAP e apontassem as suas atribuições enquanto regionais, que se constituem como espaços de regionalidade e horizontalidade da atuação do Fórum. Que acham?
2. Para dar visibilidade e reconhecimento à nova Executiva estamos divulgando às entidade da sociedade civil e governos, a atual composição e estrutura da executiva e do Fórum de Mulheres com suas respectivas funções e contatos. Rose Melo está cuidando dessa parte.
3. Sobre o Projeto de Sustentação Institucional  
 Conforme deliberação do III Encontro, vamos apresentar ao MMA – Ministério do Meio Ambiente, um projeto de Sustentação que dê sentido à decisão de horizontalizar e regionalizar a atuação do Fórum. Falamos sobre isso e indicamos as diretrizes sobre as quais deverá ser elaborado o projeto:

LISTA DE PARTICIPANTE

DIOCESE: Cametá ESTADO: \_\_\_\_\_

NOME DA ATIVIDADE: Dia Internacional da mulher

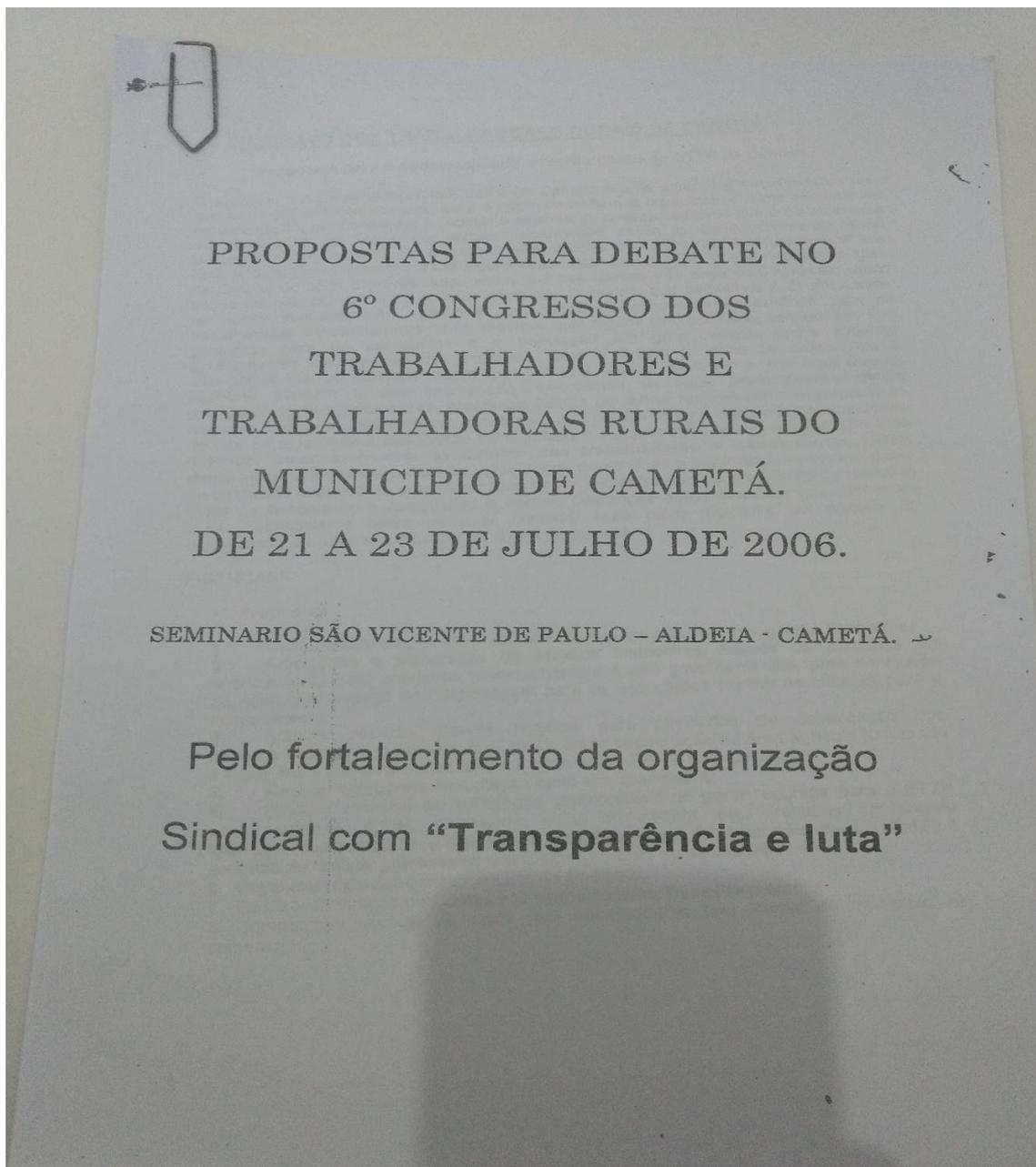
LOCAL: Salão Paroquial

DATA DE INÍCIO: 08/03/2006 DATA DE TÉRMINO  / /

NOME COMPLETO	FUNÇÃO	ASSINATURA
1) <u>Luciane Marques Santos</u>	<u>Dióceza da P. Católica</u>	<u>[Assinatura]</u>
2) <u>M<sup>re</sup> Leonice Costa</u>	<u>decanato</u>	<u>[Assinatura]</u>
3) <u>Edina M-de F. Marques</u>	<u>AES</u>	<u>[Assinatura]</u>
4) <u>Geilda de S. da Silva</u>		
5) <u>Waldemir Veloso</u>	<u>da Jon Seca</u>	
6) <u>Guilherme Kelly Lopes de Melo</u>	<u>CAURADORA</u>	
7) <u>F. Franca do Valopes de Lima</u>		
8) <u>André Batista</u>	<u>Ag. Administrativo</u>	<u>[Assinatura]</u>
9) <u>M<sup>re</sup> do Jesus Vieira</u>	<u>Assistente Social</u>	
10) <u>Francisca Pimenta de Oliveira</u>	<u>Assistente Social</u>	
11) <u>Regene Barros</u>		
12) <u>Luiz Siqueira</u>	<u>Coordenadora</u>	<u>[Assinatura]</u>
13) <u>Bibiana G. Ribeiro</u>	<u>Agente Ad.</u>	
14) <u>Alfide de S. Amorim</u>	<u>Assesora</u>	<u>[Assinatura]</u>
15) <u>João Paulo de S. Silva</u>	<u>Secretaria</u>	
16) <u>Deuzarina da Cruz gaia Costa</u>		
17) <u>Maria</u>		
18) <u>Judite Nunes da Cruz</u>		
19) <u>Natalina Batista Monteiro</u>		
20) <u>Pauline Batista Monteiro</u>		
21) <u>Marquesa Maria Corria</u>		
22) <u>Maria Celia M. Rodrigues</u>		
23) <u>Suzana de S. Teófilo</u>		
24) <u>Maria Julia de Brito Ferreira</u>		
25) <u>Waldemir Gonçalves da Cruz FETAGRI, Inc. Waldemir</u>		<u>[Assinatura]</u>

Assinatura Coordenador (a) Diocesano (a)

## 13- Proposta para Debates do 6º Congresso do STTR 2006



LISTA DE PRESENÇA DOS PARTICIPANTES DO VI CONGRESSO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMETA REALIZADO NOS 21 E 23 DE JULHO DE 2006 NO SEMINÁRIO SÃO VICENTE DE PAULA ALDEIA CAMETA

	• diligência do sindicato Tamanduá Costa
-	Maria Rosalina Lopes Moreira Antônio Calhe Moreira
-	Gandra do Solonno Moreira Lopes
-	Edinete Moreira Lopes
-	Elzira de Nazaré Brito Lopes Belcindo Brito Lopes José Raimundo Alves dos Santos Leone Brito Lopes
-	João Capistrano Brito Lopes
-	Jaana Mar. C. Rodrigues Lopes
-	Maria Rosalina Moreira Lopes José Felipe Brito Lopes
-	Isaacide de Sousa Moreira
-	Maria de Nazaré Pinto Caldas Antonio José Cantão Caldas
-	Maria das Graças Cantão Caldas Antenor Pontes Caldas
-	Maria de Jesus Cantão Caldas Aval M. S. Barba
-	Benedita dos Anjos Caldas Barbosa
-	Maria de Fátima Brandão Maria Fereira Zemirings Filgueira Miguel Sérgio Mendonça
-	Maria Madalena P. Caldas
-	Adeládia M. dos S. Souza
-	Ziana M. Moreira
-	Maria Antônia Souza Bernardo Moreira
-	Simone Rodrigues Barbosa
-	Humberto Pantoya Assunção
-	Maria do Carmo Rodrigues
-	Inocência F. Pantoya
-	Maria Rainha Molais Rodrigues
-	Valdirene do Socorro M. Sacramento
-	Devalina Cantão Lopes
-	João Vieira Caldas

## 14- Ata de Eleição e posse da Diretoria do STTR. Quadriênio 2006 a 2010



## STTR de Cametá

Desde 14-02-1974 - CNPJ: 05.845.698/0001-60  
 "Direitos não se pede, conquista-se"

**Ata de Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, realizada no dia 23 de julho de 2006, para o mandato que compreende o quadriênio 2006/2010.**

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e seis, realizou-se a eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá, inscrito no CNPJ sob o nº 05.845.698/0001-60, estabelecido à Rua Frei Cristóvão de Lisboa, 1485, Centro, CEP 68.400-000, Cametá-Pará, às dez horas nas dependências do Seminário São Vicente de Paula, com a presença dos delegados eleitos para o VI Congresso dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado no período de 21 à 23 de julho de 2006, com a coordenação da Presidente da Comissão Eleitoral Sr. José Jorge Rodrigues Gomes, e dos senhores Marcelo Alves e Ana Mira Meireles de Souza, membros da comissão eleitoral, deu-se início a solenidade chamando as chapas inscritas denominadas: Chapa 1 – Transparência na Luta e a Chapa 2 – Resistência na Luta, que após realizado o processo eleitoral foi eleita para exercer mandato no quadriênio 2006/2010, composta pelos seguintes membros: **Presidente: José Maria Martins da Silva**, brasileiro, paraense, casado, agricultor, nascido em 05/02/1966, residente na localidade de Jaituba e domiciliado na cidade de Cametá, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000, portador do CPF nº 453.482.432-72 e RG nº 2335144 SSP/PA. **Vice-Presidente: Sr. Veraldo Carvalho Rodrigues**, brasileiro, paraense, solteiro, agricultor, nascido em 03/11/1962, residente na localidade de Turema e domiciliado na cidade de Cametá, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000 portador do CPF: nº 70.057.9822-87, RG: nº 05.945.79 SSP/PA; **Secretário Geral: Sr. José Maria Gaia Cardoso**, brasileiro, paraense, casado, agricultor, nascido em 08/01/1949, residente na localidade de Mapiará de Cima, domiciliado na cidade de Cametá-PA, CEP: 68.400-000, portador do CPF nº 477.464.832-91, RG nº 2655489 SSP/PA; **Secretário de Finanças: Sr. Roseli Pinto Cruz**, brasileiro, paraense, solteiro, agricultor, nascido em 27/10/1967, residente na localidade de Guajará de Cima e domiciliado na cidade de Cametá, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000 portador do CPF: nº 305.342.082-15 e RG nº 257.0210 SSP/PA; **Secretário de Políticas Sociais: Sr. Benedito Siqueira Nunes**, brasileiro, paraense, solteiro, agricultor, nascido em 21/01/1971, residente na localidade de Porto do campo e domiciliado na cidade de Cametá, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000 portador do CPF nº 376.729.322-68 e RG nº 220.0123 SSP/PA; **Secretaria da Mulher: Sra. Jacira Novaes Duarte**, brasileira, paraense, solteira, agricultora, residente na localidade de Marinduba e domiciliada na cidade de Cametá, CEP: 68.400-000, portadora do CPF nº 293.513.592-04 e RG nº 185.5053 SSP/PA; **Secretaria da Juventude, Sra. Rosielma Pereira Gonçalves**, brasileira, paraense, solteira, agricultora, residente na localidade de Jurubatuba e domiciliada na cidade de Cametá-PA, CEP: 68.400-000, portadora do CPF nº 700.547.622-00, e dos respectivos suplentes: Maria Tereza da Silva de Moraes, Benedito Amadeu Assunção, João Estumano do Espírito Santo, Edno Moraes Alves, Durval Teles da Glória, Maria da Luz Rodrigues e Lucia Viana Figueiredo. Em seguida foi apresentada a chapa para o conselho fiscal, sendo composto através da apresentação de uma única chapa composta pelas seguintes pessoas: **Titular: Sr. Levindo Cristóvão Brito Lopes**, brasileiro, paraense, casado, agricultor, residente e domiciliado na localidade de Tamanduá Costa, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000, **Titular: Valdirene Gonçalves da Cruz**, brasileira, paraense, solteira, agricultora, residente e domiciliado na localidade de Livramento, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000; **Titular: Rosimere Wanzeler**, brasileira, casada agricultora, residente e domiciliada na localidade de Pacuí de Cima, município de Cametá-PA, CEP: 68.400-000, **1º Suplente: Domingos Wanzeler de Melo**,

Rua: Frei Cristóvão de Lisboa, 1485 - Telefax: (091) 3781-1256  
 E-mail: [stremt@amazon.com.br](mailto:stremt@amazon.com.br) - Cx. Postal: 21 - CEP: 68.400-000 - Cametá-Pará.

17- Projeto na Amazônia **Empreendedorismo** das mulheres Rurais do Pará. 2009



PROJETO TRABALHO NA AMAZÔNIA: EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES RURAIS DO PARÁ

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome da Coordenadora do grupo:

Contato:

Produção:

Quantidade de Pessoas por Grupo:

Nº de Mulheres:

Localidade:

Nº	Nome das Mulheres	Município	Idade	Documentação (RG e CPF)
01	Edna Maria de Virsira Magalhães	Cameta	30 anos	3400324/650.889.612-87
02	Zenaida Silva dos Santos	Cameta	61 anos	5743416/612593062-91
03	Regiane da Cruz Valente	Cameta	25 anos	5227494/921.457.952-00
04	Márcinalda Silva dos Santos	Cameta	30 anos	4065281/752.050.252-04
05	Maria dos Mercês Carvalho	Cameta	70 anos	3712368/651697942-15
06	Waldirene Gonçalves da Cruz	Cameta	38 anos	3982420/665186102-63
07	Elisete Valente	Cameta	28 anos	6193180/005.353192-23
08	Euly souzê Sodaldo Carmo	Cameta		
09	Márcinalda da Silva Gonçalves	Cameta	36 anos	5877329/610771601-78
10	Ana Maria da Cruz Valente	Cameta		
11	Maria das Dores Gonçalves da Cruz	Cameta		
12	Yani Cristina da Cruz Rodrigues	Cameta		
13	Nele Ribeiro de Affaia	Cameta	23 anos	6754434/
14	Blaine Pereira Ramos	Cameta	24 anos	5552899/006.086.792-75
15	Maria Benedita Valente dos Santos	Cameta	36 anos	4330171/699957102-63
16	Jaciene da Silva Baia	Cameta	25 anos	4877977/765.214602-00
17	Elisete Valente Portillo	Cameta	28 anos	
18	Marilda dos Santos Cruz	Cameta		
19	M. S. Lúcia dos Santos	Cameta	48 anos	5037578/878.211922-87
20	Bernama Natalina Gonçalves da Cruz Jose Maria Ueluli dos Santos	Cameta	54	2873957/568240112-72

## 18- Relatório Deliberativo do STTR de Cametá.2010.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMETÁ**

Fundado em: 14-02-1974 - CNPJ: 05.845.698/0001-60  
"Direitos não se pede, conquista-se"

**RELATÓRIO DO ENCONTRO DELIBERATIVO DO STR DE CAMETÁ**  
Data: 26 e 27 de janeiro de 2010.  
Local: Casa Familiar Rural de Cametá.

**26/01/2010**

As 09h do dia 26 de janeiro do ano de 2010, com o pronunciamento do Sr. José Maria Martins da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá - STR foi dada abertura no Encontro Deliberativo de Delegados e Delegadas Sindicais do STR de Cametá do ano de 2010.

O evento teve como objetivo a realização da Avaliação das atividades desenvolvidas pelo STR no ano de 2009 e o planejamento para as atividades a serem desempenhadas no ano de 2010.

Ato contínuo foi feita a composição da nessa diretora do encontro da qual fizeram parte as seguintes pessoas: 9

**AVALIAÇÃO**

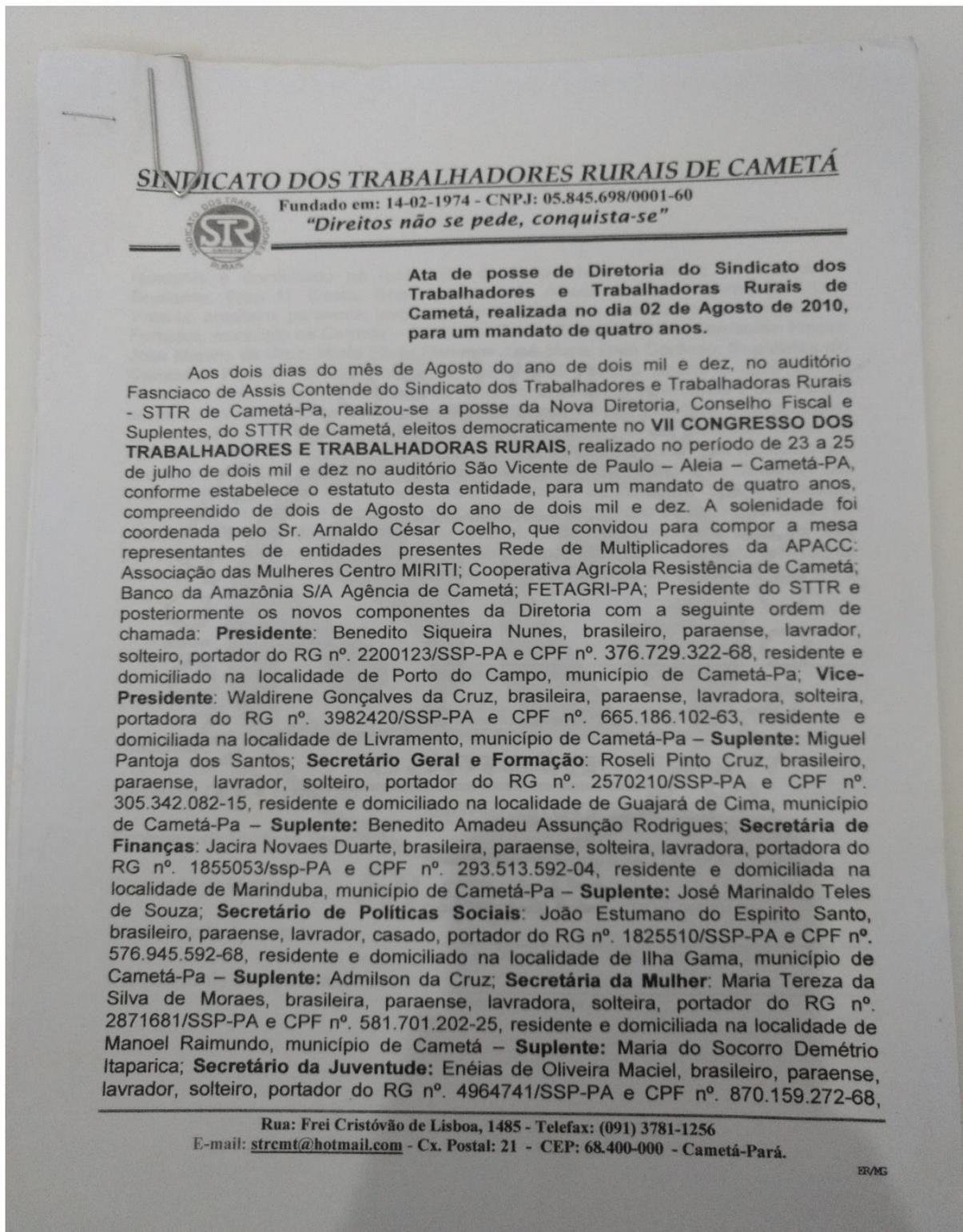
G-1	<b>SECRETARIA DE POLITICA AGRICOLA E AGRARIA</b>	
	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos negativos</b>
		Os delegados que participaram do grupo 01 não tiveram apoio nas políticas agrícola e agrária.
G-2	<b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b>	
	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos negativos</b>
	Conclusão da construção da SEDE	As mensalidades não estão sendo pagas
	Gratificação para diretores do STR está em dias	Não foi apresentada a Prestação de Contas dos anos 2008 e 2009
	Repasse de finanças	Ausência do Secretário de finanças na prestação de contas das mensalidades com o delegado
		Alguns delegados/as não estão prestando contas das mensalidades com a secretaria de finanças
G-3	<b>SECRETARIA DE FORMAÇÃO</b>	
	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos negativos</b>
	As informações gerais e umas palestras	Não houve curso de formação sindical para delegados/as

1

LISTA DE PREZENCIA NO ENCONTRO DELIBERATIVO  
DE DELEGADOS E DELEGADAS REALIZADO NO DIA  
25-26 DE JANEIRO DE 2010.

- 1 Maria José dos Santos Azevedo (Nove de Janeiro)
- 2 Mariada Paixão S. do Carmo (Jiraf Alto)
- 3 Genésio Pereira Souza (Roma)
- 4 Benedito da Silva Pantofa (Menino Deus)
- 5 Cleide de Jesus Cruz de São Marcos
- 6 Wilson Bonfá de Freitas (Pombal Mirim)
- 7 André Medeiros Caldas (Tamboré Mirim)
- 8 José Martins da Cruz (Conceição Luperijó)
- 9 Urbano Maria Maciel (Felipe França)
- 10 Manoel Marques (BACABAL)
- 11 Raimundo Valente Almeida (Joroca Grande)
- 12 Domingos Rodrigues Pereira (Mangabal)
- 13 Maria José Pantofa Duarte (Jatuna de Baixo)
- 14 Saulo Elício Gonçalves Ginto (Luperijó)
- 15 Joaquim do Carmo Neto (Jatrocú)
- 16 José Cordoval Ribeiro Pereira (Tanapi Mirim)
- 17 José Cardoso Wanderlei (Bacuri de Baixo)
- 18 Marissanta Cardoso de Castro (Forte do Campo)
- 19 Genésio Aquino Corrêa (Manduba)
- 20 Benedito Siqueira Nunes (Ponto Grande)
- 21 Jaura Novais Duarte (Ponto Grande)
- 22 Rosely Jato Cruz (STR)
- 23 FRANCISCO SANCHEZ (Ponto Grande)

## 21-Ata de posse da Diretoria do STTR. Quadriênio de 2010/1024



## 22- Ficha de Filiação dos associados (1999 – 2010)

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMETÁ**  
Fundado em: 14-02-1974 - CNPJ: 05.845.698/0001-60  
"Direitos não se pede, conquista-se"

Reg. Nº 7.996

**FICHA DE PROPOSTA DE FILIAÇÃO**

Nome: Maria Arlete Rodrigues Sales  
Apelido: \_\_\_\_\_ Residência: Cujarió  
Distrito: Cujarió Município: Cametá Estado: Pará  
Delegacia Sindical de: Pacajá  
Data do Nascimento: 06 / 09 / 56 Estado Civil: Casada  
Filiação: Pai: \_\_\_\_\_  
Mãe: Maria Rodrigues Pereira  
Profissão: Donatária Escolaridade: Alfabetizada  
Carteira de Trabalho: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_ Identidade: 3982320  
CPF: 102.577.482-53 Título: 003583451376 Zona: 032 Cessão: 0294  
Nome do Cônjuge: 7ex Maria Sales  
Nº de Filhos: 8 filhos

**QUAL SUA DENOMINAÇÃO ?**  
Pequeno Produtor ( ) , Sem Terra (X) , Assalariado ( ) , Meieiro ( ) , Arrendatário ( ) . Quantos anos trabalha na agricultura? \_\_\_\_\_ Você é proprietário ( ) ou posseiro ( ) .  
Qual o tamanho de sua área \_\_\_\_\_  
está legalizada? Sim , pelo qual órgão? \_\_\_\_\_  
O que você pensa sobre o Sindicato? \_\_\_\_\_

Cametá-Pa, 10 de maio de 2010

Maria do Socorro Lemétris Tapajuba  
Assinatura do Delegado(a) Sindical

Maria Arlete Rodrigues Sales  
Assinatura do Associado(a)

[Assinatura]  
Dirigente Sindical

Rua: Frei Cristóvão de Lisboa, 1485 - Telefax: (091) 3781-1256  
E-mail: [stremt@amazon.com.br](mailto:stremt@amazon.com.br) - Cx. Postal: 21 - CEP: 68.400-000 - Cametá-Pará.

10-05-2010



**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMETÁ**

Fundado em: 14/02/74 - CGC: 05.845.698/0001-60  
 Rua Frei Cristóvão de Lisboa, 1485 - Fone: 781-1256 Caixa Postal: 38  
 CEP: 68.400-000 - Cametá - Pará

**FICHA DE PROPOSTA DE FILIAÇÃO**

16.166  
COK

64

Nome: CARMEM TAVARES CANTÃO  
 Apelido: \_\_\_\_\_ Residência: MERAJUBA  
 Distrito de: VILA MOIRABA Município: CAMETÁ Estado: PARÁ  
 Delegacia Sindical de: MERAJUBA  
 Data de Nascimento: 08/05/55 Estado Civil: CASADA  
 Filiação: Pai OLIVIO LOPES RODRIGUES  
 Mãe HONORIA TAVARES  
 Profissão: LAURADORA Escolaridade: ALFABETIZADA  
 Carteira de Trabalho: 85814 Série: 041 Identidade: 53.464  
 CPF: 368730802-25 Título Eleitoral: 3897741350  
 Zona: 078 Sessão: 0016  
 Nome do Cônjuge: JOÃO SOARES CANTÃO  
 Nº de Filhos: 03

**QUAL A SUA DENOMINAÇÃO?**

Pequeno produtor (  ) Sem Terra (  ) Assalariado (  ) Meeiro (  ) Arrendatário (  ).  
 Quantos anos trabalha na agricultura? HA' 33 ANOS  
 Você é proprietário (  ) ou Possuidor (  ). Qual o tamanho de sua área? 60m x 2000m  
 \_\_\_\_\_, está legalizada? NÃO  
 Por qual órgão? \_\_\_\_\_ O que você pensa sobre o Sindicato? É UM ÓRGÃO QUE DEFENDE A CLASSE TRABALHADORA RURAL.

Cametá-Pará, 17 de Febrero de 2003.

Honorato Cláudio de São Pedro Cristó  
 Delegado Sindical

Carmem Tavares Cantão  
 Associado(a)

[Assinatura]  
 Dirigente Sindical

## 23-Ata de Alteração Estatutária do STR/Cametá.



**TRABALHADORAS RURAIS DE CAMETÁ**  
Desde: 14-02-1974 - CNPJ: 05.845.698/0001-60  
"Direito não se pede, conquista-se"



**ATA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMETÁ Realizada em 18 de Dezembro de 2015.**

Aos 18(dezoito dias) do mês de dezembro do ano de 2015, às 08:00hs (oito horas), no endereço: Rua Frei Cristóvão de Lisboa, Nº 1485 - Centro, município de Cametá reuniu-se, em Assembleia Geral Extraordinária, com a participação de 110 (oitenta) membros da categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Ativos e Inativos: agricultores e agricultoras familiares e assalariados e assalariadas rurais, para tratar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Alteração estatutária para: a) alterar a sua representação sindical profissional para a categoria dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, no Município Cametá - PA; b) alterar a denominação do Sindicato para Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Cametá - PA. Inicialmente foi feita a composição da mesa, e em seguida, a(o) Secretária(o) Geral - BENEDITO AMADEU ASSUNÇÃO RODRIGUES, procedeu à leitura do edital de convocação. Logo depois, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá - Senhor BENEDITO SIQUEIRA NUNES, conduziu os trabalhos, **fazendo a leitura completa do anteprojeto com a nova redação do estatuto do sindicato, que foi acompanhada por todos os presentes, por meio de cópias distribuídas.** Ao final foi feito os destaques e apresentadas sugestões pelos presentes. Seguidamente ocorreu à apreciação geral do Estatuto. Após todos/as demonstrarem que estavam satisfeitos, o Coordenador dos trabalhos, colocou em votação a proposta de Alteração Estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, a qual foi aprovada com 110 (oitenta) votos a favor, 0 (nenhum)votos contra e 0 ( nenhuma) abstenções. Então, o Senhor Presidente do Sindicato, proclamou aprovada a **nova redação do Estatuto Social do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Cametá - passando o novo estatuto a ter a seguinte redação: ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CAMETÁ - PA.**

**DA DENOMINAÇÃO Art. 1º - O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CAMETÁ- PA,** entidade sindical de primeiro grau associação sem fins econômicos, de duração por prazo indeterminado, com base territorial no município de Cametá, com sede e foro à Rua Frei Cristóvão de Lisboa, Nº 1485 - Centro, é constituída para a defesa, coordenação e estudo dos interesses profissionais, individuais e coletivos, da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do Município de Cametá - PA é regida pelo presente estatuto, pelos Estatutos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI-PA, seus respectivos regimentos.

**§ 1º - Para efeito deste estatuto integram a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971.**

**§ 2º - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares será simplesmente denominado de Sindicato e a Federação dos Trabalhadores e**

24- Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras de Cametá.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE CAMETA – PA**

*Desde: 14-02-1974 - CNPJ: 05.845.698/0001-60*

**“Direito não se pede, conquista-se**



ESTATUTO SOCIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ DO ESTADO DO PARÁ

CAPITULO - I

DA DENOMINAÇÃO, OBJETIVOS E PRERROGATIVAS DO SINDICATO:

Art.1º- O sindicato dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do município de Cametá, Estado do Pará. Entidade sindical de primeiro grau, fundado em 14 de fevereiro de 1974 CNPJ 05.845.698/000-60. Registro Sindical nº 326.890/74, com duração por tempo indeterminado, com sede na cidade de Cametá, sito à rua Frei Cristóvão de Lisboa, nº. 1485 Bairro Centro , CEP 68-400-000, Município de Cametá Estado do Pará, com foro na cidade de Cametá, sem fins econômicos e autônomo em relação ao Estado, constituído para fins de estudo, defesa, representação sindical e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos, da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos e aposentados do município de Cametá - PA, e regido pelo presente estatuto, seus respectivos regimentos e pelos estatutos da FETAGRI-PA e CONTAG;

§ 1º - Para efeito deste estatuto integram a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares ativos ou aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971;

§ 2º - O Sindicato dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do município de Cametá será doravante denominado de **SINDICATO**, a Federação, será denominada de **FETAGRI - PA**, a Confederação, será denominada de **CONTAG**.

Art. 2º - O SINDICATO, mediante filiação e parte integrante da FETAGRI-PA E CONTAG, comprometendo – se a cumprir e fazer cumprir seus estatutos, regimentos e deliberações das instancias nas respectivas entidades sindicais;

Art. 3º - São Objetivos do SINDICATO:

I - Defender os interesses coletivos e individuais da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do município de Cametá PA, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

## 25- Lista de delegados sindicais, 2017.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**  
**AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO**  
**MUNICIPIO DE CAMETÁ**

Desde; 14- 02-1974 CNPJ: 05.845.698/0001-60

b  Direito não se pede conquista-se

**RELAÇÃO DE DELEGADOS/AS SINDICAIS** **DEZ./2017**

	DELEGACIA	DELEGADO/A SINDICAL
1.	Acaputeua	Desatida
2.	Acua	José Luiz Rodrigues da Costa
3.	Ajarai	Cleide de Jesus Cruz Leão
4.	Ajarapanema	Desativada
5.	Ajó	Josete Gaia Cardoso
6.	Aldeia	Desativada
7.	Anoerá	Desativada
8.	Areião	Osmar Oliveira da Costa
9.	Arimandeuá	Odicléia
10.	Bacabal	Manoel Marques
11.	Bacuri de Baixo	João Maria Mendes
12.	Beira da Várzea	Maurício Gonçalves Silva
13.	Beleza	Desativada
14.	Belos Prazeres	Pedro Pureza Martins
15.	Bituba	Flauro
16.	Biribatuba	Maria de Nazaré Duarte de Freitas
17.	Bom Jardim	Manoel do Carmo
18.	Bucubarana Pedra	Pedro de Souza Pinto
19.	Cacoal	Maria do socorro
20.	Cametá Tapera	Raimundo Benedito da Silva Farias
21.	Capiteua de Carapajó	Desativado
22.	Caracara	Desativado
23.	Carapajó	Edno Moraes Alves
24.	Carapina	Durval Teles da Glória
25.	Caripi	Joredelino Gonzaga Siqueira
26.	Castanheira	Desativado
27.	Col. São Vicente Paulo	Lucivaldo Lopes da Cruz
28.	Colônia de Bucubarana	Joaquim Maria Tavares dos Santos
29.	Copaiba	Evandro da Cruz
30.	Coroa Nova	Desativado
31.	Curral do Meio	Maria da Conceição Piteira Moraes
32.	Curuçambaba	Martinho Rubens Moreira de Aquino
33.	Cuxipiari Carmo	Boanerges Viana Pereira

Rua: Frei Cristóvão de Lisboa, 1485 - Telefax: (091) 3781-1256  
E-mail: [stremt@amazon.com.br](mailto:stremt@amazon.com.br) - Cx. Postal: 21 - CEP: 68.400-000 - Cametá-Pará.

FR/MC

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)

Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado, com o título **A PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS AGRICULTORAS NO STTR/CAMETÁ: Trajetória histórica lutas e constituição da mulher em Ser social**, sob orientação do/a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Odete da Cruz Mendes, vinculado/a à/ao Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar como tem se constituído as práticas de participação das trabalhadoras agricultoras no Sindicato do Trabalhadores Rurais de Cametá/PA.

Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação desta entidade nesta pesquisa. E para realizar o presente estudo faz-se necessário o consentimento a pesquisadora documentos que registre a presença e participação das trabalhadoras agricultoras no referido sindicato. E para que este estudo se realize serão necessários analisar e xerocopiar, fotografar documentos como: atas de reuniões da executiva, de congressos, encontros em geral, relatórios de eventos, de projetos, congressos, fichas de filiação, livro de registro geral, projetos, cartilhas, cartazes, fotos entre outros,

A participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail do/a pesquisador/a [eleuza-souza@bol.com.br](mailto:eleuza-souza@bol.com.br) e/ou com o/a orientador/a da dissertação, através do e-mail [ocm@ufapa.br](mailto:ocm@ufapa.br).

As informações coletadas no arquivo deste sindicato serão anexadas no texto final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo a evidenciar o conteúdo detectado nos documentos.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 07 de Janeiro de 2019.

*Benedito Amázeu Assunção Rodrigues*

Nome do Presidente do STTR.

*Eleuza de Souza*

Nome do/a pesquisador/a

*Benedito Amázeu Assunção Rodrigues*

Presidente

CPF 460 605.292-91